

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

RAQUEL RYBANDT

**COMUNICAÇÃO PÚBLICA, CIDADANIA E ESFERA PÚBLICA:
UM ESTUDO MULTIPAPER**

**PONTA GROSSA
2024**

RAQUEL RYBANDT

**COMUNICAÇÃO PÚBLICA, CIDADANIA E ESFERA PÚBLICA:
UM ESTUDO MULTIPAPER**

Tese apresentada ao PPGCSA - UEPG (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual de Ponta Grossa) como pré-requisito para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais Aplicadas.

Orientador: Dr. João Irineu de Resende Miranda

**PONTA GROSSA
2024**

Rybandt, Raquel
R989 Comunicação pública, cidadania e esfera pública: um estudo multipaper /
Raquel Rybandt. Ponta Grossa, 2024.
185 f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas - Área de Concentração:
Cidadania e Políticas Públicas), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. João Irineu de Resende Miranda.

1. Comunicação pública. 2. Cidadania. 3. Esfera pública. I. Miranda, João
Irineu de Resende. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cidadania e
Políticas Públicas. III.T.

CDD: 320.1

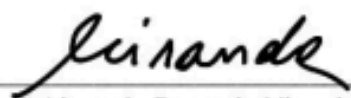
TERMO DE APROVAÇÃO

RAQUEL RYBANDT

"Comunicação Pública, Cidadania e Esfera Pública: um estudo multipaper"

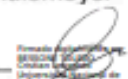
Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor(a) no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Assinatura pelos Membros da Banca:

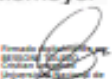


Prof. Dr. João Irineu de Resende Miranda - UEPG - PR - Presidente

Prof. Dr. Jorge Kulemeyer - UNPA-ARG – Membro Externo



Prof. Dr. Cristian Bessone - UNPA-ARG – Membro Externo

Prof. Dr. Márcio Ronaldo Santos Fernandes - UEPG-PR – Membro Interno



Prof. Dr. Fabrício Bittencourt da Cruz – UEPG-PR Membro Interno

Prof. Dr. Décio Franco David - UENP-PR - Suplente Externo

Profa. Dra. Lislei Teresinha Preuss - UEPG-PR - Suplente Interno

Ponta Grossa, 09 de agosto de 2024.

Dedico a Ravi Rybandt Winckler.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, pelo apoio e confiança incondicionais. Em especial, ao meu companheiro, João Pedro Pereira Winckler.

Aos meus amigos, pela presença, ainda que em minhas ausências.

À minha psicóloga, Tatiane Felício, que foi tanto leve quanto assertiva, auxiliando-me com extrema maestria profissional.

Ao meu orientador, João Irineu de Resende Miranda, pela empatia e sabedoria com que me acompanhou neste processo de doutoramento.

Ao Instituto Federal Catarinense, pelo Programa de Incentivo à Qualificação.

RESUMO

RYBANDT, R. **Comunicação Pública, Cidadania e Esfera Pública**: um Estudo Multipaper. Orientador: João Irineu de Resende Miranda. Ponta Grossa, 2024. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2024.

Nesta tese, apresentada em formato *multipaper*, tem-se como tema central a Comunicação Pública, definida como toda aquela que procura atingir uma pessoa em sua perspectiva cidadã, “A Comunicação Pública diz respeito a dar acesso, agir com transparência, dar informação. Significa também estimular a participação social das pessoas naquilo que lhes diz respeito” (Medeiros; Chirnev, 2021, p. 9). Dividida em quatro artigos, o primeiro trará reflexões sobre o conceito de cidadania para Hannah Arendt, pela ideia de pertencimento e de “direito a ter direitos”, finalizando o texto com a associação entre cidadania e a comunicação pública, discutindo estas questões pelo contexto brasileiro. No segundo artigo será explorado o conceito de esfera pública na obra de Jürgen Habermas, bem como o autor relaciona o tema aos meios de comunicação de massa, fechando com a discussão para o modo como autores brasileiros se apropriaram do conceito para auxiliar na construção daquilo que hoje se compreende por comunicação pública no Brasil. Para o terceiro artigo é trabalhado o conceito de subcidadania no Brasil e como a Comunicação Pública pode auxiliar no processo de emancipação, freando o subdesenvolvimento nacional. Já para o quarto e último artigo, apresentamos uma pesquisa-ação, um estudo sobre um produto de comunicação pública para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Palavras-chave: Comunicação Pública. Esfera Pública. Cidadania. Pesquisa-ação.

ABSTRACT

RYBANDT, R. **Public Communication, Citizenship and Public Sphere: a Multipaper Study**. Advisor: João Irineu de Resende Miranda. Ponta Grossa, 2024. Thesis (Doctorate in Applied Social Sciences), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2024.

In this thesis, presented in multipaper format, the central theme of Public Communication is defined as anything that seeks to reach a person from their citizen perspective, "Public Communication is about providing access, acting with transparency, providing information. It also means encouraging people's social participation in what concerns them" (Medeiros; Chirnev, 2021, p. 9). Divided into four articles, the first brings reflections on the concept of citizenship for Hannah Arendt, through the idea of belonging and the "right to have rights", ending the text with the association between citizenship and public communication, discussing these issues in the Brazilian context. . In the second article, the concept of public sphere in the work of Jürgen Habermas will be explored, as well as the author relating the theme to mass media, closing with a discussion of how Brazilian authors appropriated the concept to assist in the construction of that which today is understood as public communication in Brazil. For the third article, we work on the concept of sub-citizenship in Brazil and how Public Communication can help in the process of emancipation, stopping national underdevelopment. For the fourth and final article, research is presented. action, a study on a public communication product for the Postgraduate Program in Applied Social Sciences at the State University of Ponta Grossa.

Key words: Public Communication. Public Sphere. Citizenship. Action Research.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 - A COMUNICAÇÃO PÚBLICA COMO UM ETHOS À CIDADANIA..	16
1.1 INTRODUÇÃO.....	16
1.2 O DIREITO A TER DIREITOS.....	17
1.3 A COMUNICAÇÃO PÚBLICA COMO ETHOS À CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	25
1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
CAPÍTULO 2 - CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESFERA PÚBLICA DE JÜRGEN HABERMAS E A COMUNICAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL.....	30
2.1 INTRODUÇÃO.....	31
2.2 DA MUDANÇA ESTRUTURAL ATÉ DIREITO E DEMOCRACIA: SOBRE A ESFERA PÚBLICA HABERMASIANA.....	35
2.3 A INFLUÊNCIA DA ESFERA PÚBLICA DE HABERMAS NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL.....	41
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
CAPÍTULO 3 - SOBRE A EXCLUSÃO NA ESFERA PÚBLICA NO BRASIL.....	49
3.1 ESTADO E SOCIEDADE SE INTEGRAM NO BRASIL ETERNIZANDO O SUBDESENVOLVIMENTO.....	50
3.1.1 Sobre o subdesenvolvimento eternizado.....	52
3.2 COMO FREAR O CICLO DE EXCLUSÃO NA ESFERA PÚBLICA BRASILEIRA? A COMUNICAÇÃO PÚBLICA COMO POSSIBILIDADE.....	57
3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
CAPÍTULO 4 - PESQUISA-AÇÃO: ESTUDO SOBRE A CRIAÇÃO E GERENCIAMENTO DE UM PERFIL DE INSTAGRAM PARA O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA.....	61
4.1 INTRODUÇÃO.....	62
4.2 RECONHECIMENTO: INVESTIGAÇÃO DE TRABALHO DE CAMPO E REVISÃO DA LITERATURA.....	65
4.2.1 Da situação e participantes.....	65
4.2.2 Das práticas atuais.....	67
4.2.3 Da intencionalidade e do foco temático inicial.....	69
4.3 CADA CICLO DE 2021 A 2022.....	70
4.3.1 Planejamento: da preocupação temática (ou ciclo anterior) ao primeiro passo de ação.....	70
4.3.2 Implementação: relato discursivo sobre quem fez o quê, quando, onde, como e por quê.....	71

4.3.3 Relatório de pesquisa: sobre os resultados da melhora planejada.....	75
4.3.4 Avaliação: da mudança na prática, o que funcionou ou não funcionou e por quê	76
4.4 UM NOVO CICLO DE 2023 A 2024.....	80
4.4.1 Relatório de pesquisa comparativa.....	80
4.4.2 Avaliação do período comparativo.....	81
4.5 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS DOIS PERÍODOS DE DIVULGAÇÃO.....	82
4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 90
 REFERÊNCIAS.....	 95
 APÊNDICES.....	 101

INTRODUÇÃO

Como fio condutor e elemento aglutinador das discussões empreendidas nos quatro artigos que compõem esta tese, temos aquilo que é nomeado no Brasil como Comunicação Pública. Interessa destacar que esta ainda não é uma noção com apenas único e pacificado sentido entre os estudiosos da área, mesmo que já haja grande evolução neste sentido.

Dito isso, buscaremos aqui fazer uma breve incursão em possibilidades conceituais desenvolvidas por diversos autores brasileiros sobre o tema da Comunicação Pública e também especificar a qual destas noções este trabalho se filia teoricamente. Desta forma, apresentamos o elemento principal e que perpassa toda a discussão aqui empreendida.

No Brasil, o campo da Comunicação Pública vem sendo desenvolvido há mais de duas décadas, mas ainda hoje (2024) sem consenso unânime a respeito de sua significação. As perspectivas teóricas adotam posições similares, mas diferenciam-se a respeito da emissão de informações, os meios utilizados e a finalidade principal desta forma de comunicação, por exemplo.

Apesar de já estar em pauta em alguns círculos acadêmicos brasileiros desde o final da década de 1990, a temática ganha ainda mais força principalmente a partir da segunda década do século XXI.

Marca-se essa data pois o país passava a adquirir alguma maturidade democrática – mais de 20 anos após o fim da Ditadura Militar e incentivada por governos favoráveis à transparência e diálogo; as tecnologias de informação e comunicação estão em pleno desenvolvimento em todo o mundo, a internet comercial já está mais estruturada nacionalmente, e há o desenvolvimento e força global de mídias e redes sociais – esse conjunto de fatores possibilita a teorização sobre novas e positivas formas de interação; e, também, a criação e funcionamento da Empresa Brasileira de Comunicação (após 2007) e a Lei de Acesso à Informação (2011).

Ainda no ano de 2004, a apresentação do livro *Comunicação Pública* – parte da coletânea *Comunicação, Cultura e Cidadania* – introduz a necessidade de participação “em tempos de democracia”, para abranger as diversas necessidades

da sociedade, conforme as diferentes realidades, bem como a conscientização sobre a cidadania e como ela reflete no espaço pública. Nas palavras de Oliveira (2004, p. 9)

É neste cenário que se evidencia a Comunicação Pública, cujo conceito ainda é pouco conhecido e se refere exatamente à comunicação realizada no espaço público democratizado, com a discussão de temas de interesse público, o que subentende o envolvimento e a participação ativa do governo, das empresas, do Terceiro Setor e da sociedade como um todo.

É com um olhar múltiplo que a autora propõe promover o exercício da cidadania através da Comunicação Pública. Oliveira (2004) ainda reforça a insipiência da área de estudos no Brasil à época, e deixa um grande horizonte a ser explorado por diferentes segmentos que devem atuar em prol do bem comum, cientes da responsabilidade e comprometimento que são necessários diante da sociedade.

Grande referência na área de Relações Públicas, Kunsch (2011, p. 15) trata dos espaços da comunicação, o trabalho profissional para sua execução e a “comunicação pública como a própria tradução de democracia”. A autora ainda complementa que “A comunicação pública pode ser vista como uma rede, simbolicamente constituída, a partir de temas relevantes para o interesse público”, notáveis tanto da perspectiva teórica quanto da práxis. Nesta perspectiva, retira-se a necessidade de espaços limitados de comunicação, compreendendo a fluidez do processo comunicacional, integrado e multiplamente interligado entre os atores sociais e estatais.

O conceito trabalhado por Kunsch se aproxima do raciocínio que Duarte (2007) faz, pensando a comunicação muito mais como um *ethos*, um modo de fazer, entender e se comportar diante da comunicação, do que propriamente práticas rígidas e ações instrumentalizadas.

O autor ainda afirma que “O desafio da comunicação pública é colocar a perspectiva do conjunto da sociedade e do indivíduo-cidadão acima das instâncias governamentais, privadas, midiáticas, pessoais e políticas” (Duarte, 2011, p. 128), finaliza dizendo que

A ideia-chave talvez seja a de *espírito público para lidar com a comunicação de interesse coletivo*, o compromisso de colocar o interesse da sociedade

antes da conveniência da empresa, da entidade, do governante, do ator político. O objetivo central é fazer com que a sociedade ajude a melhorar a própria sociedade.

O ideal de cidadãos emancipados, que promovam conversas para o alcance de consensos de interesse geral é recorrente na teoria da área. Escudero (2015, p. 122) explica que, segundo o seu entendimento,

A comunicação pública possui uma característica emancipatória, pois estimula a autonomia dos sujeitos que nela interagem, frente à recepção e produção dos meios de comunicação. Desse modo, é uma via de mão dupla, pautada na comunhão entre sujeitos iguais que participam e transformam seu próprio contexto, dialeticamente. Esse envolvimento gera compromisso e amadurecimento do espaço público e de seus membros, bem como, dos profissionais que atuam em seu âmbito, num processo de construção democrática de longo prazo.

O interesse do cidadão é ponto central quando da conceituação da comunicação pública, assim como é desenvolvida no Brasil. Esse foco tira a luz da instituição, do dirigente, do gestor ou governante para pensar na aproximação e troca junto ao público, à sociedade. Neste sentido, a comunicação não é unidirecional (de cima para baixo) e com pautas restritivas, ela é pensada de maneira multidirecional e aberta para diálogos que sejam produtivos para o interesse geral. Matos (2011) desenvolve o conceito no sentido de privilegiar a promoção do diálogo, não a pura emissão de informações. De acordo com a autora

A comunicação pública não pode se restringir ao fluxo de mensagens institucionais que, hierarquizadas, partem das esferas governamentais para atingir cidadãos que não encontram espaços de interlocução com seus dirigentes. A comunicação pública deve ser pensada como um processo político de interação no qual prevalecem a expressão, a interpretação e o diálogo (Matos, 2011, p. 44-45).

Condensando o pensamento de alguns autores que vêm desenvolvendo o conceito de Comunicação Pública nacionalmente, Haswani (2013, p. 120) explica que

Os pontos de vista mais consagrados destacam que a comunicação pública compreende processos diversos e faz interagir atores públicos e privados na perspectiva de ativar a relação entre o Estado e os cidadãos, com o intuito de promover um processo de crescimento civil e social. Seu objeto são temas de interesse geral e sua finalidade é contribuir para a realização

desse interesse. Os atores que promovem essa modalidade de comunicação são, em primeira instância, os sujeitos institucionais – o ente Estado, abstrato, e suas administrações, braço concreto e executivo – no sentido de implementar a transparência e a maior eficácia da ação dos poderes públicos, mas também de sensibilizar os cidadãos sobre problemas de particular interesse e significado para o desenvolvimento civil da sociedade (Haswani, 2013, p. 120).

A autora coloca como promotores desta comunicação aqueles relacionados com o Estado, responsáveis pela abertura de conversas, por pautar assuntos de interesse geral e provocar a sensibilização sobre diversos temas relevantes socialmente. Tal abordagem é próxima ao entendimento de Bucci (2015), para o autor esta é uma área da comunicação relacionada ao uso de recursos público para seu funcionamento, ele define que

A comunicação pública se compõe de ações informativas, consultas de opinião e práticas de interlocução, em qualquer âmbito, postas em marcha por meio do emprego de recursos públicos, mediante processos decisórios transparentes, inclusivos e abertos ao acompanhamento, críticas e apelações da sociedade civil e à fiscalização regular dos órgãos de controle do Estado. Quanto às suas finalidades, a comunicação pública existe para promover o bem comum e o interesse público, sem incorrer, ainda que indiretamente, na promoção pessoal, partidária (do partido do governo), religiosa ou econômica de qualquer pessoa, grupo, família, empresa, igreja ou outra associação privada. (Bucci, 2015, p. 69)

Diferentemente de outros autores que compreendem a comunicação pública como espaço dialógico, com interlocutores diversos e, inclusive, nomeando de “comunicadores públicos” todos aqueles pertencentes e atuantes na esfera pública; Bucci (2015) segmenta e define o seu entendimento de modo mais restrito, contudo, ainda há concordância quanto às finalidades para o interesse público e o bem comum.

Apesar da defesa por esta comunicação, há uma profunda crítica ao modo como é atualmente desenvolvida. Um desafio ainda presente e constantemente em pauta, ainda são os resquícios de uma comunicação pública personalista, alinhada aos interesses de um governo ou governante – assim como acontecia antes da redemocratização brasileira. Eugênio Bucci discute, em sua obra *O Estado de Narciso: a comunicação pública a serviço da vaidade particular*, a interposição do privado ao público, taxativamente afirmando que a comunicação pública brasileira é exibicionista.

Neste ponto, podemos comparar a histrionice das peças da publicidade de governo à persona balouçante de Carmen Miranda, piscando os olhinhos, requebrando os quadris, marota e espevitada. O bamboleio da comunicação oficial - tendo na vanguarda a publicidade de governo - exala assim uma impostação patriótica, nacionalista, cívida, que não se vexa de folclorizar o que seriam os bons instintos da gente brasileira. Por trás dos balangandãs, porém, o que temos aí é uma potência bélica que não desperdiça munição. Ela atira para fazer adeptos. E os faz. (Bucci, 2015, p. 20)

Desta forma o autor traz que aquilo que seria direito de todos é transformado em mercadoria ou fonte de adoração, despolitiza-se o debate público e transforma direitos políticos em objeto de consumo (Bucci, 2015, p. 33). De maneira pontual, sem deixar a criticidade, Bucci conceitua o que é ou não comunicação pública de acordo com suas bases teóricas e discute o que é interesse público ou interesse privado nas instituições.

Há em comum, de modo geral, entre os autores que trabalham a temática, o interesse público como foco, fazendo frequentes referências à democracia, cidadania e construção de diálogo entre Estado e sociedade. As variações se dão, principalmente quanto ao entendimento de haver, ou não, uma responsabilidade inicial do Estado para o começo da conversa. As críticas se direcionam ao personalismo e interesses escusos quanto à comunicação.

Destaca-se, por fim, que neste trabalho há uma filiação teórica à Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABC Pública) que assume tal conceito como a comunicação que é feita com foco no cidadão, e não na instituição, no governo ou no governante. Transparência, acesso e participação são fundantes para este conceito. Em seu Guia de Comunicação Pública, a entidade expressa que “A Comunicação Pública diz respeito a dar acesso, agir com transparência, dar informação. Significa também estimular a participação social das pessoas naquilo que lhes diz respeito” (Medeiros, Chirnev, 2021, p. 9) e complementa a respeito de sua finalidade que é “estimular a participação para garantir que as pessoas tenham acesso àquilo que têm direito como cidadãos”. Está presente ainda que

Comunicação Pública é a que assume a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo. Diz respeito ao diálogo, à informação e ao relacionamento cotidiano das instituições públicas com o cidadão. Destina-se a garantir o exercício da cidadania, o acesso aos serviços e às informações de interesse público, a transparência e a prestação de contas. Ocorre no ambiente de informação e interação

envolvendo Estado, Governo e Sociedade Civil. Zela pelos princípios constitucionais e democráticos (Medeiros, Chirnev, 2021, p. 10).

Percebe-se que a presença do Estado e do Governo são inerentes à comunicação pública, mas não há obrigatoriedade de que sejam estes a iniciar a conversa. A demanda pode ser levantada pela sociedade e a conversa se abre para o desenvolvimento do interesse público. Para a ABC Pública, esta prática “se estrutura na tríade informação, diálogo e participação”.

Com esta breve exposição da forma com que a Comunicação Pública é vislumbrada e estudada por autores nacionais nestes últimos anos, estruturamos o presente trabalho utilizando conceitos-chave relacionados ao tema para refletir sobre seus fundamentos no Brasil, quais sejam: cidadania (e também subcidadania), esfera pública e valor público. Para a compreensão destes conceitos, são trazidos para a discussão autores que são referências em tais áreas, da maneira que se segue.

Quatro artigos compõem a tese, sendo o **primeiro artigo** uma discussão sobre o conceito de cidadania, baseado na obra de Hannah Arendt e como ela o relaciona à questão do pertencimento e do “direito a ter direitos”. Nesta linha, aproximamos o conceito de cidadania daquilo que é trabalhado enquanto Comunicação Pública no Brasil, no sentido de tornar o indivíduo parte e dar voz à comunidade.

Para o **segundo artigo** é abordada a evolução do conceito habermasiano de esfera pública, dentro da obra do próprio autor ao longo dos anos. Destacamos, sequencialmente, como a questão da esfera pública é utilizada por autores brasileiros para a construção da ideia de Comunicação Pública. Nesse artigo, ainda, passamos pela questão dos meios de comunicação de massa e do príncipe eletrônico.

No **terceiro artigo** é contextualizada a questão do subdesenvolvimento no Brasil e a exclusão na esfera pública, bem como o papel do Estado e da sociedade brasileira nisso. Da mesma forma que nos artigos anteriores, ao final do texto é criada uma ponte até a Comunicação Pública, considerando-a como meio possível para auxiliar a amenizar esta situação em longo prazo ou, ao menos, não perpetuar tal ideia.

Já para o **quarto e último artigo** apresentamos os resultados de uma pesquisa-ação, realizada com a criação e gerenciamento de um produto de comunicação pública, a construção de um perfil na plataforma de mídia social Instagram, para o PPGCSA/UEPG (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual de Ponta Grossa). Neste artigo são comparados dois períodos diferentes, um de aplicação do projeto e outro de gerenciamento autônomo da mídia.

CAPÍTULO 1 - A COMUNICAÇÃO PÚBLICA COMO UM *ETHOS* À CIDADANIA¹

RESUMO

Neste artigo aproximamos o conceito de cidadania, principalmente pela perspectiva da cientista política Hannah Arendt (2012; 2020), com a noção e a prática da comunicação pública, esta última enquanto atividade que aproxima o Estado da comunidade, proporcionando a oportunidade de participação política dos sujeitos. O primeiro momento deste texto é dedicado à reflexão sobre o conceito de cidadania, baseado na perspectiva arendtiana do “direito a ter direitos” e junto a alguns comentadores da autora. Para o segundo momento, dedicamo-nos à associação entre a cidadania e a comunicação pública, discutindo estas questões pelo contexto brasileiro. O artigo defende a adoção do conceito arendtiano de cidadania como parâmetro para a comunicação pública por entender sua melhor adaptabilidade à situação vivenciada pelos órgãos públicos na atualidade.

Palavras-chave: Cidadania. Comunicação Pública. Igualdade. Informação.

ABSTRACT

In this article, we approach the concept of citizenship, mainly from the perspective of the political scientist Hannah Arendt (2012; 2020), with the notion and practice of public communication, the latter as an activity that brings the State closer to the community, providing the opportunity for political participation of citizens. The first moment of this text is dedicated to think about the concept of citizenship, based on Arendt's perspective of the “right to have rights” and along with some of the author's commentators. For the second moment, we dedicate ourselves to the association between citizenship and public communication, discussing these issues in the Brazilian context. The article defends the adoption of Arendt's concept of citizenship as a parameter for public communication by understanding its better adaptability to the situation experienced by public agencies today.

Keywords: Citizenship. Public Communication. Equality. Information.

1.1 INTRODUÇÃO

Parte-se do princípio que ser cidadão diz respeito, entre outras coisas, à capacidade de indivíduos pertencentes a uma comunidade alterarem sua ordem e meio social, através de ações corresponsáveis, participação ativa e reivindicações

¹ RYBANDT, Raquel. MIRANDA, João Irineu de Resende. **A Comunicação Pública como um *Ethos* à cidadania**. Artigo submetido para a Revista Compólitica. Data da última submissão: 01 de maio de 2023.

pautadas no interesse comum. Para o pleno exercício destas ações, é necessária a informação / conhecimento, meios viáveis de participação e senso de pertencimento. É a partir deste entendimento inicial sobre cidadania que propomos a aproximação do conceito de cidadania com aquilo que entendemos por Comunicação Pública, no Brasil.

Esta proposta parte também do princípio que a comunicação, em sentido dialógico, estimula a cidadania e sua prática. O indivíduo deve ter informações as quais entenda e, além disso, a possibilidade de pautar e também discutir sobre conteúdos de interesse geral público. Isto, pois, entende-se que apenas propagar a informação não é suficiente, a emissão unilateral não é o bastante e nem mais concebível; devemos superar a ideia de uma sociedade da informação para alcançarmos uma sociedade da comunicação.

Por esta via, far-se-á aqui uma reflexão sobre o conceito de cidadania – principalmente entendida como o “direito a ter direitos” (Arendt, 2012) – e como ela pode ser ampliada e ativa, aproximando este conceito de uma comunicação plural, dialógica, acessível, aberta e de grande alcance – para isso será evocado o conceito de Comunicação Pública.

1.2 O DIREITO A TER DIREITOS

As duas grandes guerras, junto à crise de 1929, compõem um momento histórico que inspirou e deu grande impulso à luta pelos direitos sociais, bem como antecedeu diretamente algumas das grandes reflexões globais sobre cidadania. Muitos são os autores pelos quais seria possível refletir sobre o conceito, mas optamos, aqui, por iniciar com a abordagem de Thomas Humphrey Marshall, em sua obra *Cidadania, Classe Social e Status*, que teve principalmente a Grã-Bretanha como modelo. A conferência que deu origem a esta obra foi, originalmente, proferida em 1949 e publicada em 1950 – posteriormente, tornou-se um clássico da sociologia no que se refere à cidadania.

O sociólogo faz a divisão deste conceito em três partes: civil, política e social. Cada elemento constitutivo da cidadania é situado pelo autor entre os séculos, sendo os direitos civis localizados no século XVIII; os direitos políticos,

significativamente ampliados no século XIX; e, por fim, no século XX teriam maior desenvolvimento os direitos sociais. De acordo com Marshall (1967, p. 63-64):

O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. [...] Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou com um eleitor dos membros de tal organismo. [...] O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade.

Como o autor explica, os períodos formativos de tais elementos que fazem parte da cidadania devem ser considerados de modo flexível e com certo entrelaçamento, pois não são datas precisas, e sim marcos históricos significativos para o fortalecimento de determinados elementos constitutivos da cidadania daquele país. Para Marshall (1967, p. 76) “a cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade”, e estariam em patamar de igualdade todos aqueles que possuíssem tal status – e isso, para o autor, é mais importante do que a igualdade de renda, na medida em que com o enriquecimento da “vida civilizada” haveria menos insegurança e maior aproximação em condições sociais entre os mais e os menos favorecidos.

O objetivo fundamental deste trabalho desenvolvido por Marshall foi pensar sobre o impacto da cidadania sobre a desigualdade social, em uma realidade particular. Desta forma, o autor permanece em sua posição de que as classes sociais são importantes, úteis; discute-se, contudo, em quais condições a pobreza é “aceitável”. Mesmo não reduzindo a desigualdade social, até o final do século XIX, assevera-se que a cidadania ajudou no desenvolvimento de políticas igualitárias nacionais no século XX (Marshall, 1967, p. 84), pois o que não se aceitaria, nesta perspectiva, eram famílias sem o mínimo para viver dignamente.

Na Inglaterra do final do século XIX, a cidadania passou também a promover um efeito integrador, nas palavras do autor:

A cidadania exige um elo de natureza diferente, um sentimento direto de participação numa comunidade baseado numa lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum. Compreende lealdade de homens livres, imbuídos de direitos e protegidos por uma lei comum. Seu desenvolvimento

é estimulado tanto pela luta para adquirir tais direitos quanto pelo gôzo dos mesmo, uma vez adquiridos (Marshall, 1967, p. 84).

A partir desta ideia, e entendendo que Marshall estava descrevendo uma realidade particular, extrapolamos a questão para refletir sobre a ligação da cidadania com essa “consciência nacional”, da participação em uma comunidade e como garantir a cidadania àqueles que não possuem uma nação, ou são expulsos da sua. A partir disso se apresenta a ideia da necessidade de pertencimento para que a cidadania seja garantida aos indivíduos.

A premissa da existência de um Estado nacional no conceito de cidadania, contudo, enfrentou o desafio da desnacionalização em massa imposta por Estados totalitários a partir da metade do século XX, causadora de um grande contingente de refugiados gerado pelos conflitos internos e internacionais pelos quais esses Estados estiveram envolvidos.

Além disso, na atualidade, o fenômeno da Globalização Econômica no plano internacional e o advento das políticas públicas de cunho neoliberal, no plano interno, trouxe aos Estados uma progressiva erosão em seu poder soberano de regulação das políticas de acesso a direitos sociais com consequências nas condições de vida dos cidadãos, culminando em situações sociais que beiram a ingovernabilidade sistêmica (Faria, 2009). Tais desafios levam a Ciência Política a repensar o liame essencial do conceito de Cidadania, do vínculo nacional para a ideia de pertencimento.

Esta relação entre cidadania e pertencimento aparece de forma potente no trabalho produzido por Hannah Arendt. Contemporânea a T. H. Marshall, mas escrevendo de uma perspectiva não-liberal, destacamos a cientista política e teórica por seu conceito de cidadania explorar significativamente a questão do “pertencimento” e da possibilidade de participação na esfera pública. Além destes, a autora construiu sua relevância em discussões acerca do espaço público, república e direitos humanos, para citar apenas alguns exemplos.

Uma das principais referências para a cidadania, teorizada por Arendt, é a da cidadania como “direito a ter direitos”, afirmação expressa na obra *Origens do Totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Em seu contexto original, a autora sustenta a ideia que “[...] o direito a ter direitos, ou o direito de cada indivíduo de pertencer à humanidade, deveria ser garantido pela própria humanidade” (Arendt, 2012, p. 406). Essa reivindicação pela “humanidade” deriva do relato histórico

presente na obra, que aborda os movimentos políticos totalitários, detalhando o desenvolvimento de fatos e acontecimentos do antissemitismo e do imperialismo, até chegar ao ponto nodal dos regimes totalitários da Alemanha, por exemplo, onde a cidadania [humanidade] foi retirada dos judeus – principalmente no período que compreende os anos da II Guerra Mundial.

A questão judaica é amplamente discutida pela perspectiva de Arendt, que era judia e refugiou-se em um campo de internamento na França devido à perseguição perpetrada pelo regime nazista na sua terra natal, a Alemanha. Após um período vivendo na condição de refugiada, Hannah Arendt emigrou para os Estados Unidos, em 1939. Tais vivências moldam o pensamento da autora para qual, nas palavras de Ferreira (2017, p. 2014) “a via contemplativa não se pôs como possibilidade”. O contexto vivenciado pela cientista política a levou para uma reflexão sobre o momento histórico que vivenciou. Ao contrário de muitos pensadores da época, no entanto, Hannah Arendt foi “Uma intelectual que não acreditava na inevitabilidade da revolução, mas na criatividade e espontaneidade dos movimentos políticos”.

Considerando o Holocausto do povo judeu, em *Origens do Totalitarismo*, inúmeros fatos históricos são trazidos à tona para ilustrar a evolução do antissemitismo e como “os Direitos do Homem, supostamente inalienáveis, tornaram-se inexecutáveis” (Arendt, 2012, 399). Ou seja, estes direitos que se supunham garantidos, independentemente de quaisquer fatores que fossem, não se efetivavam se os indivíduos não fossem cidadãos de um Estado soberano. Garantias que se deveriam sustentar apenas pela humanidade dos indivíduos, tornaram-se impossíveis de se alcançar sem um Estado que as sustente como tal a todos os indivíduos.

A linha histórica demonstrada por Arendt contextualiza o período imediatamente posterior à Primeira Guerra Mundial, as crises e guerras civis que se seguiram a ela, um intenso movimento migratório de indivíduos que não eram bem-vindos em outros lugares. Para a autora, “Uma vez fora do país de origem, permaneciam sem lar; quando deixavam seu Estado, tornavam-se apátridas; quando perdiam os seus direitos humanos, perdiam todos os direitos: eram o refúgio da terra” (Arendt, 2012, p. 369). Quando da perda da cidadania, desvinculação de sua nacionalidade, estes indivíduos estão sujeitos a perder sua dignidade e, conseqüentemente, sua humanidade. Estes indivíduos não possuíam nada que

pudesse garantir seus direitos, ainda que os mais básicos, nada garantia sua condição enquanto cidadão, ou mesmo sua sobrevivência.

Já durante os anos iniciais da Segunda Guerra Mundial, como outros judeus, Hannah Arendt considerava-se uma apátrida após ter saído da Alemanha, fato este que foi determinante para a totalidade da sua obra. A cientista política desenvolveu a afirmação de que para os apátridas, a impressão que se tinha era como se não pertencessem a lugar algum – nem mesmo àquele lugar que era deles –, e que ninguém olhava por eles.

Só conseguimos perceber a existência de um direito de ter direitos (e isso significa viver numa estrutura onde se é julgado pelas ações e opiniões) e de um direito a pertencer a algum tipo de comunidade organizada, quando surgiram milhões de pessoas que haviam perdido esses direitos e não podiam recuperá-los devido à nova situação política global. (Arendt, 2012, p. 405)

Mesmo para que existam e sejam respeitados direitos humanos básicos, é preciso que os sujeitos façam parte de um Estado, que este se responsabilize por eles, bem como possibilite a participação ativa dos indivíduos. A cidadania, na reflexão produzida por Arendt, faz referência a uma exigência de “pertencimento” para que os direitos individuais possam ser garantidos, para que haja a proteção institucional.

Sobre esta necessidade de fazer parte de uma comunidade, ativo politicamente e com sua cidadania assegurada, Arendt (2012, p. 405) ainda alerta que “A calamidade que se vem abatendo sobre um número cada vez maior de pessoas não é a perda de direitos específicos, mas a perda de uma comunidade disposta e capaz de garantir quaisquer direitos”. Sem pertencer a uma comunidade política, nega-se a participação no mundo humano, portanto, garantir cidadania é também assegurar direitos humanos básicos.

Destarte, o ‘direito a ter direitos’ significa o dever moral de os seres humanos serem reconhecidos mutuamente como membros de uma comunidade organizada (como ator da construção desse espaço político), bem como de serem reconhecidos como dignos de proteção das instituições legais dessa comunidade, isto é, que os indivíduos devem ser tratados como pessoas capazes de usufruir de direitos (Ramos, 2014, p. 4-5).

Como explica Ferreira (2017, p. 223) “Não havendo a noção do ‘direito a ter direitos’, temos um verticalismo nas relações sociais que diz a cada um quem ele é e

o que ele pode a partir de seu status na hierarquia social”. Perante tal verticalismo das relações, Arendt (2012, p. 402) reflete no sentido de que em alguns períodos históricos foi possível a completa supressão de quaisquer direitos, até chegar ao ápice de ser retirado de algumas pessoas – principalmente os judeus, durante a Segunda Guerra Mundial – o direito mais básico de todos, ou seja, estes indivíduos perderam o direito à própria vida.

Podem ser considerados dois significados distintos para a expressão “direito a ter direitos”, segundo Urs Marti (1998, p. 21-22 *apud* Winckler, 2004, p. 20), o direito a uma pátria é distinto de quaisquer outros direitos civis, sendo a falta dele responsável pela perda total de quaisquer outros direitos. Como segundo significado, a expressão denotaria o direito a “ser” humano, a pertencer à humanidade, esta que é uma garantia que apenas a própria humanidade poderia assegurar.

Reconhecer o indivíduo como peça integrante de uma dada comunidade faz parte da construção de um espaço público, um lugar para os pares, para discussões entre iguais, onde possam participar da atividade política da mesma forma como todos os demais sujeitos. Indo além, não apenas participar, mas ter sua voz e seu discurso considerado de mesma relevância que o dos demais. Falar e não ser ouvido, não faz parte do espaço público que estamos contextualizando, pois liberdade e igualdade são pontos fundamentais entre os indivíduos de uma comunidade para a construção da cidadania.

Importa, então, destacar que para Arendt a igualdade é condição fundamental para a distinção, e a riqueza de perspectivas engrandece a vida pública. A autora compreende, sobretudo, uma igualdade de papéis (*roles*), todos são igualmente cidadãos no que concerne ao espaço público da existência humana (Winckler, 2004, p. 15). Ou seja, com os mesmos papéis, o mesmo nível e status, todos seriam ouvidos para a condução da vida pública.

Para Arendt o liame que confere a cidadania e restringe a liberdade não é necessariamente a figura do Estado, em sua acepção moderna presente na Ciência Política, mas o conceito de autoridade (Ferreira, 2020), entendido como um poder que emana do agir em conjunto. A partir do comentário de Paixão (2015) o poder está associado à capacidade de iniciar e de desenvolver ações com os outros, estando fortemente relacionado com a liberdade. Este poder remete à ideia de *Ação* enquanto categoria de atividade que o homem realiza, conforme apresentada em

sua obra “A Condição Humana” (Arendt, 2016). Esta liberdade de interagir na esfera política da comunidade, a “Ação”, quando regida por padrões e parâmetros que são referência para a garantia da pluralidade, tornam possível um espaço público, cujo respeito deriva da ideia de autoridade no pensamento arendtiano (Ferreira, 2020).

Assim, a igualdade não é inata, ela é uma construção conjunta em uma comunidade política, dentro de um espaço público. Sem cidadania o indivíduo é totalmente privado de ter quaisquer direitos, inclusive da possibilidade de participar desta comunidade política, “o que pode ocorrer de forma radical, pela negação da nacionalidade e, conseqüentemente, do vínculo jurídico da cidadania, ou de forma sutil, pela negação dos espaços de participação, da ação e da palavra, o que equivale à supressão do espaço público” (Winckler, 2004, p. 21).

Fazemos tal reflexão mesmo considerando o pensamento de Arendt (2012, p. 93), no que diz respeito às condições humanas, ao mencionar que a igualdade neste quesito “Embora constitua o requisito básico da justiça, é uma das mais incertas especulações da humanidade moderna”. A autora não acredita em uma igualdade universal, mas aceita uma relação de solidariedade entre os povos. Entende que pela igualdade de posições enquanto cidadãos é possível a troca de opiniões, a construção da força política dos cidadãos que irão influenciar nas decisões que dizem respeito à comunidade da qual fazem parte, democraticamente.

Neste sentido, a igualdade não é dada, ela é construída por uma coletividade que se organiza politicamente. É, também, relevante nos espaços públicos democráticos, locais de visibilidade que fomentam a livre expressão e a possibilidade da ação, estas que são garantias de igualdade política.

A democracia, ainda, além de ter por base o direito, é regida por um princípio que lhe é inextricável: a igualdade. Entende-se que a democracia implica em participação. Apenas há democracia com a ação política comunicativa, exercitada por vias da intersubjetividade – que está no seio do pensamento democrático. O local de deliberação é a polis, que é o espaço da intersubjetividade por excelência. (Ramos, 2014, p. 16)

Destaque importante é que essa igualdade não se relaciona com “uniformidade”, diferentemente disso, a igualdade da qual Arendt (2020) trata é o que possibilita que a diferença exista. É por pressupor iguais condições de se manifestarem, e seu discurso ter peso equivalente a de qualquer outro indivíduo, que os cidadãos podem expressar suas singularidades e desigualdades. A esfera

pública é, sim, lugar de diálogo, e como afirma Ferreira (2017, p. 221) “O direito dos homens se expressarem livremente no confronto de ideias é garantido pela igualdade, um fato jurídico, próprio da vida política”.

Nesta mesma direção, reforçamos que a diversidade – a riqueza de pontos de vista – é de fundamental importância para a vida pública, pois a cidadania se realiza quando a opinião e a ação de todos os indivíduos, no espaço público, possui o mesmo status de importância para a condução dos negócios públicos. Ser cidadão, integrante de uma comunidade, é também direito e pressupõe a capacidade de participação, aptidão à construção desta comunidade; isto, na medida em que, se cidadania e igualdade não forem direitos de todos, serão então consideradas privilégio para poucos.

Retomamos, assim, que o “direito a ter direitos” é o que permite os sujeitos participarem do espaço público. É na esfera pública, lugar agonístico tantas vezes retomado por Arendt (2020), que a individualidade de cada sujeito pode ser confirmada por sua participação, é neste espaço político “que se formam as opiniões e as inter-relações das ações, lugar para a possibilidade do entendimento e do consentimento público, lugar também para o dissenso, para a diversidade de opiniões” (Ferreira, 2017, p. 220). É neste espaço que as decisões são tomadas a partir das experiências vividas, para o interesse público geral. Na visão de Lopes e Rossi (2018)

Para que os direitos humanos aconteçam será sempre preciso dar um passo além de considera-los apenas como leis universais, abstratas e inalienáveis. A ideia de concebê-los como uma ação política que deve sempre ser reiterada pela humanidade, aponta para um caminho melhor na perspectiva de realizá-los de forma mais concreta.

Assim, para Hannah Arendt a cidadania deixa de ser vinculada à figura de um Estado Nacional, para tornar-se pré-condição para o exercício do poder político pelo indivíduo que age em conjunto a partir de um padrão de autoridade inerente ao espaço público, um *locus* onde o cidadão manifesta o caráter político de sua condição humana e participa da construção do mundo que o rodeia, o mundo comum. A partir desta proposta, a Comunicação Pública pode ser entendida por um viés privilegiado, que transcende os limites da institucionalidade estatal, em favor de uma perspectiva democrática da vida política de uma comunidade.

1.3 A COMUNICAÇÃO PÚBLICA COMO *ETHOS* À CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

É a partir desta perspectiva de interesse da comunidade e pensando que os indivíduos precisam se capacitar e ter informações transformadas em conhecimento para ocupar o espaço público, que aproximamos o conceito Arendtiano de cidadania daquilo que entendemos por comunicação pública. Como Mainieri e Rosa (2006, p. 205) escreveram, “A comunicação pública entendida como *lócus* e a *ágora* da moderna democracia”, um tipo de comunicação que expande tópicos de interesse da comunidade, uma forma de ampliar o diálogo entre sociedade e Estado, em favor da coletividade.

O cidadão não pode ser visto como um indivíduo isolado que tem sua cidadania confirmada quando suas necessidades materiais são satisfeitas. Tal compreensão do que é o cidadão vai contra a democracia, dando margem à exclusão e a desigualdade política. Ao contrário de tudo isso, a cidadania ativa, no sentido pensado por Arendt, exige a participação na esfera pública, sendo a presença do cidadão diante dos outros o que fundamenta a vida política. (Ferreira, 2017, p. 224)

Como primeiro elemento de cidadania que destacamos, ter informações de forma plural, transparente e clara é essencial para a construção da vida pública, para o exercício da cidadania e a possibilidade de dialogar no patamar e status de igualdade dentro do espaço público. Este conjunto de informações é basilar para viver em comunidade, fundamental também para que se possa exercer plenamente direitos civis, políticos e sociais, para que haja o exercício da cidadania.

O direito à informação é necessário para que outras garantias existam e possam ser exercidas; é pela informação que se produz conhecimento, para fundamentar a participação e decisão. A comunicação pública se inicia na realização do direito à informação e, como Duarte e Duarte (2019, p. 3) explicam, ela “essencialmente, é assumir a perspectiva cidadã nos temas de interesse coletivo”. Complementamos, ainda, que ela deve assegurar a oportunidade de participação do cidadão, na maior parte possível do processo comunicativo.

Indo além do elemento da informação, a comunicação pública abre conversas, ela cria a possibilidade do diálogo e pode ser fomentada pelo Estado – mas não somente por ele – de igual modo como é sua obrigação a garantia de inúmeros serviços sociais, como saúde e educação, por exemplo. O direito à

comunicação de interesse público passa pela compreensão de sua importância enquanto ferramenta significativa de uma educação social para a cidadania e para que, no conjunto de conhecimentos e trocas do processo, haja a emancipação dos sujeitos e promovam a capacidade e conscientização sobre a importância do seu papel.

Diante disso, reforçamos que na teoria arendtiana, aqui trabalhada, a noção de cultura cívica é bastante forte, a inserção do cidadão na esfera pública deve ser construída para que a mediação entre Estado e sociedade civil aconteça de forma efetiva. Portanto, a informação da comunidade a fim de ampliar o horizonte de conhecimentos dos indivíduos, possibilita o melhor exercício participativo, e de cidadania no espaço público.

Faz-se necessário, ainda, a orientação e criação do hábito por parte do cidadão da checagem dos fatos, da verificação das informações, ou, minimamente, da recepção de informações de fontes confiáveis do jornalismo, como aquelas da via da comunicação pública.

A comunicação pública, em nosso entendimento, é aquela que trabalha os fatos de interesse público, estando atenta também aos direitos, constrói ações informativas e cria espaços de diálogo fundamentados no interesse coletivo. Como Bucci (2021) afirma

Numa democracia, a força da ordem social, da ordem política, vem diretamente do dissenso e da participação, quanto mais existe participação, quanto maior é o dissenso, quanto mais as pessoas discutem sobre como interpretar os fatos, mais forte é a democracia. A discussão amplia a participação democrática. O papel da comunicação pública é exatamente assegurar que a principal instância de uma democracia, que é o público, que são os cidadãos reunidos em públicos, que é a vontade popular, esteja com fundamentos sólidos para tomar decisões sólidas. Democracia vai bem quando o público está bem informado.

É neste sentido que defendemos uma comunicação emancipatória, capaz de promover a ponderação e a ação dentro do espaço público, promover a cidadania, seja no exercício de direitos ou na demanda por garantias. Dar voz ao cidadão e criar meios para que seus interesses sejam, de fato, ouvidos pelo Estado, são algumas das funções da comunicação pública. Esta comunicação pode ser o ponto-chave para que sejam criadas as condições para que os cidadãos tenham melhor noção de seus direitos, garantias, suas decisões e opções, bem como da própria possibilidade de participarem das deliberações coletivas.

O desafio inicial está em promover uma comunicação paritária, minimamente igualitária, que amplie as possibilidades de debate, com relacionamento recíproco entre sociedade civil e Estado, diálogo este que é expressão da coletividade e da democracia – características fundantes da comunicação pública. A comunicação é espaço de conquista, quebra de barreiras e, como define Kunsch (2012, p. XIII) “Esta deve ser concebida como instituição aberta, que interage com a sociedade, a mídia e o sistema produtivo. Seus órgãos precisam extrapolar os muros da burocracia para alcançar o cidadão comum”.

A participação popular fundamenta o estado democrático de direito, porém, ainda que seja uma garantia legal, a cidadania constitucionalizada pode não ser efetivada pela dificuldade dos indivíduos em se articularem e terem espaços de fala. Isto, pois, entendemos que ter ou portar o direito não é o mesmo que exercê-lo. São nestas instâncias que a comunicação pública deve se tornar ainda mais próxima à população, lembrando aos indivíduos do seu “direito a ter direitos”.

Ser membro de uma comunidade significa estar apto para a construção desta mesma comunidade, sendo por ela representado. Nesse âmbito, político por excelência, a cidadania é, outrossim, identificada com um conjunto de direitos atribuídos e historicamente conquistados que garantem ao indivíduo sua participação ativa na condução dos negócios públicos (Ramos, 2014, p. 5).

A comunicação pública tem suas bases firmadas na ideia principal de ser um meio viável para auxiliar na construção da cidadania, para viabilizar práticas democráticas e, a partir disso, articular ideias e ações de interesse coletivo, a fim de garantir direitos.

Destacamos o modo dialógico da comunicação para incentivar a participação, espaço de discussão e troca, por também entender que “O índice de desenvolvimento democrático já não mais se mede pelo número de pessoas que têm o direito de votar, mas pelo número de instâncias (não políticas) nas quais elas podem exercer o direito de participar” (Duarte, 2007, p. 100). A comunicação pública pode criar estes espaços, ela é o esforço de melhorar a vida das pessoas pela comunicação, de forma responsável e consciente.

É a partir da comunicação pública que se pode destacar o direito de todos terem direitos, acesso, possibilidade de participação e senso de pertencimento a uma comunidade interessada no bem comum. A cidadania passa pelo acesso e

participação, o acesso passa pela informação sobre a vida pública e suas possibilidades, o diálogo sobre estas oportunidades pode ser aberto pela comunicação pública.

Assim como Duarte (2007) entendemos a Comunicação Pública muito mais como um *ethos*, uma forma de agir diante da coisa pública, do que necessariamente ferramentas e instrumentos de informação. Assumir a perspectiva cidadã privilegia o bem comum.

Assumir a perspectiva cidadã e praticar a comunicação pública, portanto, necessita muito menos de ferramentas, instrumentos e meios, do que de um comprometimento e senso de responsabilidade compartilhado por todos aqueles que fazem parte da ação comunicativa. Fazer comunicação pública é ter a noção do seu lugar diante de um bem maior, o interesse público; é desenvolver a comunicação visando o cidadão, o bem comum; é entender que a relação multidirecional, que envolve sociedade e Estado, é benéfica à cidadania e fortalece a democracia.

1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunicação pública é um direito, bem como fundamenta a cidadania. Tratada como o “direito a ter direitos”, pensamos a cidadania também na forma do seu acesso, que pode ser facilitada com a comunicação pública; esta que é também relacionamento, para com o diálogo compreender melhor o que é o interesse público e como abordá-lo de forma acessível a todos.

No mesmo sentido que compreendemos a Comunicação Pública como um *ethos*, concordamos com Brandão (2007, p. 31) quando a autora afirma que

O papel da comunicação mudou e é cada vez menos profissão. É quase missão: é fazer circular a informação e suas respostas, muito mais do que produzir. É muito mais visão de futuro, do que objetivo institucional. É preciso não confundir o conceito com a formação profissional. A comunicação é componente da vida política de um país e a Comunicação Pública é o resultado da organização da voz do cidadão neste cenário político.

Não descartamos o poder que emana do povo em outras formas, debates, diálogos e direitos; estamos aqui apenas dando foco a uma possibilidade de organização que auxilia neste processo. O direito a ter direitos, a pertencer a uma

comunidade, pode ser entendido também além da localização geográfica dos cidadãos.

A exclusão destes indivíduos pode se dar de tantas maneiras, como a desigualdade econômico-social, de acesso à educação, de oportunidades de fala. A comunicação pública vem no sentido de minimizar alguns destes aspectos, assumindo a perspectiva comum e privilegiando o interesse da comunidade, para que cada vez mais indivíduos possam plenamente “pertencer” ao local em que vivem.

CAPÍTULO 2 - CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESFERA PÚBLICA DE JÜRGEN HABERMAS E A COMUNICAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

RESUMO

Consideramos aqui como marcos principais para pontuar ideias diversas atreladas ao conceito de esfera pública em Habermas as seguintes obras: Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa (publicada em 1962); Teoria do Agir Comunicativo (volume 2, publicados em 1981); o “Prefácio de 1990” para a nova edição da sua obra de 1962; e Direito e democracia: entre facticidade e validade (volume 2, publicado em 1992). Após retomar alguns dos caminhos que as ideias habermasiana assumiu ao longo de seu desenvolvimento teórico, bem como o autor relaciona o tema aos meios de comunicação de massa e à indústria cultural, levaremos a discussão para o modo como autores brasileiros se apropriaram do conceito para auxiliar na construção daquilo que hoje se compreende por comunicação pública no Brasil. Por fim, são realizadas algumas considerações críticas sobre o poder dos meios de comunicação na formação da opinião pública.

Palavras-chave: Esfera Pública. Democracia Deliberativa. Mass Media. Comunicação Pública no Brasil.

ABSTRACT

The main texts to learn about different ideas about the concept of the public sphere in Habermas, that we consider: Structural change in the Public Sphere: investigations into a category of bourgeois society (published in 1962); Communicative Acting Theory (volume 2, published in 1981); the “1990 Preface” to the new 1962 edition of his work; and Law and democracy: between facticity and validity (volume 2, published in 1992). After resuming some of the paths that the Habermasian ideas took throughout their theoretical development, as well as the author relating the theme to the mass media and the cultural industry, we will take the discussion to the way in which Brazilian authors appropriated the concept to help in the construction of what is understood today as public communication in Brazil. Finally, some critical considerations are made about the power of the media in the construction of public opinion..

Key words: Public Sphere. Deliberative Democracy. Mass Media. Public Communication in Brazil.

2.1 INTRODUÇÃO

O conceito de esfera pública será aqui discutido de acordo com a perspectiva habermasiana, partindo de sua obra *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria de sociedade burguesa* e até chegar a posterior atualização, presente em *Direito e democracia: entre facticidade e validade*.

Losekann (2009, p. 39) realiza uma revisão teórica de Habermas e, sobre a esfera pública afirma que:

O surgimento de uma esfera pública significaria, desta maneira, a emergência de um espaço, no qual, assuntos de interesse geral seriam expostos, mas também controvertidos, debatidos, criticados, para, então, dar lugar a um julgamento, síntese ou consenso. Como decorrência, quanto mais assuntos forem trazidos para discussão, mais julgamentos acerca da realidade social existirão. Olhando por outro ângulo, quando um tema ganha publicidade, isto significa que será submetido a uma avaliação pública. Aí reside o ponto fundamental da noção de esfera pública para a teoria democrática. Para Habermas, a esfera pública seria a esfera de legitimação do poder público.

Neste ponto, Losekann (2009) afirma que Habermas ainda se referia a composição da esfera pública por estruturas internas bastante restritas. Sendo que para a constituição de uma esfera pública a condição seria o “acesso a todos”, porém, este todos – quando Habermas inicia suas reflexões a respeito do tema – referia-se especificamente ao burguês do século XVIII. A igualdade nesta esfera pública habermasiana seria determinada pelo “interesse comum” daqueles que, à época, combinavam as identidades do homem e do cidadão, ou seja, apenas os burgueses.

Habermas construiu seus pensamentos à sua época, pensando o contexto em que estava presenciando. Membro da Escola de Frankfurt, ou também chamada de Teoria Crítica, Jürgen Habermas (1929-) é um filósofo e sociólogo alemão que faz parte do que foi classificado como a segunda geração desta corrente epistemológica. Distanciando-se dos autores que fundaram e fizeram parte da primeira geração da Escola de Frankfurt, Habermas dedicou sua carreira a desenvolver teorias que dão corpo às ideias de política, moral e direito, indo além do que seus predecessores haviam feito.

Ainda que reunidos sobre a mesma definição de Teoria Crítica, separados apenas por marcos de “gerações”, autores como Adorno, Horkheimer, Marcuse, Habermas, guardam significativas diferenças quanto às suas contribuições teóricas para pensar a modificação da realidade e para trabalhar na construção de conceitos como razão, cultura, ciência, entre outros.

Ao contrário dos pensadores do período do pós-guerra, que perceberam a sociedade a partir de uma dialética finalista de ação, colocando uma forte tendência de analisar a sociedade por seu conteúdo técnico-instrumental, reificante e com bloqueios emancipatórios, Habermas busca o entendimento e a comunicação livre de coerções (Bettine, 2021, p. 12).

É preciso se afastar de “falsas homogeneizações” (Freitag, 1994, p. 33) sobre tais pensadores, mesmo que sejam todos estes considerados da linha dos frankfurtianos, não há consenso epistemológico ou unidade temática entre os seus representantes – havendo, inclusive, marcadas nuances e distanciamentos mesmo dentro das chamadas “gerações” que didaticamente dividem estes teóricos.

Diferente da uniformidade, as características que os mantêm unidos, conforme assevera Freitag (1994, p. 33-34) são a “capacidade intelectual e crítica, sua reflexão dialética, sua competência dialógica ou aquilo que Habermas viria a chamar de ‘discurso’, ou seja, o questionamento radical dos pressupostos de cada posição e teorização adotada”.

Inaugurada por volta da segunda década do século XX, algumas das questões desenvolvidas por Habermas posteriormente ainda estavam em curso à época, ou não claras o suficiente, àquele momento, para a geração fundadora da Escola de Frankfurt (composta, principalmente, por Adorno, Horkheimer, Marcuse, Benjamin).

Desta forma, é possível afirmar que ainda não havia desenvolvimento teórico suficiente, ou condições reflexivas, para discutir sobre o período em que estavam vivendo, qual seja, os anos subsequentes às Grandes Guerras Mundiais (Palermo, 2013). Os autores da primeira geração ainda não reuniam condições suficientes para vislumbrar o potencial dos acontecimentos deste momento histórico – estavam imersos nele, deixando uma lacuna que posteriormente passou a ser preenchida por Habermas, no que diz respeito à crítica (jurídica, política, moral, etc) à modernidade.

Há não só um distanciamento do diagnóstico de época apresentado, mas, como afirma Bettine (2021, p. 10), Habermas refuta parte dos pressupostos colocados por estes teóricos precursores, que “presos à filosofia do sujeito e a uma concepção puramente instrumental de racionalidade, buscaram difundir, por meio de uma frente marxista, a ideia de que os avanços materiais levariam a um potencial de emancipação”.

As ideias passam a evoluir de maneira diversa também devido ao novo contexto que se apresentava. Este período é fundamental quanto à possibilidade de democratização da Alemanha, país que é berço dos autores filiados à Teoria Crítica. Assim, Habermas temia que esse processo de democratização ocorresse de forma excessivamente elitista e tecnocrática (Freitag, 1994), por isso há um esforço do autor por pensar movimentos políticos que vinham da base social (historicamente vinculados ao proletariado).

O autor refletia sobre a possibilidade de pautar e viabilizar uma efetiva participação política no processo de democratização.

Habermas sempre teve como norte a ideia da reconstrução alemã no pós-guerra, o pacifismo, a União da Alemanha e a União da Europa. Teve a sensibilidade de perceber ao seu tempo o desenvolvimento da esfera pública e dos movimentos sociais, como forma de organizar as demandas sociais e servir de freios para impulsos totalitários. Defensor da democracia deliberativa e da social-democracia, entendendo-as como mecanismos de peso e contrapesos nas relações internas e internacionais (Bettine, 2021, p. 6).

Imerso no contexto pós-guerras, Habermas presencia o fechamento de uma fase totalitária e também a possibilidade de criação de um Estado democrático de direito. Esta é uma das suas motivações para buscar, constantemente, trabalhar dentro de conceitos que sejam frutíferos politicamente, pensando a realidade do momento em que estava vivendo. Assim, ao longo de aproximadamente 60 anos de carreira, entre os seus principais trabalhos estão temas relacionados à democracia, democracia deliberativa, o agir comunicativo, à racionalidade e também a esfera pública – este último, foco da discussão aqui empreendida.

Já em 1962, data do lançamento da sua primeira grande obra, *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*, o autor passa a tecer considerações a respeito deste assunto de grande relevância em seu trabalho, passando nesta mesma obra pelos conceitos de público

e privado, opinião pública e uma análise sobre a mudança da estrutura que a esfera pública sofreu entre os séculos XVIII e XX.

É possível compreender o avanço da teoria habermasiana observando aquilo que o autor entende por esfera pública e suas reformulações ao longo do tempo. “Desde cedo, Habermas deu centralidade ao conceito de esfera pública e ao longo dos anos não empregou o conceito da mesma maneira, ainda que sempre reforçasse seu potencial crítico e explicativo” (Melo, 2015, p. 12). Assim, compreendemos que a noção de esfera pública não se manteve estática ao longo dos anos e em diferentes obras do autor.

Como o próprio Habermas faz em seu trabalho, exploraremos aqui o conceito sem desconsiderar as críticas posteriores à publicação dos seus textos, no que diz respeito à incompletude do desenvolvimento teórico sobre uma esfera pública que englobe também negros, mulheres, proletários, entre outros. Ou mesmo àquelas críticas que tratam de um tom excessivamente abstrato do trabalho, como um tipo-ideal ou utopia. Estas questões estão eminentemente presentes e foram também fundamentais para o desenvolvimento do tema.

Desta forma, consideramos aqui como marcos principais, para pontuar ideias diversas atreladas ao conceito de esfera pública em Habermas as seguintes obras: **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa (publicada em 1962); **Teoria do Agir Comunicativo** (volume 2, publicados em 1981); o “**Prefácio de 1990**” para a nova edição da sua obra de 1962; e **Direito e democracia**: entre facticidade e validade (volume 2, publicado em 1992).

Após retomar alguns dos caminhos que a teoria habermasiana assumiu quanto à esfera pública, bem como relacionar o tema aos meios de comunicação de massa, levamos a discussão para o modo como autores brasileiros se apropriaram do conceito para auxiliar na construção daquilo que hoje se compreende por “Comunicação Pública” no Brasil. Para essa aproximação, analisamos obras inaugurais sobre Comunicação Pública no Brasil e como Habermas está presente nos conceitos propostos. Posteriormente, serão trazidas à tona algumas críticas e questionamentos a respeito da criação da opinião pública com novas tecnologias eletrônicas de comunicação.

2.2 DA MUDANÇA ESTRUTURAL ATÉ DIREITO E DEMOCRACIA: SOBRE A ESFERA PÚBLICA HABERMASIANA

Como o autor expressa em seu breve prefácio à primeira edição, “*Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*” foi o trabalho apresentado, em 1961, à Faculdade de Filosofia de Marburg, como sua tese de livre-docência. Posteriormente, a obra veio a se tornar um clássico em diversas áreas, como nas ciências sociais, também nas ciências políticas, sociologia, direito, entre outras.

Lançada publicamente no ano de 1962, tal obra foi a tese com a qual Habermas se credenciou ao cargo de professor universitário na Alemanha, é também uma análise que leva em conta a conjuntura do período em que o autor está passando, com a democratização alemã após as grandes guerras. Entre outros assuntos, discute o conceito de esfera pública “burguesa”, com procedimentos sociológicos e históricos, e que são pensados dentro de características temporais específicas. O próprio autor cita que:

Concebemos a ‘esfera pública burguesa’ como uma categoria típica de época, ela não pode ser retirada do inconfundível histórico do desenvolvimento dessa ‘sociedade burguesa’ nascida no outono da Idade Média européia para, em seguida, generalizá-la num ideal-tipo, transferi-la a constelações formalmente iguais de situações históricas quaisquer (Habermas, 2003, p. 9).

Ainda assim, na sequência deste pensamento o autor argumenta sobre a necessidade de uma pesquisa com procedimentos sociológicos de tendências historicistas atuar também a um nível de generalidades, exatamente como um tipo-ideal, de modo que situações individuais e isoladas no seu contexto possam ser citadas como exemplo, transcendendo assim para linhas que ultrapassam os casos meramente individuais.

Durante a sua obra, Habermas trata de uma formação específica, da consolidação e, por fim, da decadência do conceito de esfera pública durante os séculos XVIII, XIX e XX. Essa trajetória então inicia pela descrição de um tipo ideal de esfera pública burguesa, no tempo histórico dos séculos XVIII e XIX, que prosperou em países como a Inglaterra, França e Alemanha.

O ideal de esfera pública criado se confronta com uma realidade que faz com que seu potencial seja limitado. Como definição habermasiana, categoria central e ideal normativo, relacionada a um dado momento histórico:

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social. O meio dessa discussão política não tem, de modo peculiar e histórico, um modelo anterior: a racionalização pública. Na língua alemã, esta palavra, *Räsonnement*, mantém indelével as nuances políticas de ambos os lados: o apelo à razão e, ao mesmo tempo, o seu rebaixamento, cheio de menosprezo, a mero palavrorio pseudo-racional (Habermas, 2003, p. 42)

Para Habermas a esfera pública pode ser entendida como elemento que promove a mediação, a relação entre o Estado e a sociedade civil. Dito isso, é fundamental para a compreensão sobre a construção do conceito de esfera pública habermasiana saber do entendimento que o autor possui sobre a dimensão de “modernidade”². Está presente a ideia de que na modernidade aconteceu, ao longo do tempo, uma cisão entre sociedade e Estado; a modernidade é a distinção destas duas esferas. A sociedade passa a ser o espaço da reivindicação e autonomia privadas (esfera apolítica), e o Estado é o domínio político, pelos interesses públicos (Melo, 2015).

O principal problema enfrentado nesta separação entre sociedade e Estado é aquele que se refere às questões de legitimação do poder político, tendo em vista que se distanciam, se deslocam os interesses referentes ao Estado e à sociedade. A vontade política pode ser assim fundamentada e justificada independentemente da sociedade, inclusive manipulada pelos meios de comunicação de massa.

É neste sentido que o pensamento habermasiano se desenvolve em sua publicação de 1962, como Lubenow (2012, p. 189-190) resume sobre o tema central desta obra “é a subversão do princípio da publicidade crítica para uma publicidade manipulativa, e a consequente despolitização da esfera pública operada pela intervenção estatal e a influência dos meios de comunicação de massa”. Ou seja, a

² Habermas tem como horizontes teóricos autores como Hegel e o Jovem Marx, referências explícitas, textualizadas pelo próprio Habermas em sua obra.

esfera pública que se constitui pela razão crítica, torna-se produto corrompido, subvertido à manipulação.

Esse não é um processo instantâneo. Ele é descrito pelo autor frankfurtiano ao longo de toda a sua obra, isto, desde sua compreensão inicial de como a esfera pública literária – centrada na crítica e reunindo-se para discussões em cafés, salões e associações – é base para a esfera pública política (esfera pública burguesa). De acordo com o autor, “A esfera pública política provém da literária; ela intermedia, através da opinião pública, o Estado e as necessidades da sociedade” (Habermas, 2003, p. 46). A mediação entre a sociedade burguesa e o Estado tem também a função de retirar a centralidade apenas do poder público estabelecido, e restabelecer o poder compartilhado.

Contudo, nas sociedades capitalistas do século XX, Habermas argumenta que estes que eram antes espaços de debate e formação de opinião, passam a sofrer com a conotação manipulativa que assumem. Como Habermas (2003, p. 189) escreve, passam “do público pensador de cultura ao público consumidor de cultura”, essa esfera pública assume o tom de propaganda,

A "cultura" difundida através dos meios de comunicação de massa é particularmente uma cultura de integração: ela integra não só informação e raciocínio, as formas publicitárias como as formas literárias da beletrística psicológica para uma ocupação e "ajuda de vida" determinada pelo *human interest*; ela é suficientemente elástica para também assimilar, ao mesmo tempo, elementos da propaganda, até mesmo para servir como uma espécie de super-slogan que, caso ainda não existisse, poderia ter sido simplesmente inventado para fins de *public relations do status quo* (Habermas, 2003, p. 207).

Neste raciocínio, a esfera pública se vendeu ao mercado e uniformizou opiniões através da manipulação destas, deixando a criticidade dos salões, livrarias, bibliotecas públicas, associações, cafés e jornais do século XVIII para trás. Deste modo, a atitude crítica anterior dá espaço para o conformismo. “A esfera pública se torna uma corte, perante cujo público o prestígio é encenado - ao invés de nele desenvolver-se a crítica” (Habermas, 2003, p. 235).

Esta análise do papel de manipulação dos meios de comunicação de massa, sustentando a perspectiva cética sobre o papel emancipatório da esfera pública após o século XX, é construída na primeira obra habermasiana, contudo, é mantida durante o desenvolvimento de suas ideias ao longo dos anos, por exemplo, no livro

Teoria do Agir Comunicativo. Ainda que, “Mesmo tendo vivido sob a tensão da segunda guerra mundial e suas consequências, sempre se apoiou nas formas de construção de consensos em debates públicos, como forma de resolver os impasses sociais” (Bettini, 2021, p. 7).

Apesar disso, em sua obra de 1981, a descrição dos meios de comunicação de massa é realizada como instrumentos de colonização do mundo da vida (Habermas, 2012, p. 576), o que limita o processo de emancipação. Nesta etapa de desenvolvimento teórico, o autor compreende a esfera pública como parte do mundo da vida, responsável pela garantia de sua autonomia e proteção contra o sistema administrativo – há aqui expresso um papel defensivo.

É em 1990 que Habermas escreve um prefácio para uma nova edição do seu livro *Mudança Estrutural da Esfera Pública* e passa a dar luz a algumas questões. Este é um texto fundamental para a compreensão das evoluções e reformulações referentes ao conceito de esfera pública neste autor. É neste texto, após a escuta de diversas considerações realizadas em uma conferência em Chappel Hill, na Universidade do Norte da Califórnia, em 1989, que Habermas passa a pontuar e rediscutir certos aspectos da sua teoria sobre esfera pública, formulada ainda em 1962 e que deixou vários pontos em aberto.

Ciente da possibilidade de evolução, mas também de suas limitações quanto ao desenvolvimento específico de algumas linhas tratadas anteriormente em seu livro, Habermas se propõe a evidenciar algumas questões, sem pretensão de completude. Este é um momento de autocrítica, o autor reflete sobre algumas das críticas realizadas ao seu trabalho ao longo do tempo e pensa em possibilidades a esse respeito, concordando ou elaborando de maneira mais aprofundada estas questões.

O autor vai discutir “a insuficiência da sua interpretação, as inúmeras restrições de um modelo de esfera pública idealizado, algumas deficiências de interpretação, relativizando determinadas passagens, justificando certas interpretações ‘por demais simplistas’ [...]” (Lubenow, 2012, p. 201-202). Outra questão profundamente relevante, a qual o autor se debruça de modo um pouco mais demorado em seu prefácio para a nova edição, é a exclusão das mulheres. Habermas entende que outras exclusões devem ser consideradas, mas esta é sintomática em outros aspectos também. Em suas próprias palavras Habermas (2014, p. 46) explica que:

Torna-se patente nisso que a exclusão das mulheres foi também constitutiva para a esfera pública política, no sentido de que esta foi dominada pelos homens não apenas de modo contingente, mas foi também determinada em termos de gênero em sua estrutura e sua relação com a esfera privada. Diferentemente da exclusão dos homens subprivilegiados, a exclusão das mulheres tinha uma força estruturante.

Outra questão de destaque revista e reforçada pelo autor é que, ao retomar o tema dos meios de comunicação de massa, neste prefácio de 1990, Habermas traz a nova relevância da propaganda com os meios de comunicação de massa eletrônicos,

A esfera pública, ao mesmo tempo pré-estruturada e dominada pelos meios de comunicação de massa, tornou-se uma arena permeada de relações de poder, na qual, por meio de temas e contribuições, ocorre uma disputa não apenas em torno da influência, mas também sobre o controle que incide sobre os fluxos comunicativos comportamentalmente eficazes e que oculta o máximo possível suas intenções estratégicas (Habermas, 2014, p. 58).

É a partir da década de 90 que Habermas passa a vislumbrar um papel mais “ofensivo” da esfera pública, diferente daquele anterior que se limitava às defesas. Quando tratando da circulação do poder político, o autor, neste novo modelo, pensa a esfera pública com um papel mais amplo e mais ativo diante de ações formais mediadas institucionalmente. Aqui se entende um “esfera pública sensível, permeável, capaz de introduzir no sistema político os conflitos existentes na periferia” (Lubenow, 2010, p. 229-230), assim, os processos de comunicação e decisão já estão ancorados no mundo da vida por uma “abertura estrutural”.

Ao contrário da especificação mais rígida das conceituações iniciais do autor na década de 60, entendemos com Melo (2015, p. 13) que “a formulação habermasiana da década de 1990 seria muito abstrata, com contornos históricos e empíricos pouco definidos”. A generalização do conceito abre margens interpretativas maiores, envolvendo um universo maior de questões, mas também deixando mais margens para contra-argumentações.

Nas formulações a partir deste momento, a esfera pública é entendida como mediadora entre o Estado e o sistema político e os setores privados do mundo da vida, como uma estrutura intermediária (Lubenow, 2010). Em *Direito e democracia*:

entre *facticidade e validade*, Habermas dedica uma parte de seu livro para a questão e conceitua como:

Esfera ou espaço público é um fenômeno social elementar, do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade; porém, ele não é arrolado entre os conceitos tradicionais elaborados para descrever a ordem social. A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização, pois, ela não constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis, nem regula o modo de pertença a uma organização, etc. Tampouco ela constitui um sistema, pois mesmo que seja possível delinear seus limites internos, exteriormente ela se caracteriza através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis. A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e *opiniões*; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões *públicas* enfeixadas em temas específicos. Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a *compreensibilidade geral* da prática comunicativa cotidiana. (Habermas, 1997, p. 92)

Aqui a esfera pública se relaciona mais a algo como um espaço social onde se possibilita a construção de uma formação discursiva da opinião e da vontade política. Como o próprio autor explica, “A esfera pública constitui principalmente uma *estrutura comunicacional* do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o *espaço social* gerado no agir comunicativo, não com as *funções* nem com os *conteúdos* da comunicação cotidiana.” (Habermas, 1997, p. 92)

Não existem, desse modo, temas ou assuntos que devem ou não ser tratados, não há censura ou limitação, é um espaço quase que irrestrito de comunicação. Contudo, o autor também compreende a necessidade de autolimitações da esfera pública, para que ela não se renda a toda e qualquer manifestação pública, inclusive aquelas facilmente manipuladas por interesses particulares ou os meios de comunicação de massa.

O poder da mídia de massa é tematizado de modo crescente nas ideias apresentadas por Habermas, que traz este como um dos principais problemas na despolitização da esfera pública, junto a estratégias publicitárias, informações impostas e misturadas com entretenimento. Além disso, os meios de comunicação de massa tendem a inverter o foco discursivo ideal, ou seja, da periferia para o centro, com a atual conformação a informação se dirige de maneira centrífuga, que parte do centro para fora (Habermas, 1997).

Esta preocupação perpassa grande parte do trabalho habermasiano, ou seja, como fazer com que a sociedade civil exerça influência sobre o sistema político, como as esferas informais do mundo da vida podem exercer pressão na tomada de decisões, ou como Lubenow (2010, p. 231) assevera, “como transformar poder comunicativo em poder administrativo”.

Nesta medida, em *Direito e Democracia*, Habermas (1997, p. 91, grifos do autor) traz uma importante pista para continuidade e melhora no processo:

Na perspectiva de uma teoria da democracia, a esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode limitar-se a percebê-los e a identificá-los, devendo, além disso, tematizá-los, problematizá-los e dramatizá-los de modo convincente e *eficaz*, a ponto de serem assumidos e elaborados pelo completo parlamentar. E a capacidade de elaboração dos *próprios* problemas, que é limitada, tem que ser utilizada para um controle ulterior do tratamento dos problemas no âmbito do sistema político.

Esta ideia e força teórica são trazidas para a construção do conceito de Comunicação Pública no Brasil, a fim de promover a alteração da realidade presente no país. A partir deste ponto, criamos uma linha de aproximação entre o pensamento habermasiano e o desenvolvimento do conceito de Comunicação Pública.

2.3 A INFLUÊNCIA DA ESFERA PÚBLICA DE HABERMAS NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Nem esfera pública e nem a comunicação pública são conceitos rígidos, lacrados em si mesmos. Esfera pública não é um conceito fechado e nem representa uma coisa só e isso se evidencia desde os trabalhos habermasianos da década de 60 do século XX, quando desde lá já foram separados dois tipos, com a descrição da esfera pública hegemônica (burguesa) e esfera pública plebeia, por exemplo.

As ideias de Habermas, sobre esfera pública - e diversos outros temas, foram fundamentais para autores nacionais construírem os conceitos relacionados à comunicação pública no Brasil. Isto, pois, “Habermas pensa a partir de um paradigma comunicacional, em que a relação entre ciência, conhecimento e

comunicação pública é uma condição fundamental para a democracia” (Oliveira, 2022).

É possível compreender a esfera pública habermasiana como alternativa para implementação de novas experiências democráticas, espaço

em que indivíduos privados se reúnem para discutir questões de interesse público e são capazes de construir e sustentar uma discussão política de caráter crítico. A esfera pública nascida com a revolução burguesa traz consigo a ideia da participação política e da relação entre Estado e sociedade. Ela indica a existência de um espaço em que os cidadãos buscam participação política por meio do diálogo racional sobre questões de seu interesse (Haswani, 2013, p. 13).

Compreendemos a esfera pública e seu potencial emancipatório como a base para a construção dos conceitos de comunicação pública no Brasil e também para as formas modernas desse tipo de comunicação. Concordamos que, “Talvez as categorias mais relevantes, no cenário brasileiro, sejam as de esfera pública, política deliberativa e sociedade civil. Nesses três conceitos, encontramos grande parte do esforço habermasiano para aplicá-los ao mundo concreto” (Bettine, 2021, p. 13). Em sua relação com a comunicação pública, os conceitos habermasianos estão também presentes na construção teórica dos principais autores nacionais da Comunicação Pública, principalmente o conceito de esfera pública.

Curtinovi e Mesquita (2014) realizaram um estudo sobre as obras inaugurais que tratavam do assunto “Comunicação Pública”, para tal, analisaram as obras mais citadas entre os anos de 2000 e 2013³, período embrionário e quando o conceito passa a ser apropriado pelos estudiosos, assim que obras de referência começam a ser publicadas por autores brasileiros.

A partir deste trabalho, corroborado por Liedtke e Curtinovi (2016), depreendemos que as obras mais citadas no período foram artigos presentes nos livros:

- Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público: São Paulo: Atlas, 2007. Organizada por Jorge Duarte.
- Comunicação pública. Campinas, SP: Alínea, 2004. Organizada por Maria José da Costa Oliveira.

³ No que diz respeito ao conceito de Comunicação Pública no Grupo de Pesquisa (GP) Políticas e Estratégias de Comunicação, aos congressos da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom).

Selecionamos os cinco principais textos mais citados nas obras em questão e dele separamos a forma com que os autores conceituam a Comunicação Pública, e é a partir destas citações que analisaremos a construção do conceito de Comunicação Pública no Brasil e a influência habermasiana para tal.

O conceito mais citado à época é o de Heloiza Matos, autora referência no tema por ter trazido ao Brasil os escritos do autor francês Pierre Zémor, desenvolvido em seu livro *La communication publique*. O artigo de Matos, “Comunicação Pública, esfera pública e capital social” é o mais referenciado no período embrionário da criação do conceito de Comunicação Público, nele a autora faz a explicação do seu entendimento sobre o conceito determinando a

Comunicação Pública como ‘processo de comunicação instaurado em uma esfera pública que engloba Estado, governo e sociedade, um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública no país’. A autora [Matos] relaciona Comunicação Pública com democracia e cidadania e pensa a comunicação pública ‘como um campo de negociação pública, onde medidas de interesse coletivo são debatidas e encontram uma decisão democraticamente legítima’ (Matos, 2007, p. 49).

Percebemos que já no primeiro artigo a relação entre Comunicação Pública e esfera pública é textualizada pela autora, deixando clara sua relação. A estudiosa ainda complementa dizendo que “Interesse geral e utilidade pública das informações que circulam na esfera pública são pressupostos da comunicação pública” (Matos, 2007, p. 53).

A relação aqui se dá também de forma clara, ao passo que assim como em Habermas há uma esfera privada que se reúne para debater e entrar em acordos sobre questões de interesse público. Para Matos, assim como para Habermas, existe a capacidade de formação de discussões crítico-políticas, a fim de resultar em consensos benéficos para o bem comum.

Já o segundo autor mais citado é Duarte (2007, p. 61), este que traz para a luz a questão do diálogo e processo de interação relacionados ao conceito em questão, definindo que

Comunicação pública coloca a centralidade do processo de comunicação no cidadão, não apenas por meio da garantia do direito à informação e à expressão, mas também do diálogo*, do respeito a suas características e necessidades, do estímulo à participação ativa, racional e co-responsável. [*Diálogo aqui tem o significado de um processo de interação em que os envolvidos assumem-se em igual nível de importância, direito e

oportunidade de falar e ser ouvidos, buscando compreender e ser compreendidos].

Notadamente, Duarte tem influência do conceito de esfera pública de Habermas, trazendo a relevância de dar voz às diferentes esferas e o mesmo grau de importância para todos ouvirem e serem ouvidos pela coletividade.

Na definição de Brandão, a terceira autora mais citada no estudo em questão, é ainda mais evidente a ligação com a perspectiva habermasiana, pois está explícito pela estudiosa a mesma tríade proposta por Habermas. Ao tratar em seu artigo de um contexto geral e a ligação da Comunicação Pública com a Comunicação Organizacional, Científica, com a sociedade civil, a autora então se apropria das noções trabalhadas e resume o seu entendimento sobre o tema: “é possível encontrar um ponto comum de entendimento que é aquele que diz respeito a um processo comunicativo que se instaura entre o Estado, o governo e a sociedade com o objetivo de informar para a construção da cidadania” (Brandão, 2007, p. 9)

Ainda, a autora finaliza seu artigo com a seguinte assertiva, que determina a sua maneira de compreender o tema:

A comunicação é um componente da vida política de um país e a Comunicação Pública é o resultado da organização da voz do cidadão neste cenário político. Por isso, volto a reafirmar minha definição de que a Comunicação Pública é o processo de comunicação que se instaura na esfera pública entre o Estado, o Governo e a Sociedade e que se propõe a ser um espaço privilegiado de negociações entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública no país. (Brandão, 2007, p. 31).

Nestes conceitos construídos por Brandão é possível perceber a figura da mediação da comunicação pública entre estado e sociedade, bem como a esfera pública habermasiana é descrita. A formação de um “espaço” em uma perspectiva cidadã, tendo compromisso com o bem comum e os interesses da comunidade são fatores essenciais aos dois conceitos.

A quarta autora mais citada, Monteiro (2007, p. 44), em seu texto associa que

A prática da comunicação pública pode representar um caminho para restabelecer a simetria de poderes nas sociedades democráticas,

configurando-se tanto num movimento para dar espaço, na mídia, às diferentes vozes presentes na sociedade para que elas participem do debate político, como também para gerar espaços alternativos, fora da mídia, que permitam a esses grupos sociais formular suas próprias interpretações sobre suas necessidades e seus interesses.

A ideia do diálogo, por meio da participação política, que forma relações entre a sociedade e o Estado é fundamental tanto para a construção habermasiana sobre a esfera pública, quanto para a comunicação pública como é entendida no Brasil. A relação entre o mundo da vida e o sistema está também posta nas definições dos autores acima citados, ligadas também à possibilidade da democracia deliberativa habermasiana.

No segundo livro mais citado entre os anos de 2000 e 2013 para o tema da Comunicação Pública, Oliveira (2004, p. 9) ainda na apresentação do livro, após uma breve contextualização afirma que

É nesse cenário que se evidencia a Comunicação Pública, cujo conceito ainda é pouco conhecido e se refere exatamente à comunicação realizada no espaço público democratizado, com a discussão de temas de interesse público, o que subentende o envolvimento e a participação ativa do governo, das empresas, do Terceiro Setor e da sociedade como um todo.

A autora traz alguns dos principais itens que caracterizam o pensamento habermasiano, tratando do espaço público, democracia, participação e interesse público. Refletimos, neste sentido, que a busca pelo interesse público cai em uma questão primordial dentro do que vem sendo aqui discutido: o que é interesse público e o que é a ideia manipulada pela indústria cultural sobre o que é interesse público? Como a construção da esfera pública se dá, especificamente, em um país como o Brasil?

No que concerne à primeira pergunta acima formulada, Ianni (1999) contextualiza o que ele nomeou como “o príncipe eletrônico”, aquele que reproduz, via de regra, as ideias presentes nos blocos de poder e as deixa palatáveis a todos. Para o autor, “O príncipe eletrônico é uma entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua, permeando continuamente todos os níveis da sociedade, nos âmbitos local, nacional, regional e mundial” (Ianni, 1999, p. 14). Esse príncipe tem seu papel também na chamada “democracia eletrônica”, fazendo

convergir – todos interligados – desde ideias, opiniões e comportamento, até o mercado e o marketing.

O que singulariza a grande corporação da mídia é que ela realiza limpidamente a metamorfose da mercadoria em ideologia, do mercado em democracia, do consumismo em cidadania. Realiza limpidamente as principais implicações da indústria cultural, combinando a produção e a reprodução cultural com a produção e reprodução do capital; e operando decisivamente na formação de "mentes" e "corações", em escala global (Ianni, 1999, p. 17).

Este é um trabalho tão bem realizado, que passa – muitas vezes – despercebido. É a tirania eletrônica conduzida através da política e democracia eletrônicas, aquela que promove o debate político nos moldes do programa de entretenimento – dissolvem-se as marcas que diferenciam público e privado, cidadão e consumidor. “Esse é o clima no qual a política tem sido levada a inserir-se, como espetáculo semelhante a espetáculo dentro do espetáculo” (Ianni, 1999, p. 18).

A grande mídia ainda mais com as novas tecnologias de comunicação, pode contribuir para a democracia, mas também para o autoritarismo ou tirania. Para Ianni (1999), a forma criada pela mídia muitas vezes pode parecer a única possível, a única solução que existe. “Essa pode ser a estrada na qual é tangida a *multidão solitária* no seio da qual o príncipe eletrônico constrói hegemonias e exerce soberanias” (Ianni, 1999, p. 25). Por isso, o autor considera que as formas de agir e entender o mundo, cada vez mais, baseiam-se nos meios de comunicação de massa.

Vale ressaltar que hoje as mídias sociais online vem tomando cada vez mais espaço na vida da sociedade, podendo também ser utilizadas como ferramenta potencial e alternativa, mídias que criam novos meios, reinventam e inovam a esfera pública, dando uma nova perspectiva para a ampliação do impacto gerado na mediação entre sociedade e Estado.

O desafio é, portanto, criar um ambiente de diálogo e mediação entre a sociedade e o Estado, sem tamanha interferência dos meios de comunicação de massa, ou de classes privilegiadas. “Nosso entendimento é de que o Estado seja necessariamente ativo sempre que a informação em pauta significar garantia de direitos fundamentais” (Haswani, 2013, p. 125). Neste contexto, compreendemos

que a comunicação pública pode ser agente diferencial para a construção desse espaço público multidirecional, que minimize a exclusão e esteja relacionado ao bem público.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afora a discussão em nível conceitual e a expectativa da aplicação prática da comunicação pública, uma esfera pública que concebe o debate entre pessoas com iguais oportunidades de acesso, livre argumentação e capacidade de racionalização equânimes é, ainda, um grande desafio para a sua implementação total – principalmente no Brasil, onde as desigualdades de acesso estão enraizadas na sociedade. Compreendemos com Perlatto (2015, p. 126)

A construção de uma sociedade altamente excludente como a brasileira, marcada por altos índices de analfabetismo e pelo desprezo frente ao trabalho manual, tido como ‘coisa de escravo’, desde a Independência, permitiu a edificação da noção de que apenas alguns *seleto*s seriam aptos a operar na esfera pública, organizando o debate público e instituindo o campo semântico em que ele se deu, selecionando temas e constituindo interlocutores legítimos.

Essa construção histórica se dá no mesmo sentido que Souza (2003) trata da construção da subcidadania no Brasil, colocando a esfera pública como agente limitado. A importação do capitalismo, “sem o contexto ideacional de fundo moral, religioso e cognitivo, que na Europa transformou-se em fermento revolucionário” (Souza, 2003, p. 184-185) também limita a ação da esfera pública. Nas palavras do autor “Essa circunstância condiciona a dimensão limitada que a ‘terceira instituição fundamental do mundo moderno’, além de Estado e mercado, a esfera pública, assume entre nós”.

Devemos, ainda, destacar o tom pessimista habermasiano, e aplicável ao contexto brasileiro, quando ele assume que “Uma esfera pública politicamente ativa precisa de mais do que as garantias das instituições do Estado de direito. Precisa também da confiabilidade de tradições culturais e padrões de socialização voltados para a cultura política de uma população *acostumada* com a liberdade” (Habermas, 2014, p. 81). Essa não é a realidade vivida nacionalmente.

É preciso destacar que o próprio Habermas, por exemplo, chega a partilhar com Cohen e Arato uma certa dose de *ceticismo em relação às possibilidades oferecidas por esferas públicas dominadas pelos meios de comunicação de massa*, de que os sinais emitidos são muito fracos e os impulsos que fornecem são geralmente pouco ativos e influentes para despertar e reorientar os processos de decisão do sistema político. (Lubenow, 2010, p. 206-207, grifos do autor)

Ou seja, compreendemos que o autor vê ainda de maneira um pouco distante o ideal de mudança através da esfera pública. Contudo, compreendemos que o processo de transformação pode ser auxiliado por estratégias de comunicação pública, incentivadas pelo próprio Estado. Desse modo, com a legitimação do processo dada *a priori*, a constituição de um “espaço” de mediação entre a sociedade civil e o Estado pode se formar de maneira mais sólida e passível do exercício da mudança social.

CAPÍTULO 3 - SOBRE A EXCLUSÃO NA ESFERA PÚBLICA NO BRASIL

* Raquel Rybandt

** João Irineu de Resende Miranda

RESUMO

O subdesenvolvimento no Brasil pode ser creditado a uma integração de forças históricas provenientes tanto do Estado quanto da Sociedade. Pautamo-nos nas teorias de Souza (2017), Franco (1997), Vianna (2005), Faoro (2001) e Schwartzman (2007) para a produção de ideias sobre o status político, econômico e social da nação. Dentro de um contexto de colonização, domínio rural, cargos públicos e outros fatores, consideramos, por fim, que a constituição brasileira atual é o resultado da formação do Estado, sociedade, capital, homens livres e escravos brasileiros. É por meio de uma grande amálgama que as bases do país se conformam, comandados por uma elite, sem produzir a unicidade que poderia fortalecer o caminho do desenvolvimento e, portanto, ainda hoje perpetuamos o subdesenvolvimento nacional. Ao final, argumenta-se que através da Comunicação Pública pode ser possível frear ou reduzir a exclusão na esfera pública, ou seja, com uma população bem informada, educada e com a capacidade de interação efetiva, é possível minimizar os efeitos do subdesenvolvimento e promover maior participação na esfera pública.

Palavras-chave: Esfera pública. Subdesenvolvimento. Subcidadania. Comunicação Pública.

ABSTRACT

Underdevelopment in Brazil can be credited to an integration of historical forces originating from both the State and Society. We are based on the theories of Souza (2017), Franco (1997), Vianna (2005), Faoro (2001) and Schwartzman (2007) to produce ideas about the political, economic and social status of the nation. Within a context of colonization, rural domain, public positions and other factors, we consider, finally, that the current Brazilian constitution is the result of the formation of the State, society, capital, free men and Brazilian slaves. It is through a great amalgamation that the country's bases are formed, commanded by an elite, without producing the unity that could strengthen the path of development and, therefore, we still perpetuate national underdevelopment today. In the end, it is argued that through Public Communication it may be possible to stop or reduce exclusion in the public sphere, that is, with a well-informed, educated population and the capacity for effective interaction, it is possible to minimize the effects of underdevelopment and promote greater participation in the public sphere.

Keywords: Public sphere. Underdevelopment. Sub-citizenship. Public Communication.

3.1 ESTADO E SOCIEDADE SE INTEGRAM NO BRASIL ETERNIZANDO O SUBDESENVOLVIMENTO

Mais do que 520 anos de história trouxeram o Brasil ao seu atual estado de desenvolvimento. É possível pensar em um conjunto de fatores que podem influenciar a cultura, o progresso econômico, político e alterar a vida em sociedade dos povos. Não temos a menor pretensão, portanto, de apontar um único fator-chave que tenha determinado os rumos da história brasileira, mas intentamos destacar questões que merecem a atenção e podem ter colaborado nesse processo.

Para compreender como chegamos ao status de subdesenvolvimento utilizado para designar países periféricos, tais como o Brasil, propomo-nos a explorar, mesmo que de forma um tanto breve, aquilo que hoje conhecemos como o desenvolvimento. Dessa forma, usaremos este conceito para fazer a sua contraposição de inferioridade.

Historicamente o conceito de desenvolvimento, assim como é conhecido hoje na área da economia política, surgiu na quarta década do século passado, no discurso de posse do então presidente eleito, dos Estados Unidos da América, Harry Trumann:

Em 1949, utilizou o termo para dizer que se iniciava uma nova era no mundo – a era do desenvolvimento. Com ele, inaugurou-se o desejo dos países ricos de auxiliar as nações ditas atrasadas em seu desenvolvimento; nesse contexto, a palavra subdesenvolvimento aparece pela primeira vez, evocando a ideia de mudança possível a um estado final (SANTOS, BRAGA, 2017, p. 266).

É complexa a discussão sobre como esse novo modo de encarar os vínculos mundiais, de fato, mudou, ou não, a relação entre colonizados e colonizadores, sul e norte globais. A esperança quase que implícita no discurso proferido era a de que as nações fossem iguais em direitos, mesmo que não o fossem de fato. Várias nações únicas, específicas, e com direitos garantidos, sendo elas desenvolvidas ou subdesenvolvidas.

Alvo de muitas críticas e contestações em meio a Guerra Fria, principalmente provindas das teorias latino-americanas, o conceito de desenvolvimento ganhou traços e novas métricas sociais, transfigurados também

naquilo que ganhou o nome de Estado de Bem-Estar Social. Neste ponto, a exigência era por mais ações de valorização aos seres humanos, proteção cidadã e direcionamento ao Estado das responsabilidades de oferta de serviços essenciais, tais como: alimentação, habitação, educação, saúde e previdência.

Posterior a isso, nas décadas seguintes, ainda surgiram reivindicações quanto às questões ambientais, de sustentabilidade e outras. Porém, o que mais chama a atenção é no ponto em que, a partir da década de 80, críticos culturais passam a questionar aquilo que fundamenta este termo utilizado pelas ciências sociais, protagonizando o pensamento pós-estruturalista, com o qual se

compreende a gestão do desenvolvimento como instrumento de dominação das sociedades ocidentais do Primeiro Mundo em relação aos países do Terceiro Mundo. É visto como um regime de representação, uma “invenção” que resulta da história do pós-guerra e, desde seu início, modelou inelutavelmente toda a concepção da realidade e ação social dos países que, a partir de então, ficaram conhecidos como subdesenvolvidos (SANTOS, SANTOS, BRAGA, 2017, p. 270).

Refletimos, a partir destas linhas de pensamento, que a história dos países subdesenvolvidos está sempre subordinada a outra, a do colonizador, a do país desenvolvido ou da potência de primeiro mundo. Por assumirmos a posição de subdesenvolvimento, pensamos que não poderia ser diferente com a história Brasileira, sempre subordinada.

Entender a formação nacional, não descontextualizada, mas sim considerando as suas particularidades constitutivas, é mérito de alguns teóricos, entre eles, selecionamos alguns para traçar nossas linhas de pensamento. Propomos-nos, então, a explorar o que alguns autores que pensam o país compreendem sobre o caminho percorrido pela nação, para que o atual contexto se figure da forma que é. Dentre eles, enumeramos alguns destaques que, a seguir, serão descritos: Souza (2017), Franco (1997), Vianna (2005), Faoro (2001) e Schwartzman (2007).

O percurso que buscaremos traçar é de uma construção social e de Estado que, integrados, e com dada manipulação elitista, mantém todas as peças em seu lugar, para que o jogo do subdesenvolvimento nacional possa continuar a privilegiar poucos e promover, também, uma grande desigualdade no país.

3.1.1 Sobre o subdesenvolvimento eternizado

Agregam-se condições sociais, econômicas e políticas construídas ao longo dos anos, para que o ciclo vicioso de dependência e subdesenvolvimento brasileiro se perpetuem. Adiantamos, com explicações que virão a seguir, a necessidade do reforço de bases materiais, sociais e culturais para que o Brasil consiga induzir o desenvolvimento nacional e se desvencilhar da imagem inferiorizante que hoje carrega.

Concordamos com Souza (2017), ao afirmar que quanto mais velada, também mais potente é a dominação. E é desta perspectiva que visualizamos características históricas que podem ter colaborado para manter a nação subdesenvolvida; questões relativas à formação do seu povo e do Estado, que deixaram marcas tão profundas que ainda hoje podem ser referenciadas no intuito de esboçar uma compreensão da atualidade.

É sabido que o país foi colonizado por uma potência mundial em seu tempo, que simplesmente eliminava a população nativa; posteriormente, escravos africanos eram importados e a nação ainda veio a se tornar atrativo de correntes migratórias internacionais. Nas palavras de Schwartzman (2007, p. 49) “O que temos, em síntese, é um país que se tem transformado, de acordo com linhas próprias, em função do tipo de colonização que sofreu e das relações que manteve com os centros mais dinâmicos da economia internacional”.

Pontuamos assim, inicialmente, a importância de criar modelos e teorias que considerem a realidade histórica brasileira, principalmente ao considerar que a estrutura e representações nacionais são bastante peculiares e diversas daquelas importadas de países que se formaram em outros contextos - como colonizadores, e não colonizados, por exemplo. A métrica de desenvolvimento poderia também carregar esta perspectiva.

A dominação portuguesa impôs ao Brasil o uso daquilo que o império colonial considerou mais conveniente, explorando ao máximo os recursos naturais e a vastidão nacionais. Até por volta dos anos de 1930, o Brasil foi um país plenamente agrário, com a industrialização incipiente. Desde a economia nacional, política e sociedade giravam em torno de grandes latifúndios autônomos (VIANNA, 2005), que não necessitavam de quaisquer interferência externas. Dentro delas

havia desde a estrutura de marceneiros e tecelãs, até mesmo a função de transporte para escoamento da produção.

Portanto, as grandes herdades eram autossuficientes, excluindo a necessidade de praticamente quaisquer serviços prestados fora dela. Vianna (2005) usa o termo “função simplificadora” para definir o papel dos grandes domínios rurais no país, no século XIX. O espaço para desenvolvimento de quaisquer outras atividades era insignificante, inclusive as comerciais e industriais, perante o mandatário modo de organização rural. O espaço era tão pequeno que nem ao menos para a mão de obra das grandes fazendas era necessário o contrato de trabalho, pois até o ano de 1888 era possível, literalmente, comprar o trabalhador para o cultivo das grandes áreas de terra.

As marcas de tal forma de produção rural ainda deixa fortes vestígios, seja com a industrialização tardia e também com o modo de vida vigente. Para autores como Souza (2017) é, inclusive, o passado escravista que nos domina até hoje, e não o passado da continuidade com Portugal. De acordo com o autor, a escravidão continua a ser reproduzida, naquilo que hoje ele denomina como ralé brasileira. A ralé foi tão secularmente desprezada e humilhada que, sem contexto político favorável, ela está condenada ao fracasso. As correntes não foram soltas, apenas se modernizaram.

Ainda no século XIX, com o controle da classe rural, os aglomerados urbanos têm pouca força política para exigir quaisquer tipos de mudanças, como direitos sociais (assim como o fizeram em terras europeias, por exemplo); muito pelo contrário, em terras brasileiras nem o escravo e nem o homem livre sequer ousam contrariar a ordem vigente, pois são absolutamente dependentes desta para sua sobrevivência.

Outra questão fundante, que nos afasta da construção social europeia, e do mesmo caminho de desenvolvimento, é nossa constituição geográfica, de grandes extensões e clima propício para o cultivo. Nestas condições o homem livre dos séculos passados, se descontente em viver como agregado a algum senhor, muda-se; terras não faltam para o cultivo - já na Europa, era forte o vínculo com a terra, o local, portanto criando mais laços e força enquanto povo.

A vivência errante e desagregada domina o espaço nacional, assim, também não cria condições propícias para a formação de uma classe média, nem ao menos um povo unido contra a ordem vigente. Os homens livres (tropeiros, vendeiros ou

agregados) são aquilo que, por muito tempo, de mais próximo a uma classe média se formou no Brasil (FRANCO, 1997).

Com o breve cenário até aqui apresentado, já é possível conceber a formação de uma imagem de dependência do povo, inferiorizado, marca essa ainda muito presente, em especial nas classes mais baixas. Neste ponto é interessante destacar como Franco (1997) trabalha com o conceito de “dominação pessoal”, e não apenas patrimonial, como outros autores.

O compadrio entre fazendeiros e sitiantes é fundamental para essa compreensão. Cria-se uma ilusão de nivelamento, quando o grande fazendeiro também se responsabiliza pela criação do filho do agregado, garantindo-lhe um futuro promissor. Porém, como explica Franco (1997, p. 94), “o fabricar de lealdades e fidelidades por meio de um processo cumulativo de recíprocos encargos e favores promovia, sucessivamente, a eliminação completa da possibilidade de um existir autônomo”.

Da forma descrita, o homem é formalmente livre, mas, na prática, realizava os desejos do latifundiário por uma relação de “lealdade”. Ainda hoje vemos, de certa forma, isso acontecer com trabalhadores altamente explorados, dando glórias à indústria que o emprega. Essa é uma das piores formas de escravidão, pois ela é velada em bons relacionamentos, e, assim, impede a visualização da real situação do homem livre e anula a formação de grupos para combater o a elite dominante. Essa forma de dominação transforma o homem naquilo que Franco (1997) chama de “criatura domesticada”, sem interesses próprios e que “tem por corolário a atitude superior, que afirma sua condição subumana” (FRANCO, 1997, p. 104), dando ares de gratidão às formas de dominação.

Ou seja, os grupos privilegiados sempre utilizaram as camadas dependentes para o seu benefício particular e, posteriormente, passaram a utilizar o Estado da mesma maneira. Exemplo disso era quando um “compadre” latifundiário ajudava a posicionar seu “afilhado” (de classes mais baixas da sociedade) em cargos públicos e de sua relação de dependência e lealdade tirava vantagem - muitas vezes essa vantagem provinha do Estado, utilizando o compadrio como meio de se beneficiar do cargo antes oferecido de “boa fé”.

Outra questão que privilegiava o uso da máquina pública para benefícios individuais, explica Franco (1997), era o fato dos poucos recursos que o governo possuía em dado período histórico. Era comum que a pessoa investida de cargo

público necessitasse retirar de seus próprios ganhos alguns valores para a realização de serviços que deveriam ser financiados pelo governo. Desse modo, se o indivíduo é quem pagava para manter funcionando o bem público, ou cedia seus imóveis para tal, então nenhum mal se via em usar dos bens públicos para o seu próprio benefício.

Infelizmente, o uso da máquina pública em benefício pessoal acabou por se tornar um estereótipo no Brasil, muito também derivado desta época. Não negamos o patrimonialismo, em certa medida, ainda perpetuado na dentro das instituições públicas nacionais, mas refletimos junto a Souza (2017) o quanto a máquina pública é utilizada muito mais para fazer girar a roda do capitalismo, do mercado.

Neste sentido, consideramos interessante questionar o quanto os cofres públicos são onerados devido a grandes indústrias, empreiteiras e afins, que se beneficiam do Governo, promovendo a concentração de renda, a escassez de recursos para investir em áreas essenciais, e dando, assim, continuidade a uma situação de subdesenvolvimento nacional. Não fechamos os olhos ao antigo patrimonialismo, fomentado desde os senhores rurais, apenas buscamos abrir novos horizontes a se visualizar.

Sabemos que já foi rotineiro, retornando aos tempos de grandes domínios rurais, utilizar do cargo público em benefício próprio ou de seu interesse, assim como se fazia com o uso da riqueza para impôr a hierarquia social e ver sua vontade sendo realizada. Ambos os poderes (estatal e financeiro) estavam diretamente ligados e interdependentes, porém, ambos não eram sustentáveis em um mesmo patamar. “O próprio desenvolvimento do país, que era realizado pelo e para o grande produtor agrícola, gerou os limites de seu poder na medida em que gerou também uma entidade que em seu interesse, mas ao mesmo tempo contra ele, ganhava autonomia” (FRANCO, 1997, p. 145).

Por mais corpo que o Estado viesse ganhando no Brasil, a nação teve pouco espaço para se expressar e (ou) foi ineficaz em cristalizar uma ordem alternativa nas oportunidades que houve, sendo espremida pelo estamento. Tal fenômeno, já descrito na década de 1920 por um viajante, foi retomado por Faoro (2001, p. 881), que descreveu “Existe no Brasil uma massa desarticulada a que chamarei ‘povo’”; indo além, a descrição ainda contempla uma outra classe, que foi chamada de “traidores do povo”, estes que pensam ter nascido, em suas casas bem arejadas,

com a missão de governar, ainda que “saibam muito mais sobre o resto do mundo que seu próprio país”.

O ‘povo’, ainda que enquanto ‘massa desarticulada’ é parte fundante da base da estrutura patrimonial estamental, pois o chefe do governo pode ainda usá-la, “recorrendo à mobilização nas ruas, em manifestações que, atrás de si, só deixam o pó de palavras inconseqüentes”, explica Faoro (2001, p. 875), muitas vezes utilizando de uma autocracia de caráter autoritário, operando sem que o povo perceba seu caráter ditatorial - a veracidade de tal ideia perante a atualidade brasileira é, ou não, mera coincidência.

Mesmo com o desenvolvimento do Estado brasileiro, alguns fatos ainda chamam a atenção, tais como a falta de correspondência entre “instituições formais do país e sua realidade social e econômica” - o Estado é visto, em essência, como alheio à sociedade (SCHWARTZMAN, 2007).

Ainda vigoram, neste sentido, modelos internacionais, e não aqueles que visam interesses de grupos específicos brasileiros, dificultando a própria organização política interna e a noção de representação de interesses por grupos específicos. A pressão da ideologia liberal e democrática, contudo, não desfez o patronato político. O poder continua a emanar de estratos sociais bem definidos, com claros interesses a serem sustentados.

Mesmo diante de uma profusão dinâmica de experiências, as quais o Brasil esteve exposto, ainda assim não se criou unicidade e nem força política em espaços que deveriam existir, no sentido de elevar o país e promover mudanças significativas. O pensamento político e social contemporâneos permanecem baseados, primordialmente, na Europa Ocidental. Ainda na diferenciação entre nós e os europeus, Vianna (2005, p. 206) destaca: “O feudalismo é a ordem, a dependência, a coesão, a estabilidade: a fixidez do homem à terra. Nós somos a incoerência, a desintegração, a indisciplina, a instabilidade: a infixidez do homem à terra”. Interessa ressaltar a particular atualidade da descrição, mesmo que após mais de 100 anos de sua escrita.

Oliveira Vianna (2005) lança luz a um ponto fundamental: não é possível comparar o nível de desenvolvimento ou construção social de países tão distintos, com realidades díspares em seu povo, sua terra, suas relações. Portanto, ousamos dizer que é possível concluir que o Brasil é fruto de uma variedade de fatores tão singulares quanto seu povo; de extensa vastidão, assim como seu território; de

massacrante dependência (financeira e internacional), assim como suas relações sociais se conformam.

Com a linha histórica criada, somos também conduzidos a perceber como o capitalismo se entremeia às relações hierárquicas na sociedade, no governo e como isso se multiplica mesmo com o passar do tempo. A ordem é ditada pelo costume, que é imposto pela lei do mais forte, aquele que possui os meios de riqueza é aquele que dita as regras e sofrerá, em certa medida, quando o governo passa a ganhar certa autonomia. Desvinculando-se e buscando seu próprio caminho de dominação, que se multiplica até os dias atuais e explica muitos dos costumes até hoje praticados em nossa sociedade.

3.2 COMO FREAR O CICLO DE EXCLUSÃO NA ESFERA PÚBLICA BRASILEIRA? A COMUNICAÇÃO PÚBLICA COMO POSSIBILIDADE

A partir das reflexões até o momento traçadas, questionamos: a quem interessa a manutenção da atual situação e do subdesenvolvimento nacional? O Estado e a sociedade se integram para eternizar o subdesenvolvimento, dentro de um percorrer histórico, até hoje, orientado pelo capital financeiro, pelo interesse internacional, pela falta de coesão social, pela inferiorização do povo, pela ausência / ineficiência de força política, entre outros fatores que descrevemos ao longo do texto.

Tendo em vista essa diversidade de fatores, pensamos que a tomada de consciência destas é um passo inicial e também fundamental para a sua mudança necessária. A informação é transformadora em diversos níveis, tornando possível a construção de conhecimentos e a emancipação social. Contudo, por si só, não é suficiente, conforme orienta Duarte (2011, p. 129):

Instituições e pessoas geram, transformam, buscam, usam e disseminam informações de variados tipos. Mas a simples existência de informação não necessariamente significa comunicação eficiente. Ela pode ser inútil, insuficiente, inacessível, manipulada, mal-compreendida ou não disponível no momento adequado. Informação é apenas a nascente do processo que vai desaguar na comunicação viabilizada pelo acesso, pela participação, pela cidadania ativa, pelo diálogo.

É neste ínterim que se buscam os direitos sociais, que se rompe com a inferiorização do povo brasileiro. É pela Comunicação Pública que se podem criar diálogos e abertura para que a população compreenda sua situação e as oportunidades existentes, com a possibilidade de articulação conjunta e independente.

Importa destacar que não propomos a Comunicação como forma de romper com este ciclo centenário que se refaz no Brasil, menos ainda imediatamente. Compreendemos que a questão possui um sem fim de nuances e se faz necessário um conjunto multifatorial para sua superação. Consideramos, contudo, que a Comunicação Pública pode ser um meio para auxiliar na criação de espaços e discussões que emancipem os indivíduos e, por conseguinte, aprimorem a comunidade como um todo, tornando-os cidadãos mais conscientes dos seus direitos.

O diálogo, fomentado pela Comunicação Pública, pode produzir articulações e “O bem-estar público sempre será melhor proporcionado se houver disseminação da informação e o povo tiver acesso a ela, em vez da abordagem paternalista e um governo que decide em nome do povo e à revelia deste” (Haswani, 2013, p. 101). Ademais, quando há o diálogo e a participação, reduz-se a possibilidade do uso da máquina pública em prol do benefício particular. Com a sociedade bem informada, criam-se condições de questionamento, de vigília e construção coletiva de melhorias em prol do bem comum.

Propomos aqui a Comunicação Pública como emancipadora e promotora da cidadania, não desconsiderando todo o seu histórico, intimamente ligado ao percurso brasileiro e compartilhando de diversas características anteriormente mencionadas. Como explica Duarte (2007, p. 61) sobre a Comunicação Pública “A idéia é julgada às vezes ingênua ou utópica por detentores momentâneos do poder para quem comunicação, ainda e infelizmente, é considerada apenas um tipo de concessão paternalista, de angariar apoio, instrumento de persuasão, manipulação, sedução, para disputa ou manutenção do poder [...]” Um olhar enviesado e, certamente, também fundamentado historicamente.

A despeito de toda a evolução comunicativa, o paternalismo ainda é um dos grandes problemas enfrentados por aqueles que visam fazer Comunicação Pública, repetindo o histórico nacional. “O desafio é lidar com um tema cujo objetivo estratégico muitas vezes está mais relacionado a atender aos anseios do corpo

dirigente do que ao interesse público” (Duarte, 2007, p. 61). E é justamente esse viés de interesse particular que se busca encerrar, dando ênfase para o interesse público e o bem comum.

Não apenas os meios devem evoluir, mas as ideias também. Brandão (2007, p. 30) reflete sobre o mundo mediatizado e como pode não ser a comunicação um “poder que manipula todos os outros”. Concordamos com o olhar diferenciado que a autora propõe:

Não pretendo com esta afirmativa restringir o poder da comunicação ou da mídia; quero apenas deslocar o olhar e ser capaz de enxergar a comunicação como a provável manifestação política mais importante da organização da sociedade contemporânea. Neste raciocínio, só entendo a comunicação pública como parte integrante da vida política da sociedade e, como tal, ela não é um poder em si, mas o resultado do poder do cidadão quando organizado e constituído como sociedade civil. A CP feita pelos governos, pelo terceiro setor ou pelas empresas privadas acontece na medida em que a voz do cidadão começa a ficar forte a ponto de pressionar essas instituições a se preocupar com as questões da cidadania (Brandão, 2007, p. 30-31)

É por este meio que pode ser possível reduzir o ritmo de um ciclo que se reproduz há décadas, inferiorizando e mantendo sem alternativas uma população anteriormente “domesticada”. Criam-se meios de articulação com a Comunicação Pública, que podem vir a construir uma esfera pública mais igualitária e que realmente seja espaço de troca entre Estado, governo e sociedade. Retira-se a mera dependência para se criar a pluralidade e a autonomia para definição do que é interesse público.

3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos que toda a história traçada pode ser uma realidade “até hoje”, e esta não é, necessariamente, toda a realidade, apenas uma seleção de fatos que podem ajudar a explicar parte da história nacional. Há, contudo, pensamos, um cenário positivo para que forças materiais e imateriais sejam movimentadas e passem a traçar novos destinos para a nação. Há, na Comunicação Pública, um meio viável para reduzir o paternalismo, a inferiorização e dependência que a população reproduz sistematicamente.

Começamos tirando a régua eurocêntrica para medir o Brasil. As condições criadas no país são diversas de quaisquer experiências que outras partes do mundo já presenciaram, a baliza está torta quando se volta a um ângulo em que nunca estivemos. E, mais, questionamo-nos porque estes são os padrões a serem alcançados.

A ideia, aqui, não é promover o negacionismo da necessidade de melhora em diversos aspectos nacionais, apenas amenizar o peso do tempo que isso pode levar para acontecer. As mudanças podem e serão graduais, passando pela informação e a possibilidade de diálogo sobre os mais diversos assuntos do bem comum e interesse público.

Essa também não é uma tentativa, como muitas, de subjugar o Brasil. É, na verdade, um destaque para a pluralidade étnico-cultural que constitui a nação; para a grandiosidade de extensões que compõe a geografia brasileira; para a diversidade e abundância natural tão presentes de norte a sul; para a presença científica, estrutura universitária e, até, de empreendedorismo das mentes nacionais. É destacando assuntos de interesse público que a busca pelos direitos sociais terá seu caminho encurtado, com a articulação necessária e possibilidade de chegar a um ponto convergente de interesses.

Otimismo que nos define, quiçá o tempo poderá reunir a série de fatores aqui apresentados em uma direção de próspero desenvolvimento. Há muito o que se construir e os alicerces já estão calcados, é necessário com base naquilo que já temos dar novos andares à nossa história, o que não podemos fazer é negá-la e, muito menos, inferiorizá-la.

CAPÍTULO 4 - PESQUISA-AÇÃO: ESTUDO SOBRE A CRIAÇÃO E GERENCIAMENTO DE UM PERFIL DE INSTAGRAM PARA O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

* Raquel Rybandt

** João Irineu de Resende Miranda

RESUMO

Pesquisa-ação realizada com a construção de um produto de comunicação para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas (PPGCSA) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). O projeto teve duração de 11 meses, entre os anos de 2021 e 2022, e trabalhou com a criação de um perfil em mídia online, com o objetivo de fomentar a participação cidadã e compartilhar informações emancipatórias com seus públicos. O estudo contou com quatro diferentes fases, sendo elas: i) o planejamento e organização visual da mídia e seu conteúdo; ii) implantação com o primeiro grupo; iii) redefinições de conteúdo e formato; iv) implantação com o segundo grupo. Ao final do período proposto, conclui-se que a mídia alcançou os objetivos propostos parcialmente, sendo necessário a constante atualização e revisão das diretrizes aplicadas, seja pela dinamicidade da mídia, quanto do público e conteúdos divulgados nela. Percebe-se como oportunidade a construção de espaços de troca de informações e a dificuldade de aproximação para uma interação mais direta com o público, mas a possibilidade de criar conexões e proporcionar informações emancipatórias existe e pode ser fomentada nestas mídias.

Palavras-chave: Pesquisa-ação. Comunicação Pública. Ferramenta de comunicação. Instagram.

ABSTRACT

Action research carried out with the construction of a communication product for the Postgraduate Program in Applied Social Sciences (PPGCSA) at the State University of Ponta Grossa (UEPG). The project lasted 11 months, between 2021 and 2022, and worked with the creation of a profile in online media, with the aim of encouraging citizen participation and sharing emancipatory information with its audiences. The study included four different phases, namely: i) planning and visual organization of the media and its content; ii) implementation with the first group; iii) content and format redefinitions; iv) implementation with the second group. At the end of the proposed period, it is concluded that the media partially achieved the proposed objectives, requiring constant updating and review of the guidelines applied, either due to the dynamism of the media, or the public and content

disseminated in it. The construction of spaces for exchanging information and the difficulty of approaching more direct interaction with the public are perceived as an opportunity, but the possibility of creating connections and providing emancipatory information exists and can be encouraged in these media.

Keywords: Action research. Public Communication. Communication tool. Instagram.

4.1 INTRODUÇÃO

O meio digital e estas novas mídias têm aberto um grande leque de possibilidades para a comunicação pública, a exemplo de iniciativas como governo eletrônico, sites e os portais governamentais. Entende-se, ainda, que as mídias online podem ser ambientes para a complementaridade do acesso à informação e para discussões de interesse público e do bem comum, uma vez que utilizadas com esta finalidade e oportunizados espaços de fala, estes que são inerentes à dinâmica da cidadania. Como já alertava Dominique Wolton (2011), “o verdadeiro desafio está na comunicação, não na informação”. Isto, considerando que a informação é a mensagem - cada vez mais abundante; já a comunicação é a relação, compartilhamento - que se torna cada dia mais uma raridade.

A evolução é rápida. Com as atuais transformações tecnológicas, fica clara a facilidade de abertura de diálogos. Como evidenciam Mainieri e Ribeiro (2011, p. 58) “Com as mídias sociais, todos são ao mesmo tempo emissores e receptores de conteúdo e informação, transformando-se profundamente as formas de interação social”. Amplia-se assim a possibilidade de posicionamento e intervenção dos indivíduos, além de ser aberta mais uma alternativa de comunicação.

Mas, com a substituição e rápida evolução das diferentes formas de comunicação, entram em cena diversos atores e vozes, trazendo com eles a necessidade cada vez maior de a Universidade, enquanto também representante da ciência, assumir parte do protagonismo do conteúdo acessado nas mídias sociais e abrir uma conversa direta com a população e, ainda mais, estar presente na vida do cidadão brasileiro.

Propõe-se, assim, a criação de uma solução de comunicação, em que o indivíduo tenha a liberdade e a possibilidade de interação ampliadas. Em particular, propõe-se como **objetivo geral** analisar a criação de um produto de comunicação

para o PPGCSA-UEPG que fomente a participação cidadã e compartilhe informações emancipatórias com seus públicos.

Considerando a metodologia selecionada para o presente estudo, a pesquisa-ação, determinamos ainda como o **objetivo prático** a criação e gerenciamento de um produto de comunicação para o Programa de Pós-Graduação; e, ainda, como **objetivo de conhecimento** compreender as melhores estratégias e práticas para proporcionar o engajamento da comunidade além da mídia virtual e se transformem em possíveis ações práticas no mundo *offline*.

Tal proposta parte do princípio que a comunicação, em sentido dialógico, estimula a prática da cidadania. O indivíduo deve ter a possibilidade de trocar informações, obter e oferecer conteúdos de interesse público. Indo além, entende-se que propagar a informação não é suficiente se não houver a possibilidade da abertura de uma conversa sobre.

Diante disso, a primeira alternativa para iniciar a construção aqui proposta são as mídias sociais, local onde a Universidade pode se colocar também enquanto instituição representante da ciência, ambiente virtual em que significativa parcela da população brasileira se encontra (considerando dados apenas do Instagram, 52,6% da população brasileira possui uma conta na plataforma, de acordo com Kemp (2023)) e participa ativamente, sendo um local frutífero para o exercício de uma comunicação pública.

Refletindo sobre o cidadão e sua participação que a construção deste trabalho partiu de uma primeira etapa exploratória, com a intenção de alcançar uma maior compreensão sobre o problema e melhor delimitação deste. De acordo com Gil (2021, p. 26) “Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. Será, então, realizado o levantamento bibliográfico e documental em livros, periódicos científicos, teses e dissertações, anais de encontros científicos, legislações, entre outros, melhor descritos na especificidade dos capítulos.

Buscar-se-á explorar as múltiplas finalidades que a revisão da literatura, de acordo com Gil (2021, p. 74), tem a oferecer ao pesquisador, sendo elas: verificar o estado do conhecimento sobre o assunto, esclarecer o significado de conceitos utilizados na pesquisa, e, por fim, discutir conceitos e teorias.

Já para o desenvolvimento prático da presente pesquisa, foi selecionada a pesquisa-ação, um tipo de pesquisa qualitativa que, no campo da comunicação e

das ciências sociais, visa contribuir para solucionar problemas em determinados ambientes.

São estudos para entender os mecanismos de recepção de conteúdos dos meios de comunicação (telenovelas, notícias etc.) no intuito de perceber como as pessoas recebem, reagem e interpretam as mensagens; para identificar ações culturais de grupos; para entender comportamentos do consumidor; e mais recentemente o estudo de comportamentos sociais nas mídias e redes sociais digitais—inclusive reações à telenovelas e repercussões nos espaços online [...]. (Peruzzo, 2016, p. 3)

Por ter características mais fluidas, este tipo de pesquisa, como Peruzzo (2016) explica, conversa e é guiada por modelos e regras tradicionais, mas não se submete apenas a eles. Consideramos o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas - PPGCSA como um “ator social homogêneo”, que dispõe de suficiente autonomia para ser passível de pesquisa direcionada.

A pesquisa-ação possui todo o rigor científico unido à flexibilidade e adaptação para que se atinjam também os objetivos práticos do projeto, o que resultará em melhores dados acadêmicos.

É importante que se reconheça a pesquisa-ação como um dos inúmeros tipos de investigação-ação, que é um termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela. Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora da sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação. (Tripp, 2005, 445-446)

Desta forma, consideramos pertinente adotar a divisão deste trabalho adaptados da proposta de Tripp (2005), resultando em mais três partes distintas de apresentação que se seguirão.

Na **segunda parte** deste artigo será apresentado um reconhecimento geral da situação a ser investigada, definindo a situação em que o projeto iniciou, aqueles que fizeram parte dele em cada uma das suas etapas, aquilo que já era praticado antes e também as ambições dos pesquisadores com o desenvolvimento do trabalho em questão. Esta seção compreende também algumas incursões na teoria acadêmica, dando as bases científicas para as práticas a serem implementadas.

Já a **terceira parte** aqui apresentada demonstra como cada etapa foi realizada, desde o planejamento das ações e até a implementação prática de cada

um dos passos. Para fechar esta seção, dados e relatórios são apresentados sobre as ações executadas.

Para a **quarta parte** deste artigo, será explicitada uma avaliação das ações, destacando erros e acertos, boas práticas e tentativas mal-sucedidas dentro do projeto. Aqui já serão elencadas diretrizes e sugestões no que diz respeito ao problema inicial apresentado e também no que se refere aos objetivos apresentados.

Para fechar, a **quinta parte** propõe uma análise comparativa entre o período de implantação inicial do projeto (2021-2022) e um período subsequente, compreendendo os mesmos meses dos anos (agora entre 2023-2024). Deste extrai-se boas práticas e continuidades do projeto para o gerenciamento do produto de comunicação do PPGCSA.

As considerações finais do presente artigo trarão um panorama geral do trabalho desenvolvido, bem como aproximações com a teoria e também reflexões sobre todo o processo de comunicação empreendido com o produto de comunicação desenvolvido para o PPGCSA/UEPG. Nesta reflexão, serão apresentados os benefícios proporcionados pelo projeto e seus desdobramentos práticos.

4.2 RECONHECIMENTO: INVESTIGAÇÃO DE TRABALHO DE CAMPO E REVISÃO DA LITERATURA

4.2.1 Da situação e participantes

O percurso deste estudo iniciou em junho de 2021, durante as discussões do Núcleo de Pesquisa, Inovação, Cidadania e Políticas Públicas, uma das disciplinas presentes no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

O Núcleo de Pesquisa em Inovação, Cidadania e Políticas Públicas tem como objetivo realizar pesquisas aplicadas de caráter interdisciplinar com vistas ao aperfeiçoamento e a transição digital no campo da gestão pública e das políticas públicas de caráter emancipatório. Tem como objetivos estudar iniciativas que promovam a cidadania digital, a maior eficiência na gestão e na prestação de serviços públicos, bem como a qualidade de vida

e a otimização das condições de trabalho dos servidores públicos.
(PROGRAMA... 2023)

Em meio a um período de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19, decretada pela Organização Mundial da Saúde a partir de 30 de janeiro de 2020, percebeu-se a necessidade de explorar diferentes formas de interação entre a comunidade do PPGCSA, tanto internamente, quanto abrindo possibilidades àqueles que ainda não possuíam pontos de aproximação com o Programa, mas poderiam se beneficiar dos seus inúmeros desdobramentos práticos e científicos.

Nestas condições, há um distanciamento físico contextualizado pela proteção à saúde coletiva devido à COVID-19 (já amenizado à época, porém, ainda fruto de muita atenção e cuidado) e, por outro lado, também uma necessidade de aproximar a Universidade e o Programa de Pós-Graduação de sua comunidade interna e externa.

Disso, poderiam se desdobrar mais estudantes ao Programa, bem como levar as pesquisas realizadas pelo Programa até o público em geral. Dentro das limitações físicas estabelecidas pelo período, vê-se como oportunidade o uso de mídias online para a realização deste projeto.

Desenvolvido dentro do Núcleo de Pesquisa, Inovação, Cidadania e Políticas Públicas, criaram-se grupos de trabalho para construção do projeto. O primeiro grupo trabalhou em soluções entre junho e outubro de 2021, e um segundo grupo trabalhou entre outubro de 2021 e maio de 2022 (estes períodos correspondem aos semestres letivos, que tiveram alterações do calendário tradicional devido à pandemia de Covid-19).

Apesar de grupos menores estarem focados na construção da solução proposta, os encontros entre todos os membros do Núcleo funcionaram como grupos focais, para discussão das práticas empreendidas, novas ideias a serem implantadas e possibilidades de mudanças nas estratégias traçadas.

O público abrangido pelo projeto, primeiramente, foram os próprios estudantes do PPGCSA (mestrandos e doutorandos), em um número de aproximadamente 150 pessoas. Além deles, enquanto comunidade interna, os 32 professores do Programa também (PROGRAMA... 2023).

De forma secundária, consideramos toda a população de Ponta Grossa (PR), com aproximadamente 358.838 pessoas (IBGE ... 2023), como potenciais

beneficiados com o projeto ora desenvolvido. E, por se tratar de uma mídia online, abrimos a possibilidade de todo o público online interessado ser também impactado pelo conteúdo produzido.

4.2.2 Das práticas atuais

Inicialmente, o PPGCSA já possuía algumas formas de comunicação com a comunidade, a exemplo do site institucional (no qual eram publicados editais de ingresso e para bolsas de estudos, programação de defesas de dissertações e teses, era possível conhecer o corpo docente e disciplinas ofertadas pelo curso, entre outros), o repasse de informações era também realizada via e-mails encaminhados pela secretaria do programa e pela coordenação, além de estar em atividade um grupo de WhatsApp que reúne todos os estudantes do Programa que utilizam essa mídia e tem interesse na participação.

Ao iniciar o projeto também foi constatado que já havia um perfil criado para e com o nome do PPGCSA, na mídia social Instagram. Contudo, a conta havia sido utilizada para três publicações apenas, em duas diferentes datas. Além destas, as informações sobre o programa eram repassadas apenas de maneira particular, por contatos telefônicos, pessoais ou entre os próprios professores e estudantes do Programa.

Esta prática destoava do potencial comunicativo das mídias sociais na atualidade, pois apenas o WhatsApp estava sendo utilizado pelo PPGCSA e de maneira relativamente restrita. De acordo com dados do We Are Social e Meltwater (Volpato, 2023), a título de exemplo, o Instagram é a terceira mídia social mais utilizada no Brasil, com cerca de 113 milhões de usuários (atrás apenas do WhatsApp, com 169 mi, e do Youtube, com 142 mi) – e seu potencial comunicativo não estava sendo explorado pelo PPGCSA.

O Instagram é, ainda, uma mídia que proporciona uma maior horizontalização da comunicação, permitindo que os usuários recebam as informações de forma interativa e em um ambiente amigável, bem como comentem as publicações, compartilhem os conteúdos, participem de enquetes, enviem sugestões e/ou questionamentos via *Direct Messages*, marque o perfil em questão

em suas próprias publicações para compartilhamento, entre outras formas de comunicação que a mídia possibilita.

Todas estas facilidades, proporcionadas pela mídia social em questão, reúnem características da Comunicação Pública, uma conversa de todos e para todos, prezando pelo benefício comum e não pela informação unidirecional e sem participação da comunidade. Duarte (2011, p. 121) defende que deve haver “Mais poder para a sociedade, menos para os governos; mais comunicação e informação, menos divulgação; mais diálogo e participação, menos dirigismo; são algumas das premissas que orientam a discussão sobre comunicação pública”.

Pensamos que estes devem ser os princípios que guiam a comunicação em mídias de interesse público, como aquela de um Programa de Pós-Graduação de uma Universidade Pública. Duarte (2011) ainda afirma que é um desafio a comunicação pública privilegiar a perspectiva da sociedade como um todo e do cidadão, superando as visões governamentais, privadas, midiáticas, pessoais e políticas. Nas palavras do autor:

A ideia-chave talvez seja a de *espírito público para lidar com a comunicação de interesse coletivo*, o compromisso de colocar o interesse da sociedade antes ad conveniência da empresa, da entidade, do governante, do ator político. O objetivo central é fazer com que a sociedade ajude a melhorar a própria sociedade. (Duarte, 2011, p. 168).

Novas formas de relacionamento, instrumentos e canais vem ao encontro destas necessidades e são aqui propostos para o PPGCSA. Não restrita apenas aos agentes e órgãos públicos, como a nomenclatura pode fazer parecer, a comunicação pública relaciona-se diretamente com a democracia, pois entende como basilares o direito à informação em si, a transparência, o interesse coletivo dos conteúdos e a possibilidade de interação.

Portanto, adequada à proposta aqui apresentada, entende-se a comunicação pública como aquela ajustada aos interesses gerais públicos, que promovem o diálogo na e com a esfera pública, ampliando a cidadania através do relacionamento e construção coletiva de ações em prol do bem comum.

A união entre as características disponíveis por uma plataforma amigável de mídia social, como o Instagram, com as premissas almejadas pela comunicação pública, dão o tom e intencionalidade do projeto aqui desenvolvido, dando origem a um produto de comunicação para o PPGCSA.

4.2.3 Da intencionalidade e do foco temático inicial

Faz-se necessário - e é um desafio a ser enfrentado, a construção de um senso de pertencimento, um "fazer parte e ser responsável por", seja dos estudantes e até mesmo dos próprios professores, que não devem estar como meros observadores, mas sim protagonistas dentro da mudança proposta. Por isso, a mídia social, onde parte destes já estão, torna-se um importante meio de aproximação e espaço informal para troca, a fim de que se sintam bem e confortáveis neste ambiente também.

A proposta introduzida coloca em pauta a criação de um produto que auxilie no resgate da coletividade, para induzir o senso de pertencimento. Reforçar a ideia da transformação social ao aplicar uma comunicação mais horizontal e, desta forma, também readequar a ideia que se tem de propagação das informações, valorizando a interação e a comunicação.

Outra situação diz respeito à comunicação do que é realizado e estudado dentro do PPGCSA e como isso toca a comunidade externa à Universidade também. A partir disso, algumas questões iniciais já surgem, como o fomento às mídias tradicionais e mais populares (como o Instagram), mas também àquelas que possibilitem a horizontalização da comunicação, onde todos os sujeitos tenham liberdade para se expressarem sem hierarquias e nem algoritmos que determinem prioridades de visualização.

Com as definições iniciais e o debate inicial das necessidades do projeto, algumas perguntas passam a ser formuladas, por exemplo: Como incentivar a discussão de ideias, não apenas a absorção passiva de informações? Novas mídias, como o Discord, teriam aderência do público? Já há inúmeros perfis nas mídias sociais, com os mais diversos temas, como ser um diferencial?

A proposta é que se parta do uso principal de mídia já consolidada entre o público-alvo da ação, a partir da construção de um perfil na mídia social Instagram, com a possibilidade de posteriores vinculações a outras mídias (YouTube, Discord, Facebook, WhatsApp e quaisquer outras) que venham a ser sentidas como necessárias no decorrer da aplicação do estudo.

Destaca-se, por ora, a importância técnica do engajamento nestas mídias sociais, por exemplo, muito além do senso comum que visualiza questões como o número de seguidores ou meramente as curtidas obtidas em um perfil. Quando se possui um seguidor “engajado”, chega-se ao estágio que Kotler (2017) define como “da ação à apologia”, ou seja, quando o público está tão envolvido que passa a interagir e também defender a marca.

Tal engajamento é conquistado, dentre outros fatores, principalmente através de dois pontos: conteúdo de relevância e relacionamento de qualidade. Buscar-se-á então o que revelaram os dados do *Internet Advertising Bureau* do Reino Unido, é imperativo a conexão com o público, pois “cerca de 90% dos consumidores de fato recomendariam as marcas depois de interagir com elas na mídia social” (Kotler, 2017, p. 188).

O que é chamado aqui de “recomendação” da marca (e isso vai muito além dos meios digitais), no caso da Universidade Pública pode representar o ingresso de um estudante no ensino superior ou pós-graduação; especificamente sobre o PPGCSA pode ser determinante para que a “oportunidade” chegue a variados públicos, para que diferentes pessoas sintam que também podem fazer parte de um grupo de indivíduos com uma pós-graduação *stricto sensu* no Brasil.

A recomendação chega também ao nível de despertar o interesse pelos estudos que estão sendo desenvolvidos e a participação em projetos e ações abertos à comunidade, eventos e cursos de menor duração ofertados para todos, por exemplo.

4.3 CADA CICLO DE 2021 A 2022

4.3.1 Planejamento: da preocupação temática (ou ciclo anterior) ao primeiro passo de ação

A comunicação pública, foco desta pesquisa, tem suas bases firmadas na ideia principal de ser um meio viável para a construção da cidadania, seu conceito provém de um entendimento do cidadão como sujeito social – com competências desenvolvidas ou a se desenvolverem para acesso e uso de informação pública de seu interesse (Gil; Matos, 2012, p. 160).

A comunicação pública é um direito de cidadania. Tratada como o “direito a ter direitos” (Arendt, 2012), pensamos a cidadania também na forma do seu acesso, que pode ser facilitada com a comunicação adequada. Comunicação pública é também relacionamento, para com o diálogo compreender melhor o que é o interesse público e como abordá-lo de forma acessível a todos.

A participação popular é inerente ao estado democrático, no entanto, mesmo sendo um direito legal e constitucionalizado, ela pode não acontecer pela falta de articulação e espaços apropriados de fala para a expressão do interesse geral público. São nestas instâncias que a comunicação pública deve se tornar ainda mais próxima à população.

Neste sentido, com foco na participação e interação, a mídia foi selecionada para iniciar o projeto foi o Instagram, principalmente, à época (2021) por suas características de alcance, abrangência de diferentes públicos e abertura da possibilidade de diálogo. É uma mídia bastante dinâmica e, nas condições de restrição de contato físico/pessoal, ganhou expressividade entre diversos setores e públicos de interesse (Maciel, 2021).

O primeiro movimento para o planejamento da efetiva implantação do produto de comunicação foi a discussão e seleção do que era considerado “interesse público” para a comunidade a qual a mídia era direcionada. Essa discussão foi realizada com os integrantes do grupo formado dentro do Núcleo de Pesquisa, Inovação, Cidadania e Políticas Públicas, onde a ideia e demanda inicial do trabalho com tal produto surgiram após o primeiro encontro, em 16 de junho de 2021.

O produto de comunicação viabilizado através deste projeto visou a promoção de informações emancipatórias aos indivíduos. Desde a sua ideação, a pluralização das vozes foi também fator determinante na curadoria de conteúdos selecionados.

4.3.2 Implementação: relato discursivo sobre quem fez o quê, quando, onde, como e por quê

O estudo contou com quatro diferentes fases, sendo elas: i) o planejamento e organização visual da mídia e seu conteúdo; ii) implantação com o primeiro grupo; iii) redefinições de conteúdo e formato; iv) implantação com o segundo grupo.

Durante o primeiro encontro do Núcleo de Pesquisa, Inovação, Cidadania e Políticas Públicas (em 16 de junho de 2021) a situação a ser trabalhada no projeto foi exposta e o grupo de trabalho formado. A partir de então, e pelas próximas duas semanas, os integrantes do grupo passaram a refletir sobre soluções e estratégias, em dois diferentes encontros, antes da apresentação ao grande grupo.

No primeiro encontro foram discutidas e aceitas por todos os integrantes deste pequeno grupo algumas diretrizes gerais, que julgavam interessantes:

1. Divulgar periodicamente o calendário de defesas de mestrado e doutorado do PPGCSA;
2. Realizar uma *live* mensal, utilizando o próprio Instagram e, se possível, posteriormente ampliando para transmissão via Youtube. Esta transmissão ao vivo convidaria estudantes e professores para falar dos temas de suas pesquisas, de acordo com o mês (por exemplo: setembro para prevenção ao suicídio, outubro para atenção aos idosos, novembro para consciência negra, dezembro para economia solidária);
3. Desenvolver publicações com citações de autores-chave, utilizados dentro do Programa;
4. Publicar atividades que envolvem o PPGCSA, como participação em eventos, projetos de pesquisa, editais de seleção;
5. Construir uma identidade visual para as mídias do Programa, em um formato que facilite a publicação por qualquer pessoa (independentemente de seus conhecimentos em produção gráfica e visual) dentro de um padrão. A ideia é utilizar uma plataforma gratuita para criação de *layouts*;
6. Atualização da marca do Programa, para utilização nas publicações, como marca d'água ou elemento que identifique quem criou a publicação;
7. Criar um espaço para troca de ideias dos estudantes do PPGCSA, em uma plataforma livre de algoritmos. A opção foi o Discord.

As definições acima foram desenvolvidas pelos integrantes ao longo das próximas semanas, sendo que nos dias 03 e 12 de julho de 2021 aconteceram mais duas reuniões com os integrantes do grupo, para preenchimento de um canvas para

a apresentação ao Núcleo e continuidade do planejamento (levantamento de conteúdos e mais divisões de tarefas), destes encontros:

- Foram desenvolvidos, em conjunto, o Canvas do projeto e o termo de abertura do projeto (ambos nos apêndices, respectivamente Apêndice A e Apêndice B), para apresentação do *pitch* ao grande grupo, em 21 de julho;
- Rafael estava criando perfil do PPGCSA no Discord e no Youtube, bem como pesquisando a possibilidade da utilização de *bots* para atualização automática de notícias no Discord, de acordo com as publicações realizadas no site do Programa;
- Márcio estava em contato com professores e selecionando conteúdo (dissertações e teses do programa para publicações nas mídias);
- Raquel estava produzindo o padrão visual para as mídias sociais do Programa, bem como adiantando a criação de publicações (imagens e textos/legendas) com o conteúdo recebido.

Esta fase inicial de preparação e planejamento da implantação da mídia contou com a apresentação ao Núcleo do *pitch* e termo de abertura do projeto, em 21 de julho de 2021, com a abertura para ideias e sugestões do grande grupo para novos direcionamentos e possibilidades.

Os trabalhos de planejamento se seguiram, com mais uma reunião de alinhamento sobre conteúdos, mídias e formatos de publicações em 28 de julho de 2021. Até a apresentação da identidade visual e prévia dos conteúdos a serem publicados nos próximos meses para a coordenação do curso e professores orientadores da área, reunião esta realizada em 18 de agosto de 2021.

Após aproximadamente dois meses de planejamento e preparação, a primeira publicação foi realizada em 20 de agosto de 2021, sendo seguida de postagens pensada por este primeiro grupo de trabalho em 26 e 27 de agosto, bem como em 03, 09, 11, 13, 20, 22, 29 e 30 de setembro de 2021.

As publicações se seguiram, conforme o planejamento, ainda que os trabalhos do grupo tenham sido concluídos oficialmente em 09 de setembro de 2021 (encerramento do semestre letivo que estava fora de padrão devido às alterações do calendário da Universidade, ocasionadas pelo período pandêmico).

Com o início do próximo semestre letivo, em 29 de setembro de 2021, foi dada continuidade nos trabalhos, com a renovação de alguns participantes do grupo, mantendo-se Raquel e o Rafael, sendo incluídos a Bruna e o Alexandre. As principais diretrizes para publicação foram mantidas, porém, em novas discussões em grupo mais propostas foram apresentadas:

1. Postagens para apresentação dos Núcleos de Pesquisa em atividade no PPGCSA;
2. Publicações apresentando os professores do Programa;
3. Criação de conteúdo relacionado a datas específicas;
4. Construção de vídeos, gravados pelos professores do curso, falando sobre os livros exigidos no processo seletivo de ingresso no PPGCSA;

Para o desenvolvimento dos conteúdos propostos, cada integrante do grupo desempenhou atividades específicas, em auxílio constante uns com os outros. Foram realizadas reuniões semanais, principalmente no início do processo (dias 08, 15, 22 e 29 de outubro de 2021, por exemplo) para alinhamento das demandas e divisão das tarefas.

Pautas consideradas de destaque, assim como o edital do processo seletivo para o PPGCSA, tiveram reuniões específicas para tratar do tema, como aquela sobre este assunto, realizada em 26 de novembro de 2021.

A continuidade da conversa via aplicativos de mensagem, WhatsApp, foi também fundamental para o andamento dos trabalhos, pois cada integrante do grupo desempenhava funções diferentes e necessitava do apoio do grupo para a sequência das demandas:

- Raquel fazia a organização das pautas, gerenciamento das demandas de cada integrante, auxiliava na escrita, fazia construção de algumas das imagens a serem publicadas e também algumas das publicações no Instagram;
- Rafael permanecia trabalhando para novas mídias (como Youtube e Discord), captava conteúdo com professores e fazia pesquisas de informações específicas para algumas publicações;

- Alexandre construía os textos das postagens, fazia sugestões de pautas e, em situações específicas, fazia as próprias publicações no Instagram;
- Bruna colocava os conteúdos dentro do padrão de imagem e sugeria publicações que utilizavam conceitos de *visual law*, além de incluir o conteúdo no perfil.

Este segundo grupo, no ano de 2021, realizou publicações, seguindo o planejamento, nas datas de 03, 05, 06, 08, 12, 13, 15, 18, 20, 25, 27 e 29 de outubro, 02, 05, 17, 19, 20, 26 e 29 de novembro, 01, 05, 07, 10, 13, 15, 17, 20, 23, 25, 28 e 31 de dezembro. Ainda que a retomada de atividades em 2022 tenha acontecido apenas com uma reunião em 27 de janeiro, as postagens tiveram continuidade. Desta forma, em 2022 foram realizadas postagens nos dias 02, 03, 13, 18, 21, 27, 28 e 31 de janeiro; 01, 02, 10, 11, 15, 20, 22 e 24 de fevereiro; 01, 05, 08, 14 e 28 de março; 07 e 25 de abril.

O grupo encerrou as publicações planejadas em 25 de abril de 2022, totalizando 64 postagem no Instagram em cerca de 9 meses de atividades (além de 2 meses de planejamento antes do início das publicações). Os *posts* tiveram os conteúdos citados nos planejamentos acima, pensados em equipe e colocados em prática com o auxílio de todos os integrantes do grupo.

4.3.3 Relatório de pesquisa: sobre os resultados da melhora planejada

Os resultados aqui apresentados são baseados no Apêndice C, uma planilha com os dados compilados sobre as principais métricas da mídia social selecionada para o projeto. Destaca-se que, nesta etapa, serão apenas apresentados os dados numéricos das publicações, para posterior avaliação e justificativas sobre os mesmos.

Foram 248 dias em que o perfil esteve ativo para publicações, somados os dois grupos de trabalho, neste período foram realizadas 64 postagens (todas elas disponíveis sequencialmente a partir do Apêndice E), resultando em um novo conteúdo a cada aproximadamente 3,8 dias. Os meses que antecederam as publicações foram fundamentais para o planejamento de ações, compreensão e

estudo do público e também delineamento de diretrizes a serem seguidas de acordo com a mídia selecionada para a aplicação do projeto.

Reunidas, todas as publicações obtiveram um total de 3564 curtidas, 100 comentários, 394 compartilhamentos, 315 salvamentos e um alcance de 30068 usuários. Além destas ações, disponíveis no próprio *feed* do usuário ao ver o *post*, estas publicações geraram 1159 atividades no perfil do PPGCSA (visitas ao perfil, novos usuários que começaram a seguir, toques no link do site, cliques para enviar e-mail).

A publicação que obteve a melhor performance foi a citação do autor Zygmunt Bauman que, sozinha, obteve um alcance de 5494 contas, totalizando 325 curtidas, e 100 atividades no perfil. Seguem-se a ela, em termos de desempenho numérico, a apresentação em vídeo do livro do autor Márcio Pochman; o edital para seleção de novos alunos em 2022; a apresentação em vídeo do livro “Capitalismo e Covid-19: um debate urgente”; e a relação de livros indicados para seleção do PPGCSA.

O pior desempenho entre as publicações foi aquele obtido pela divulgação do Discord para o PPGCSA, que teve apenas 10 curtidas e um alcance de 208 contas. Outros *posts* com baixo rendimento na mídia foram sobre a divulgação de webinar sobre direitos relativos à propriedade intelectual; dia da proteção de dados; dia da democracia; dia internacional do estudante.

Além das interações diretas com o públicos, houveram ainda, no período de duração do projeto, 63 interações via mensagem direta de usuário para com o perfil do Programa, estas mensagens configuraram-se, em geral, como perguntas sobre o programa, marcações em fotos, envio de sugestões e materiais relacionados aos conteúdos postados.

4.3.4 Avaliação: da mudança na prática, o que funcionou ou não funcionou e por quê

Com a implementação do projeto, algumas ideias trazidas pelo grupo não se tornaram viáveis. Um exemplo disso foi uma das primeiras propostas levantadas pelo grupo que iniciou os trabalhos, a ideia de *lives* mensais sobre temas específicos. Nenhuma transmissão ao vivo foi realizada, por fatores como:

dificuldade na articulação com pessoas dispostas a fazer uma fala sobre os temas selecionados, hesitação sobre a mediação das palestras, impasse sobre o agendamento de datas, falta de conhecimento técnico adequado para efetivação das transmissões, entre outros.

A proposta de criação de um perfil em uma mídia sem algoritmo (Discord) não teve adesão, apesar de ter sido publicado o convite em forma de postagem no Instagram. Este foi o post com menor performance e, sobre este ponto, consideramos válidas algumas reflexões:

- Não funcionou devido ao perfil de público do Programa? O Discord é uma mídia nativa para *gamers* conversarem enquanto disputam jogos virtuais, e estava apenas iniciando um movimento de migração para outras finalidades (empresariais, estudantis, etc). Uma possibilidade é que o perfil de público que está na pós-graduação não tenha familiaridade com a mídia, portanto, não tenha aderido.
- Se foi pelo público, pode ter faltado a introdução à mídia, faltou contextualização? Outra alternativa levantada é que com uma melhor apresentação sobre o funcionamento do Discord, explicando como funciona a plataforma, a forma de uso e possíveis benefícios, ele poderia ter tido maior adesão.
- É possível que o público já esteja cansado de tantas diferentes mídias para acessar? Outro ponto levantado é que o Discord não teve adesão pois as pessoas já estão saturadas de novas mídias sociais para acessar e aprender sobre.
- Como última alternativa, e que ocorreu aos pesquisadores apenas depois da desistência da mídia, é que a própria entrega da publicação que divulgava o Discord foi ruim no Instagram, pois esta última plataforma possui em seu algoritmo a limitação do alcance nos conteúdos relacionadas a outros aplicativos (pois é do interesse do Instagram que os usuários continuem em sua plataforma, e não migrem e nem dividam atenção com outras).

Entre as 10 publicações com pior performance, 6 delas foram sobre datas específicas, relacionadas à temáticas afins ao PPGCSA/UEPG. Estas postagens,

por mais que relacionadas ao escopo do Programa, pareciam não fazer parte do perfil da mídia, em nenhuma situação chegando a um alcance superior a 400 contas. Ainda assim, mantiveram-se as publicações, considerando que o objetivo da mídia não era apenas performance, mas, sim, proporcionar informações emancipatórias.

O conteúdo gerado nestas publicações sobre, por exemplo: justiça social, o voto feminino, direitos humanos e proteção de dados fazem parte das discussões empreendidas no PPGCSA e devem ser trazidas à tona, independentemente do seu alcance numérico na mídia social. Ainda, é necessário ponderar que 400 contas é um número baixo, comparado com as demais publicações, contudo, em qual contexto *offline* juntar-se-iam 400 pessoas para tratar de um destes tópicos? Deste modo, consideramos a entrega relevante e de acordo com uma comunicação voltada à cidadania.

As citações de autores foram postagens que variaram em termos de desempenho. A publicação sobre Bauman, que obteve um alcance de mais de 5 mil contas, teve esse expressivo resultado também devido ao uso de *hashtags*, já citações de outros autores como Hannah Arendt não passaram de 303 contas alcançadas. De todo modo, são consideradas importantes para apresentação do marco teórico do Programa, disseminação das obras e breves trechos de reflexões realizadas pelos autores.

A divulgação do edital para seleção de candidatos ao Mestrado e Doutorado do PPGCSA em 2022 teve, na mídia social, um bom resultado principalmente no que diz respeito às atividades no perfil, somando 375 interações no perfil do programa. Para as publicações foram utilizadas técnicas de *visual law*, o que auxilia no entendimento sobre o edital, que gerou 151 compartilhamentos do conteúdo. Desta forma, é possível inferir que este tipo de publicação gerou ações práticas dos usuários, que buscaram mais informações sobre o tema e também buscaram disseminar a informação ali presente.

Publicações que funcionaram bem, dentro da proposta trabalhada para este projeto, foram a apresentação dos professores do PPGCSA/UEPG, a apresentação de obras do processo seletivo em vídeos gravados pelos docentes do Programa, assim como as agendas de defesas. Ponto em comum entre todas estas categorias de publicação é a presença de pessoas que fazem parte da comunidade, o que acaba por gerar identificação, traz a interação e engajamento para os conteúdos publicados.

Estas publicações promovem a reflexão sobre outro ponto de atenção, que foi a dificuldade gerada pelo período pandêmico: não haviam fotografias de estudantes e atividades do Programa para publicação, em geral se utilizavam ilustrações com direitos autorais livres, captadas em bancos de imagem virtuais. Contudo, sabe-se que o Instagram é uma mídia de fotos, de imagens e para publicações cotidianas (o algoritmo faz melhores entregas deste tipo de conteúdo). O período de distanciamento social, ocasionado pela pandemia de Covid-19, dificultou o acesso e registro desse tipo de imagens. Desta forma, acredita-se ser importante explorar mais este fator.

O próprio modelo de *layout* criado para o perfil do PPGCSA (Apêndice D) foi pensado mediante este fator imagético, com dois entre os três padrões de *posts* contendo imagens. A padronização funcionou muito bem no sentido de promover uma identidade visual do Programa no perfil público, maior organização dos conteúdos e facilidade na leitura, bem como a eficiência na criação das publicações. Considerando a periodicidade de uma postagem a cada três ou quatro dias, já possuir um formato padrão facilita também para a agilidade na criação dos conteúdos (tendo em vista que quem alimenta o perfil na mídia social não possui essa função como atividade única também).

O modelo padrão de publicação, que já possui uma identificação do PPGCSA, auxilia também que quaisquer pessoas, mesmo sem conhecimento em produção gráfica, criem postagens para manter atualizado o perfil e ainda assim mantenham uma boa harmonia e princípios básicos de *design*. Neste sentido, referimo-nos não apenas às questões estéticas, mas também de hierarquia visual, acessibilidade de leitura, entre outros.

Ainda que possuindo, consideramos, uma boa frequência de publicações, uma das dificuldades encontradas pelos grupos foi fazer com que as informações necessárias para a criação dos conteúdos chegassem até quem os produziria para divulgação. O tempo de resposta, a disponibilidade para participação, a abertura das informações requisitadas foram alguns dos fatores que, em determinados momentos, travaram o processo de construção do produto de comunicação. Pensamos, portanto, ser importante estabelecer um fluxo e contar com a colaboração da comunidade para a fluidez dos trabalhos.

Fazer comunicação pública inclui a responsabilidade e o senso de pertencimento de todos ligados ao produto de comunicação (docentes, discentes,

colaboradores, etc). Faz-se comunicação de pessoas para pessoas, não de um setor ou um grupo para usuários. É necessário considerar a comunidade, suas demandas, anseios e opiniões, abrir o diálogo sobre assuntos relevantes socialmente e dar voz ao cidadão.

4.4 UM NOVO CICLO DE 2023 A 2024

Passados dois anos do início do projeto original, propomo-nos à análise do mesmo produto de comunicação, agora sob gerenciamento de outra equipe e independentemente do projeto inicial. Ressaltamos que não houve orientação ou participação de membros dos grupos originais nesta nova fase de divulgações realizadas no produto de comunicação.

Para as análises aqui empreendidas, selecionamos o período correspondente do ano, igualando à implantação original, a título de comparação de datas similares, períodos de recesso/férias e processos seletivos do Programa, por exemplo. Sendo assim, as publicações analisadas vão de 23 de agosto de 2023 a 25 de abril de 2024, totalizando 245 dias de postagens no perfil do PPGCSA no Instagram.

O produto de comunicação em sua etapa 2023-2024 é gerenciado de maneira autônoma, ainda por estudantes do Programa, mas sem um planejamento prévio ou orientações sobre os conteúdos. As publicações se dão conforme demanda e em formato mais livre do que aquele apresentado anteriormente. O calendário acadêmico já está regularizado e as aulas presenciais já foram integralmente retomadas.

4.4.1 Relatório de pesquisa comparativa

Para os números aqui apresentados, utilizamos os dados contidos no Apêndice BQ, este que consiste em uma tabela com as principais métricas do Instagram para as publicações no período mencionado. Assim como no relatório anterior, aqui serão apresentados apenas os quantitativos alcançados pelas

publicações destacadas para análise, sendo que no momento seguinte haverá a análise qualitativa das mesmas.

Neste período de comparação, que compreende 245 dias de atividades no Instagram, houve 85 publicações no perfil do PPGCSA. Isso finaliza uma média de uma nova publicação a cada 2,8 dias. Juntas, as publicações deste período totalizam 4465 curtidas, 93 comentários, 561 compartilhamentos, 275 salvamentos, 1585 atividades no perfil e um alcance de 46009 usuários.

O *post* com melhor desempenho geral foi o do edital para seleção de alunos regulares para o ano de 2024. Sozinha, esta publicação alcançou 1178 pessoas, teve 106 curtidas, 64 compartilhamentos, 19 salvamentos e 186 atividades no perfil. Sequencialmente a ela, os posts que tiveram os melhores resultados em termos de números foram duas publicações com apresentações de professores orientadores, uma divulgação *teaser* (em breve) do edital do processo seletivo 2024, e também uma publicação sobre uma banca internacional de defesa de doutorado. Incluímos ainda, nesta lista de publicações com melhor desempenho, uma sobre a aluna finalista no “Show and Tell”.

O menos alcance que um *post* obteve foram 225 usuários para o aniversário de Ponta Grossa, seguidos a ele os menores alcances em publicações foram para o dia do professor, pesquisa de avaliação, dia do servidor público e dia do profissional de educação física. Além destes, destacamos com um baixo número de curtidas também um dos posts sobre agenda de defesas e o e-book sobre a produção dos núcleos de pesquisa.

4.4.2 Avaliação do período comparativo

Com a análise dos dados de publicações que compreendem o período de 23 de agosto de 2023 e 25 de abril de 2024, verifica-se como muito positivas as publicações diretamente ligadas à seleção de novos alunos para o PPGCSA. Exemplo disso são as publicações sobre editais e a apresentação de orientadores do programa.

Destaca-se o elemento humano entre os *posts* mais curtidos, trazendo para o topo da lista a banca internacional de doutorado (como segundo lugar) e a acadêmica finalista no “Show and Tell” (como quinto lugar). Além destes, as

apresentações dos docentes do programa estão ocupando a primeira e quarta posições, entre as divulgações mais curtidas.

Citações de autores que são marcos referenciais do Programa, divulgação de agenda de bancas de defesa e compartilhamento de eventos foram exemplos de conteúdos que não tiveram grande relevância, mas também não figuraram entre os de pior desempenho. São assuntos de interesse público da comunidade acadêmica do Programa e, portanto, fazem parte da construção diária deste produto de comunicação.

Entre as publicações com pior performance estão quatro datas comemorativas, neste período alcançando não mais do que 305 usuários. Além destas, ainda a pesquisa de avaliação, além de ter apenas 251 visualizações, ainda contou com apenas uma atividade no perfil.

4.5 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS DOIS PERÍODOS DE DIVULGAÇÃO

Com a observação analítica dos períodos de 2021-2022 e 2023-2024 é possível compreender similaridades bastante significativas dentro da proposta de produto de comunicação. Apesar de cada período possuir suas peculiaridades no que se refere à criação de conteúdo, o funcionamento da mídia tendeu a se mostrar similar.

Neste sentido, ressaltam-se os assuntos relacionados ao processo de ingresso nos cursos de mestrado e doutorado do PPGCSA (editais, provas, orientadores, livros indicados), estes que obtiveram os melhores resultados em ambos os períodos. Por isso defende-se a importância de se manter os tópicos abordados dentro do escopo da comunidade do PPGCSA que tem um interesse direto na participação dentro do Programa.

A comunidade se articula para divulgação de tal conteúdo, quase como um convite aos demais para fazerem parte deste grupo. Isso se representa no elevado número de compartilhamentos das publicações relativas à seleção para ingresso nesta pós-graduação. Compreende-se a noção de pertencimento implícita na ação de convite a fazer parte.

Houve a repetição de resultados ruins quanto a publicações sobre datas específicas / comemorativas, obtendo números significativamente baixos quando

comparados com as demais postagens realizadas na mídia virtual. Reflete-se, a partir disso, a necessidade de mudança de estratégia no que se refere a este tipo de conteúdo, como possibilidade, buscar resultados numéricos superiores através do uso de artifícios da própria plataforma. Como exemplo, citamos a possibilidade de utilização de publicações em formato de vídeo e também fotos de pessoas, que possuem uma melhor entrega no Instagram. Não consideramos a descontinuidade do conteúdo, pois é de interesse público, mas se faz necessário reavaliar a forma de entrega, para haver um engajamento maior com tais publicações.

Com estes resultados compreendemos que aquilo que é próximo e “palpável” à comunidade possui melhores desempenhos numéricos na mídia *online*. Quaisquer assuntos que se distanciam ou exijam uma ação externa do público, não tenderam a ter uma boa performance. Nesse sentido, a comunicação com o público permanece horizontalizada, agora também com o incentivo para que a própria comunidade disponibilize conteúdo (assim como fotos em eventos, aulas, apresentações). Com o retorno das atividades presenciais, a mídia é também mais alimentada com publicações temporárias (*stories*) dos próprios usuários em seu dia a dia no PPGCSA.

Constata-se que, apesar de não haver um planejamento como no período 2021-2022, este novo momento analisado segue uma mesma linha editorial do que aquela proposta originalmente. Em 2023-2024 há uma pluralidade de produtores de conteúdo para o Instagram, que não são profissionais da área, mas executam a função de atualizar o perfil do PPGCSA, e se apropriaram de tal forma do produto que intuitivamente pautam assuntos recorrentemente similares aos tratados na implantação do produto de comunicação.

Quando é possível pautar conteúdo de maneira a compreender os limites do público, da mídia, dos interesses gerais comuns, não é necessário haver tutela ou coordenação. Autonomamente são seguidos limites e padrões de uma linha editorial construída quase que intuitivamente. É um fazer parte que se constrói em comunidade e cria essa linguagem coesa e coerente que transpassa do físico para o virtual e vice-versa.

Assim, reflete-se a possibilidade de haver já se consolidado uma identidade do Programa, com temáticas afins, assuntos de interesse e conteúdos comuns à comunidade. Não por determinação, e sim por compreensão do contexto que se apresenta e suas necessidades. Da mesma forma, cores e estilos de publicações

permaneceram próximos, mantendo o layout do *feed* harmônico com a marca do Programa.

Ao longo do período estudado o PPGCSA cresceu, seja em número de candidatos participantes do processo seletivo, em número de alunos, em quantitativo de produções. Todos estes fatores, direta ou indiretamente, passam pelo produto de comunicação do PPGCSA no Instagram.

Além de ser um ponto de aproximação entre a comunidade acadêmica durante o período pandêmico, é também ponto de contato entre as diferentes experiências que o Programa pode proporcionar aos estudantes e à sociedade. O perfil do PPGCSA no Instagram é como a “porta de entrada”, um convite a ser conhecido. É a partir dele que o usuário vai ao site, lê os editais, verifica as bolsas de estudos e disciplinas do semestre. É um meio de comunicação e interação que expande os horizontes do Programa e torna todo usuário parte dele.

A comunidade não se mantém atualizada entrando no portal da universidade, mas sim com a mensagem que chega até ela através da mídia social acessada cotidianamente. Quebra-se a barreira do formal, para se construir uma relação real com os públicos e seus interesses, de modo que a troca possa existir e o bem comum seja pautado.

4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito mais do que relacionar a ferramenta de comunicação do PPGCSA/UEPG a métricas de engajamento (curtidas, comentários e compartilhamentos) ofertadas pela própria plataforma, pensamos um produto de comunicação pública, que fomente a cidadania, tenha relevância e seja do interesse público, que incentive a interação, bem como tenha seus objetivos no sentido de gerar valor público.

A partir deste entendimento, trazemos à reflexão o Decreto 9.203/2017 que define valor público como:

Produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de interesse público⁴ e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos.

Segundo a revisão bibliométrica desenvolvida por Lopes, Luciano e Macadar (2018), a questão do valor público pode ser definida de diversas formas, de acordo com a linha de pensamento dos autores, a exemplo de Cordella e Willcocks (2010), que definem que “Valor Público está relacionado com as realizações dos objetivos estabelecidos pelo programas governamentais e pela entrega de serviços públicos a cidadania”, ou ainda como Hui e Hayllar (2010) explicam “O valor dos serviços não está vinculado apenas à qualidade e eficiência, mas também às melhorias sociais e econômicas que eles produzem ao público”. Teixeira (2012) destaca que para Mark H. Moore “criar valor público é oferecer respostas efetivas a necessidades ou demandas coletivas que sejam politicamente desejadas (legitimidade), cujos resultados modifiquem aspectos da sociedade”.

Compreendemos a partir destas definições que a ferramenta de comunicação do PPGCSA/UEPG cria valor com o conteúdo produzido, muito mais importante do que o quantitativo de publicações ou altos números de engajamento, há relevância social naquilo que é divulgado, afetando direta e positivamente a comunidade, as informações fomentam a cidadania e demandas sociais e de interesse público são divulgadas.

A partir disso entendemos que criar “valor” no setor privado possui uma associação mais simples, ligada diretamente com o lucro (financeiro) gerado pelas ações, contudo, no setor público, a relação não é linear da mesma maneira, o investimento e as ações precisam fazer sentido e trazer benefícios para a sociedade. Criar valor público é uma missão diferente e complexa, pois deve atender aos anseios do interesse público e da coletividade, não se relacionando apenas com a questão financeira. Este é um processo que deve também ser distinto daquele que cria valor político, alinhado a mandatos, a governos, interesses especiais, o valor

⁴ De acordo com o Glossário do Senado Brasileiro (Brasília, 2023), interesse público “é um dos critérios que norteiam a atividade de comunicação que se preocupa em auxiliar o indivíduo a exercer sua cidadania”. Por ser um glossário pertencente ao manual de comunicação da Secom (Secretaria de Comunicação) era de se esperar que a definição fosse relacionada às atividades do setor. Mas o conceito vai ainda além, para a Secretaria de Comunicação do Senado Federal, “O interesse público diz respeito às questões que afetam a vida da sociedade, em aspectos econômicos, políticos, sociais ou culturais. Quanto mais pessoas forem afetadas pelo fato, direta ou indiretamente, maior o interesse público”.

público é criado quando se harmoniza e “preserva o interesse público geral” (Moore, 2002).

Moore (2002) sugere que o relacionamento se dê no mercado político, encarando a sociedade como um “consumidor coletivo”. Através do processo de democracia representativa são criadas condições para que os indivíduos se reúnam e decidam o que gostariam de alcançar coletivamente. “É o único meio que sabemos sobre criar um ‘nós’ a partir de um conjunto de indivíduos livres” (MOORE, 2002, p. 57). Este é mais um ponto que a criação de valor público possui com a comunicação pública, incentivando a participação e visando o bem comum. A utilização de produtos de comunicação como o do PPGCSA/UEPG vão no sentido de possibilitar a junção desta comunidade em um mesmo “ambiente”, mesmo que virtual, e tratar de tópicos de interesse comum.

Pensar em “valor” no setor público não, necessariamente, faz referência apenas aos recursos financeiros investidos para que as ações aconteçam, nem só ao seu custo-benefício, por exemplo. A defesa de Moore (2002, p. 65) é em prol da análise do custo-efetividade das ações, em detrimento do custo-benefício, considerando que:

A confiança da análise custo-benefício nas preferências individuais é, claro, o que faz dela uma abordagem superior do ponto de vista conceitual para os economistas do bem-estar. Mas para os que acreditam na capacidade do processo político em estabelecer uma aspiração coletiva de forma articulada e que acham que isso é a orientação mais apropriada para a atividade pública, a avaliação de programas e a análise custo-efetividade são as melhores técnicas, exatamente porque não se preocupam com preferências individuais e sim com objetivos estabelecidos coletivamente.

Ou seja, a análise custo-benefício é válida, principalmente para a avaliação individual das consequências particulares das ações públicas para os indivíduos, sua percepção subjetiva. Mas o custo-efetividade é uma análise superior, compreendemos junto ao autor, pois através dela se verifica o alcance de objetivos estabelecidos para o interesse geral público, ela mede a efetividade das ações para os indivíduos segundo as metas estabelecidas, e não segundo a percepção dos sujeitos – estes que podem, inclusive, ter vieses morais, políticos, de interesse próprio, etc.

Considerando estas questões, Moore (2002) também destaca a importância de diferenciar a avaliação de “clientes” ou de “cidadãos”, pois as empresas públicas

não têm os serviços que prestam avaliados apenas pelos seus clientes, mas também pelos cidadãos. Um exemplo bastante elucidativo é que a pessoa que está presa não terá a mesma percepção sobre o Polícia do que conjunto de pessoas que pensam sobre a missão do sistema de segurança público. São as ideias mais gerais dos cidadãos e seus representantes políticos, com ideias gerais sobre a necessidade de atividades públicas, que decidirão o que valerá a pena investir, e são suas percepções valorativas que devem ter peso após a aplicação de programas de governo e políticas públicas.

Os recursos requeridos pelos gerentes públicos são concedidos com relutância em uma sociedade que louva o consumo privado mais do que a execução de objetivos coletivos, que valoriza muito a liberdade individual e que vê o empreendedorismo individual como um instrumento de desenvolvimento social e econômico muito mais poderoso do que o esforço governamental. Logo, não basta afirmar que os gerentes públicos criam resultados que têm valor; eles precisam ser capazes de mostrar que os resultados conseguidos valem o preço pago por eles – a restrição da liberdade individual e o consumo privado (Moore, 2002, p. 56)

Criar valor público é uma tarefa complexa, a coletividade precisa compreender a importância destas ações para o bem comum e o valor que elas possuem dentro do contexto de convívio social. Como menciona o autor, “de modo geral, numa democracia, provavelmente a maior vantagem é preservar as linhas de comunicação e *accountability* abertas a muitas pessoas com interesses e idéias acerca do que se deve fazer” (MOORE, 2002, p. 428).

A preservação do diálogo e da lisura na transmissão de informações é defendida pelo autor, pensando que a *accountability* “também cria valor, pois satisfaz os desejos de cidadãos por uma sociedade bem ordenada, na qual existam empresas públicas igualitárias, justas, eficientes e responsáveis” (MOORE, 2002, p. 89).

O processo de prestação de contas públicas, informação e transparência pode deixar de ser passivo, atendendo simplesmente ao que diz a lei; para o desenvolvimento de uma transparência ativa, incentivando o relacionamento com a sociedade através do diálogo, criando a relação com conteúdos e meios de comunicação produzidos para essa finalidade.

Essa mudança de paradigma, em nosso entendimento, auxilia na construção do valor público e compreende algumas das premissas da boa comunicação pública. Isto, pois, junto a Mainieri e Rosa (2006, p. 203) “Acreditamos em uma

comunicação pública que amplia as possibilidades de debate acerca dos assuntos de interesse coletivo da sociedade. Uma comunicação pública que traz o cidadão, o Estado e a sociedade civil para um amplo diálogo em prol da coletividade”. Há cada vez mais facilidades para realizar este tipo de ação.

A importância da opinião pública aumentou na proporção direta do aparecimento dos meios de comunicação de massa, com Gutenberg proporcionando velocidade e abrangência na divulgação de informações, fenômeno potencializado ainda mais com o rádio e com a televisão e, como fato recente e à parte, as mídias digitais (Haswani, 2013, p. 65).

Desta forma, se a autoridade nas democracias está na coletividade, cria-se valor ao fortalecer a relação com a sociedade e construir diálogos em prol do interesse geral público. Assim, consideramos que o produto de comunicação pública ora apresentado possui características fundamentais de interação, compartilhamento de informações de interesse público, publicação de conteúdos emancipatórios. Desta forma, ele também possui um significativo valor público.

Há, contudo, que se continuar o permanente desenvolvimento desta comunicação, fomentando a participação e pautando ações práticas na interação obtida com o público. O canal deve ser mantido aberto, a participação incentivada, ações baseadas em compartilhamento e troca.

Ainda, a construção de produtos de comunicação como o aqui apresentado vem no sentido da importância da reflexão sobre novos meios de exercício da cidadania, que passa pela educação quanto às fontes e como utilizar as ferramentas disponíveis. Ademais, o acesso a este formato de comunicação passa também pela disponibilidade de condições materiais para ter acesso a uma mídia virtual, por um dispositivo eletrônico.

Há que se pensar, claro, em formatos como o apresentado, e também ampliar a discussão sobre as condições materiais necessárias para que a informação nestas mídias (e outras) alcance determinados extratos da população e promova a transformação social proposta, com uma cidadania mais informada, consciente e engajada.

Tem-se a compreensão de que fazer a proposição de uma comunicação emancipatória é, de fato, diferente de alcançá-la plenamente. Entende-se, contudo, que o movimento online é necessário e urgente, a fim de promover interação com

diferentes públicos, não para o sucesso do produto de comunicação, mas tendo em vista a possibilidade de evolução social.

Hoje, em muitos aspectos, pertencer passa também pelo digital. Os novos meios ampliam horizontes de comunicação para com públicos específicos e, destacamos a importância de ocupar estes espaços virtuais também, com informações de qualidade, emancipatórias, de fontes relevantes e seguras.

O trabalho é sempre presente e raramente fácil. Estamos todos aprendendo a realizar uma nova forma de comunicação, e isso demonstra ainda mais a importância da comunicação pública, principalmente no período pandêmico em que a pesquisa foi realizada. Ela reforçou a relevância das mídias sociais e de todos repensarem as suas formas de se comunicar com a sociedade.

Compreendemos que a comunicação pública promove a cidadania e, consequentemente, auxilia no fortalecimento da democracia, no sentido de incentivar a participação da sociedade civil em todas as decisões que a envolvem. Há, ainda, muitos espaços a serem ocupados. A cidadania pode ser exercida em espaços muito diversos, como por exemplo em audiências públicas, definição de políticas públicas, participação em conselhos, projetos de programas de pós-graduação, atividades de pesquisa das mais variadas áreas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática do presente trabalho tinha como reflexões iniciais a comunicação no serviço público, contudo, a dimensão da pesquisa e o desenvolvimento científico possível foram alargados amplamente quando se tirou a expressão “no serviço”, e se passou a estudar o que é chamado de Comunicação Pública. A proporção do tema é muito maior quando abordado no sentido de

uma estratégia ou ação comunicativa que acontece quando o olhar é direcionado ao interesse público, a partir da responsabilidade que o agente tem (ou assume) de reconhecer e atender o direito dos cidadãos à informação e participação em assuntos relevantes à condição humana ou vida em sociedade. Ela tem como objetivos promover a cidadania e mobilizar o debate de questões afetas à coletividade, buscando alcançar, em estágios mais avançados, negociações e consensos. (Koçouski, 2012, p. 92)

Com isso, pensamos que o Estado possui como obrigação fazer Comunicação Pública, mas ele não é o único que pode praticar este tipo de comunicação, sendo viável e interessante usar esse formato de interação com os usuários também por organizações, empresas, terceiro setor, entre outras. Contanto que haja o interesse público sendo privilegiado e a possibilidade da conversa ser aberta e multidirecional, estaremos no caminho da comunicação.

Ao mesmo tempo pensar a Comunicação Pública no século XXI é compreender a complexidade implicada nas facilidades da tecnologia, na multiplicidade de opiniões, na legitimidade do conflito, na interação multimeios e na diversidade social. Isto para citar apenas alguns dos elementos imbricados em tão complexa questão. E não se limita à Comunicação Pública, mas alcança a convivência social em geral. Nesta mesma linha, refletimos junto à Wolton (2011, p. 15) que

A revolução do século XXI não é a da informação, mas a da comunicação. Não é a da mensagem, mas a da relação. Não é a da produção e da distribuição da informação por meio de tecnologias sofisticadas, mas a das condições de sua aceitação ou sua recusa pelos milhões de receptores, todos sempre diferentes e raramente em sintonia com os emissores. Os receptores, destinatários da informação, complicam a comunicação. A informação esbarra no rosto do outro. Sonhava-se com a aldeia global. Estamos na torre de Babel.

Este é um dos principais desafios a serem superados pela Comunicação Pública, proporcionar a relação, a interação. Defende-se aqui que a comunicação pública fortalece a cidadania e contribui no processo democrático, ampliando o acesso à informação, empoderando os cidadãos, estimulando a participação e o diálogo entre as organizações e os seus públicos e entre a sociedade como um todo. Isto, considerando o fato de o interesse coletivo ser diferente da soma dos interesses individuais.

Propomo-nos a pensar, unindo todos os artigos apresentados, na perspectiva de uma comunicação em prol do bem comum e do interesse geral público, esta que se liga à esfera pública, à cidadania e que pode ser um meio para superar a subcidadania que se perpetua no Brasil.

A Comunicação é entendida neste trabalho como um processo de transformação social, através dela empoderando os indivíduos e dando-os artifícios para a plena participação e emancipação. Neste sentido, não é pensada apenas uma via de mão dupla, dialógica, é considerada a possibilidade de construir uma comunicação que envolva os múltiplos atores e fatores do entorno, que haja diversos pontos de contato entre a sociedade, o governo e o Estado, que seja multidirecional.

Existe a necessidade de se criar um ambiente propício para a troca e uma sociedade que entenda sua importância, participando ativamente de espaços deliberativos, fazendo uso do poder que lhes é dado e construindo novas formas de participação e desenvolvimento. Mas este é um fator cultural, educativo, de modelo ideológico e que deve ser construído em nossa sociedade. É necessário tempo para que isso faça parte e seja assimilado pela comunidade.

Por mais que o foco seja a produção de uma comunicação múltipla e para “todos”, compreendemos que essa inclusão total e absoluta (ainda?) é uma utopia. Por mais abrangente que seja, a Comunicação Pública atinge o cidadão médio, o público médio, os extremos são alcançados em situações mais específicas. Isso se aplica à linguagem, aos meios utilizados para comunicação, aos assuntos abordados, entre outros fatores. Pensa-se em públicos específicos quando se produz comunicação, ou seja, o “todos” é limitado a grupos de interesses no conteúdo a ser tratado.

Ainda neste sentido, pensando também no uso de mídias virtuais para a comunicação pública, cada vez mais comum e frequente nos dias atuais, deve-se considerar o limitante da tecnologia para o acesso à informação, seja pela necessidade da posse do item tecnológico para navegar na internet (celular, computador, entre outros), seja pela capacidade técnica e intelectual de manusear o equipamento, ou mesmo pelas plataformas utilizadas para a interação com o público.

O uso das mídias online para comunicação pública não necessariamente ampliam o acesso, mas com certeza diversifica. Dificilmente quem possui os meios necessários para o alcance de informações online está absolutamente à margem, deve-se pensar na diversidade do público também.

Outro fator que pode ser considerado é que a comunicação ser acessável é diferente de ela ser acessível, isto no sentido em que ela pode estar disponível, mas pode ser ininteligível para uma boa parte da população, ela pode não ser acessível a pessoas com necessidades específicas, ela pode estar em uma mídia de difícil compreensão por uma parcela da população (a exemplo de idosos).

As mídias sociais ainda trazem um desafio extra à Comunicação Pública no sentido de que para um formato que busca alcançar a sociedade e abrir conversas, as plataformas como o Instagram possuem algoritmos específicos de entrega de conteúdo, que podem limitar o acesso de alguns usuários a determinados assuntos. Da mesma forma, a entrega para quem é um seguidor dos perfis é diferente para o usuário geral da mídia. Até que ponto essas plataformas proporcionam liberdade de fato então? Há liberdade na esfera pública virtual, ou há o determinismo da relevância e entrega aos usuários.

Refletimos ainda que mesmo em uma plataforma com uma linguagem e comunicação mais horizontalizadas, há sempre um emissor inicial da mensagem. Neste caso, pensamos se há mais poder sobre a mensagem para aquele que inicia a conversa. Ainda que a esfera pública seja lugar de liberdade de participação, a Comunicação Pública propõe o início da conversa, sua continuidade é dependente de uma diversidade de fatores.

De todo modo, acreditamos que a Comunicação Pública é viável e benéfica à sociedade, como reafirmado recorrentemente ao longo deste trabalho, ela tem um escopo bem delineado e características peculiares que a determinam, sem utopias, apenas a necessidade de interesse e dedicação pelo que é interesse público. É

neste sentido que trabalhamos este formato de comunicar muito mais como um *ethos* à cidadania do que necessariamente uma prática, “a sua operacionalização demanda necessariamente uma opção política pela cidadania e pelo interesse público” (Duarte, 2007, p. 70).

É pela cidadania, tratada aqui também como o direito de pertencer, que se pode garantir direitos fundamentais. No extremo da privação de direitos, Arendt (2012, p. 403) coloca a privação dos direitos humanos, afirmando no contexto dos judeus na Segunda Guerra Mundial que foram “privados não do seu direito à liberdade, mas do direito à ação; não do direito de pensarem o que quiserem, mas do direito de opinarem”. Fato é que a Comunicação Pública age neste extremo oposto, buscando garantir a oportunidade da ação e da opinião.

Tal processo de supressão ou omissão da possibilidade de fala ocorreu no Brasil também, com as classes menos favorecidas e os escravos, processo histórico o qual deve ser revertido. Gündogdu (2020, p. 150), tratando do direito a ter direitos de Arendt e a comparação entre a apatridia e a escravidão, explica bem tal fato afirmando que “Não é como se um ou outro tivessem, de fato, perdido a faculdade da fala, mas sua palavra é irrelevante, ininteligível ou sem sentido”.

É essa centralidade do discurso e da ação, como Arendt apregoa, que vislumbramos como possibilidade na Comunicação Pública. Segundo a autora, “[uma] vida sem ação e sem palavras... deixou de ser uma vida humana porque já não é mais vivida entre os homens”. É neste sentido que se vê a possibilidade de emancipar e “dar vida” à população no Brasil, que historicamente teve seu direito de participar alijado em detrimento de grupos aristocratas que já possuíam seu lugar garantido na máquina estatal.

São ações recorrentes as que mudam a realidade social, não necessariamente atingindo a população como um todo, mas grupos de interesse da sociedade que podem pouco a pouco transformar a sua realidade e do entorno em que vivem. Exemplo disso é o produto de comunicação aqui apresentado, que cumpre com seu objetivo dentro do espaço de alcance do Programa de Pós-Graduação.

Em nosso ver, a comunicação pública deve ser entendida como um processo que requer compromisso metodológico do comunicador com a transformação da realidade, que devem se concretizar por meio de um posicionamento político e engajado na construção da democracia de seu entorno. Ao assumir uma postura política e transformadora, o comunicador trabalha na mediação entre os interesses públicos colocados na esfera pública e as diferentes forças que concorrem dentro dela. (Escudero, 2015, p. 113).

É na esfera pública, ambiente de troca e compartilhamento, que a voz do cidadão se coloca e ele é alcançado pela interação. A Comunicação Pública que se propõe é aquela engajada na mudança social, na promoção da cidadania, na democracia ativa e que possa promover a transformação baseada no bem comum e no interesse público.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo**: Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ARENDT, H. **A Condição Humana**. 13. ed. rev. [reimpressão]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020. Tradução de: Roberto Raposo. Revisão técnica e apresentação: Adriano Correia.
- BETTINE, M. **A Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas**: bases conceituais. São Paulo: edições EACH, 2021.
- BRANDÃO, E. P. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge. (org.). **Comunicação Pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007.
- BRASÍLIA. Senado Federal. Secretaria de Comunicação (ed.). **Manual de Comunicação da Secom**: glossário. Glossário. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/glossario/interesse-publico>. Acesso em: 03 abr. 2023.
- BUCCI, E.. **O Estado de Narciso**: A comunicação pública a serviço da vaidade particular. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- CURTINOVI, J.; MESQUITA, W. (2014). De que comunicação pública estamos falando? **Anais do Congresso de Ciências da Comunicação**, Intercom, Grupo de Pesquisa Políticas e Estratégias de Comunicação, Foz do Iguaçu, XXXVII.
- DUARTE, J.; DUARTE, M. Y. M. Serviço Público, Comunicação e Cidadania. In: NASSAR, P.; MARETTI, E. (org.). **Comunicação Pública: por uma prática mais republicana**. São Paulo: Aberje, 2019. p. 57-77. Disponível em: <https://abcpública.org.br/biblioteca/servico-publico-comunicacao-e-cidadania/>. Acesso em: 14 nov. 2021.
- DUARTE, J. Sobre a emergência do(s) conceitos(s) de comunicação pública. In: KUNSCH, M. M. K. (Org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. 1. ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2011. p. 121-134
- DUARTE, M. Y. M. Comunicação e cidadania. In: DUARTE, Jorge. (org.). **Comunicação Pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007.
- FAORO, R. A viagem redonda: do patrimonialismo ao estamento. In: FAORO, R. **Os donos do poder**: Formação do patronato político brasileiro. 3. ed, revista. Editora Globo, 2001. Cap. final. p. 865 - 887.

FERREIRA, E. O Espaço Público e a Cidadania: Contribuições de Hannah Arendt. **Sapere Aude**, v. 8, n. 15, p. 211-226, 22 jul. 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/P.2177-6342.2017v8n15p211>. Acesso em: 24 out. 2022.

FERREIRA, M. M. Hannah Arendt e o conceito de autoridade no resgate da dignidade da política. **REVISTA INSTANTE**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 52–62, 2020. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/revistainstante/article/view/209>. Acesso em: 30 mar. 2023.

FRANCO, M. S. de C. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997.

FREITAG, B. **A teoria crítica: ontem e hoje**. 5 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

GENTILLI, V. O conceito de cidadania, origens históricas e bases conceituais: os vínculos com a Comunicação. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 9, n. 19, p. 36-48, dez. 2002. Quadrimestral. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistafamecos/article/view/3184>. Acesso em: 24 out. 2022

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. 2 reimp. São Paulo: Atlas, 2021.

GIL, P. G.; MATOS, H.. Quem é o cidadão na comunicação pública? Uma retrospectiva sobre a forma de interpelação da sociedade pelo Estado em campanhas de saúde. In: MATOS, H. (org.). **Comunicação Pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: Eca/Usp, 2012. p. 141-167.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade** (Volume 2). Tradução de Flávio Beno Siebeneicher. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, J. Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. **Líbero**. [online] ano XI. n. 21. 2008. [Acessado em 10 Setembro 2022]. pp. 09-21. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Comunica%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica-na-sociedade-medi%C3%A1tica.pdf>

HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo: Racionalidade da ação e racionalização social** (Volume 1). Tradução de Paulo Astor Soethe; Revisão da tradução de Fávio Beno Siebeneicher. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

HABERMAS, J. Prefácio à nova edição (1990). In: HABERMAS, J. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 35-87. Tradução de: Denilson Luís Werle.

HASWANI, M. F. **Comunicação Pública**: bases e abrangências. 1 ed. Saraiva, 2013. 200p.

IANNI, O. O príncipe eletrônico. **Perspectiva**. [online]. 1999. n. 22. [Acessado em 10 Setembro 2022], pp. 11-29. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2079/1701>.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ponta Grossa. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/ponta-grossa.html>. Acesso em: 02 jun. 2023.

KEMP, S. **Digital 2023**: brazil. Brazil. 2023. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2023-brazil>. Acesso em: 03 jun. 2023.

KOTLER, P. **Marketing 4.0**: do tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

KUNSCH, M. M. K. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: MATOS, Heloiza (org.). **Comunicação Pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: Eca/Usp, 2012. p. 13-30.

LIEDTKE, P.; CURTINOVI, J.. Comunicação pública no Brasil: passado, presente e futuro. **Comunicação Pública**, [S.L.], n. 1120, p. 1-12, 30 jun. 2016. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/cp.1171>.

LOPES, K. M. G.; LUCIANO, E. M.; MACADAR, M. A. Criando Valor Público em Serviços Digitais: uma proposta de conceito. **Revista Gestão.Org**, v. 16, Edição Especial, 2018. p. 207-221. ISSN 1679-1827. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaoorg/article/view/239271/31623>. Acesso em: 10 ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.21714/1679-18272018v16Ed.p207-221>

LOPES, A. S.; ROSSI, A. do C. S. O Direito a Ter Direitos Como Realização Política Para os Direitos Humanos na Obra De Hannah Arendt. **Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 51–66, 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/sociais/article/view/12185>. Acesso em: 15 fev. 2024.

LOSEKANN, C. A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades de uso deste conceito no contexto brasileiro. **Pensamento Plural**, Pelotas, n. 4, p. 37-57, jan./jun. 2009. Disponível em: www.pensamentoplural.ufpel.edu.br. Acesso em: 22 ago. 2021

LUBENOW, J. A. Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas: modelo teórico e discursos críticos. **Kriterion**: Revista de Filosofia [online]. 2010, v. 51, n. 121 [Acessado 1 Setembro 2022], pp. 227-258. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-512X2010000100012>.

LUBENOW, J. A. A esfera pública 50 anos depois: esfera pública e meios de comunicação em Jürgen Habermas em homenagem aos 50 anos de Mudança estrutural da esfera pública. **Trans/Form/Ação** [online]. 2012, v. 35, n. 3 [Acessado 3 Setembro 2022], pp. 189-220. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/S0101-31732012000300010>>.

MACIEL, R. **Instagram tem engajamento 4x maior que o Facebook desde o início da pandemia**. 2021. Disponível em:

<https://canaltech.com.br/internet/instagram-tem-engajamento-4x-maior-que-o-facebo-ok-desde-o-inicio-da-pandemia-183731/>. Acesso em: 03 jun. 2023.

MAINIERI, T.; RIBEIRO, E. M. A. O. A comunicação pública como processo para o exercício da cidadania: o papel das mídias sociais na sociedade democrática.

Organicom, São Paulo, v. 8, n. 14, jan. 2011. Semestral. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139084/134433>. Acesso em: 13 mar. 2021.

MAINIERI, T.; ROSA, E. C. F. Comunicação pública, cidadania e democracia: algumas reflexões. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, SP, v. 7, n. 1, p. 192–206, 2012. Disponível em:

<https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/307>. Acesso em: 24 out. 2022.

MARSHALL, T. H. Cidadania e Classe Social. In: MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 57-114. Tradução de: Phillip C. Schmitter.

MEDEIROS, A. M.; CHIRNEV, L. **Guia de Comunicação Pública**. Brasília: Associação Brasileira de Comunicação Pública, 2021.

MELO, R. Repensando a esfera pública: esboço de uma teoria crítica da democracia. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política** [online]. 2015, v. 00, n. 94 [Acessado 19 Setembro 2022], pp. 11-39. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/0102-64452015009400002>>. ISSN 1807-0175.

MOORE, M. H.. **Criando Valor Público: Gestão Estratégica no governo**. Tradução de P. G. Vilas-Bôas Castro e Paula Vilas-Bôas Castro. Rio de Janeiro: Uniletras. Brasília, DF: ENAP, 2002.

NOBRE, H. H. M. e; NOBRE, G. F. Comunicação pública e comunicação política: por uma interação entre cidadania e democracia. **Organicom**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 15-26, 2013. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2013.139188. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139188>. Acesso em: 17 nov. 2021.

OLIVEIRA, J. C. da C. Comentário a “Algumas contribuições de Habermas ao estudo da comunicação pública da ciência”. **Trans/Form/Ação: Revista De Filosofia**, v. 44, n. 4. 2022. [Acessado 7 Setembro 2022], pp. 45–48. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/0101-3173.2021.v44n4.03.p45>>

PALERMO, L. C. A importância da teoria do agir comunicativo na atualidade: racionalidade, mundo da vida e democracia deliberativa. **PRACS - Revista Eletrônica de Humanidade do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP** [online]. 2013, n. 6 [Acessado 2 Setembro 2022], pp. 01-17. Disponível em:

<<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/viewFile/806/n6Palermo.pdf>>

PAIXÃO, V. S. Poder e Política no Pensamento de Hannah Arendt. **Revista Partes**, São Paulo, 2015. Disponível em

<https://www.partes.com.br/2015/06/10/poder-e-politica-no-pensamento-de-hannah-arendt/>. Acesso em 30.03.2023

PERLATTO, F. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. **Revista de Sociologia e Política** [online]. 2015, v. 23, n. 53 [Acessado 9 Setembro 2022], pp. 121-145. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-987315235307>>. ISSN 1678-9873. <https://doi.org/10.1590/1678-987315235307>.

PERUZZO, C. M. K. Epistemologia e método da pesquisa-ação. Uma aproximação aos movimentos sociais e à comunicação. In: ANAIS DO 25º ENCONTRO ANUAL DA COMPOS, 2016, Goiânia. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2016.

Disponível em:

<<https://proceedings.science/compos/compos-2016/trabalhos/epistemologia-e-metodo-da-pesquisa-acao-uma-aproximacao-aos-movimentos-sociais-e?lang=pt-br>>.

Acesso em: 05 maio 2023.

PROGRAMA de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas: Universidade Estadual de Ponta Grossa. Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2023.

Disponível em: <https://www2.uepg.br/ppgcsa/#contato>. Acesso em: 03 jun. 2023.

RAMOS, E. E. de A. Para uma teoria da cidadania a partir de Hannah Arendt: uma análise dos elementos estruturantes da cidadania. In: CONPEDI/UFPB (org.).

Direitos fundamentais e democracia I: a humanização do direito e a horizontalização da justiça no século xxi. Florianópolis: Conpedi, 2014. p. 123-141. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/publicacao/ufpb/livro.php?gt=89>. Acesso em: 24 out. 2022.

SANTOS, E. L.; SANTOS, R. S.; BRAGA, V. Administração do desenvolvimento: percepções e perspectivas da comunidade científica da ANPAD. **Organ. Soc.**, Salvador, v. 23, n. 77, p. 263-284, jun 2016. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302016000200263&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 07 fev. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-9230775>.

SCHWARTZMAN, S. Da teoria política à realidade histórica. In: SCHWARTZMAN, S. **As Bases do Autoritarismo Brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Publitz Soluções Editoriais, 2007. Cap. 1. p. 41-82.

SOARES, S. S. D.; STENGEL, M.. Netnografia e a pesquisa científica na internet. **Psicologia USP** [online]. 2021, v. 32. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/0103-6564e200066>>. Acesso em: 07 ago 2021. Epub 08 Fev 2021. ISSN 1678-5177. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e200066>.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 3, p. 443–466, set. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/3DkbXnqBQqyq5bV4TCL9NSH/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 03 jun. 2023.

VIANNA, O. Função simplificadora do grande domínio rural. In: VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal Editorial, 2005. Cap. 7. p. 184-206.

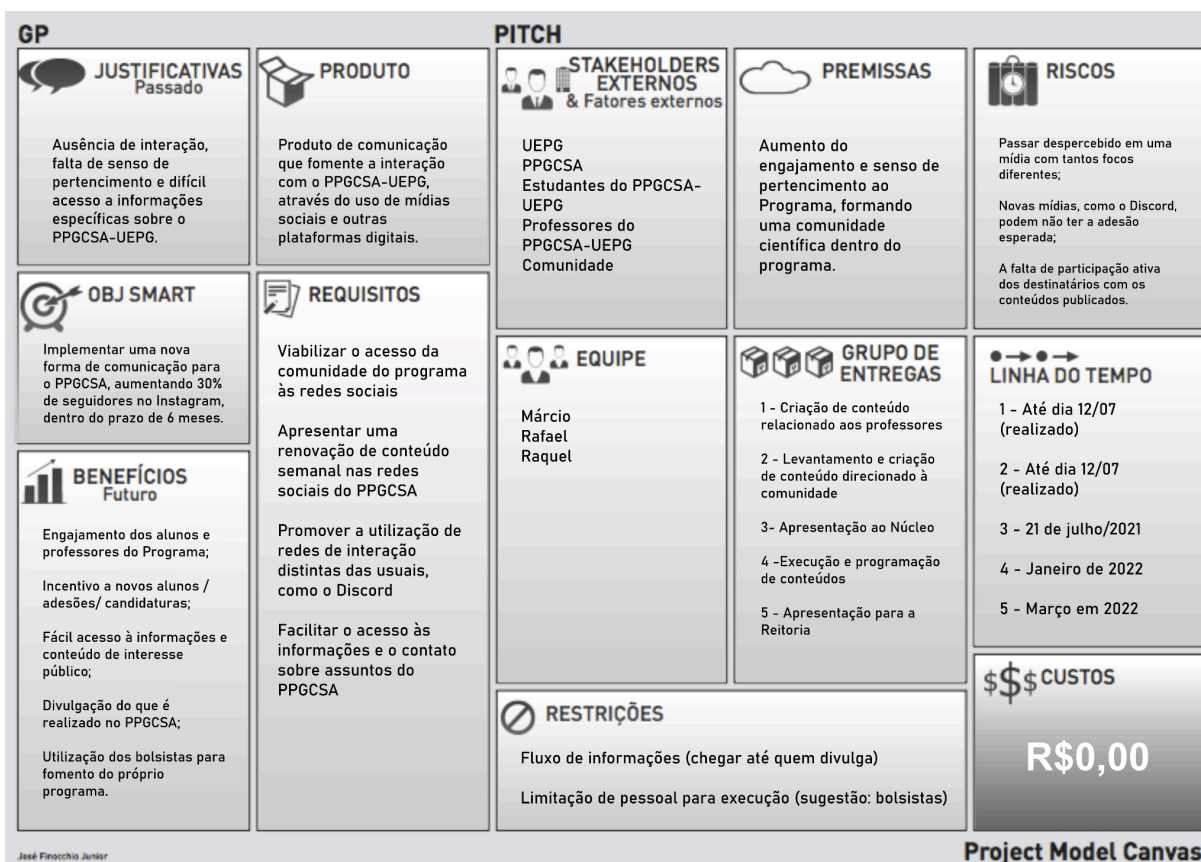
VOLPATO, B. **Ranking**: as redes sociais mais usadas no brasil e no mundo em 2023, com insights, ferramentas e materiais. as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2023. 2023. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>. Acesso em: 02 jun. 2023.

WOLTON, D. **Informar não é comunicar**. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2011. 96 p.

WINCKLER, S. Igualdade e Cidadania em Hannah Arendt. **Revista Direito em Debate**, Ijuí, v. 22, n. 13, p. 7-22, jul. 2003. Semestral. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/711>. Acesso em: 24 out. 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A - CANVA DO PROJETO APRESENTADO AO NÚCLEO DE PESQUISA



APÊNDICE B - TERMO DE ABERTURA DO PROJETO

TERMO DE ABERTURA DE PROJETO	
Identificação do projeto	
Produto de comunicação cidadã	
Equipe	
Marcio, Rafael e Raquel	Versão: 17/jul/2021

PASSO 1 - Escopo e visão (contextualização)

No Brasil, o Instagram possui 99 milhões de usuários ativos diariamente. O maior divulgador científico do Brasil possui pouco mais de 1 milhão de seguidores. A celebridade brasileira mais seguida tem 153 milhões de pessoas no seu perfil, já a universidade mais popular tem cerca de 300 mil.

Cada dia mais a universidade, e o próprio conhecimento científico, tem perdido espaço nas mídias, seja para amenidades, ou para "achismos", informações distorcidas e "donos de razões" sem nenhum embasamento — que não sejam suas próprias opiniões. É essencial que a Universidade (representante da Ciência) se posicione vigorosamente nas mídias digitais (local onde o cidadão já está), sem apenas aguardar que a população voluntariamente bata à porta da instituição.

A UEPG é referência educacional em sua área de atuação, com mais de 10 mil alunos, divididos entre 49 cursos de graduação e 27 pós-graduações. Dentre os Programas de Pós-Graduação, o de Ciências Sociais Aplicadas será foco do presente projeto, que tem como proposta aperfeiçoar a comunicação institucional de forma a fornecer informações emancipatórias para seus destinatários.

Espera-se, ainda, a construção de um senso de pertencimento, um "fazer parte e ser responsável por", seja dos estudantes e até mesmo dos próprios professores, que não devem estar como meros observadores, mas sim protagonistas dentro da mudança proposta. Por isso, a mídia digital, onde eles já estão, torna-se importante meio de aproximação e espaço informal para troca, a fim de que se sintam bem neste ambiente também e sejam propagadores e reais comunicadores da informação de interesse público.

Desta forma, propõe-se o aperfeiçoamento do perfil institucional do PPGCSA no Instagram (como mídia base) e a utilização de plataformas acessórias (YouTube, Facebook, Discord, etc) para fomentar a participação e a comunicação pública.

Temos como ponto de atenção principal resgatar o senso de coletividade, para incentivar o senso de pertencimento; reforçar a ideia da transformação social ao aplicar uma comunicação mais horizontal e, assim, também readequar a ideia que temos de propagação das informações.

PASSO 2 - Organização e estrutura



PASSO 3 - Execução e gerenciamento

Nosso produto de comunicação está dividido em [três grandes fases](#) iniciais, sendo:

1. Concepção / pesquisa (até 28/07),
2. Planejamento e produção (até 18/08),
3. Início da execução / Implementação (a partir de 23/08).

O gerenciamento é uma "etapa" executada em conjunto com todas as outras.

PASSO 4 - Riscos e restrições

- Já há inúmeros perfis nas mídias sociais, com os mais diversos temas, precisamos de um diferencial!
- Como incentivar a discussão de ideias, não apenas a absorção passiva de informações?
- Novas mídias, como o Discord, terão aderência do público?
- É necessário criar um planejamento e fazer com que as informações, de fato, cheguem a quem divulga e a quem é interessado no assunto, a questão é como manter o fluxo funcionando?

Controle de Versões			
Versão	Data	Autores	Notas da Revisão
1	21/07/2021	Marcio, Rafael e Raquel	Apresentação da versão inicial. Aguardando sugestões do grande grupo.

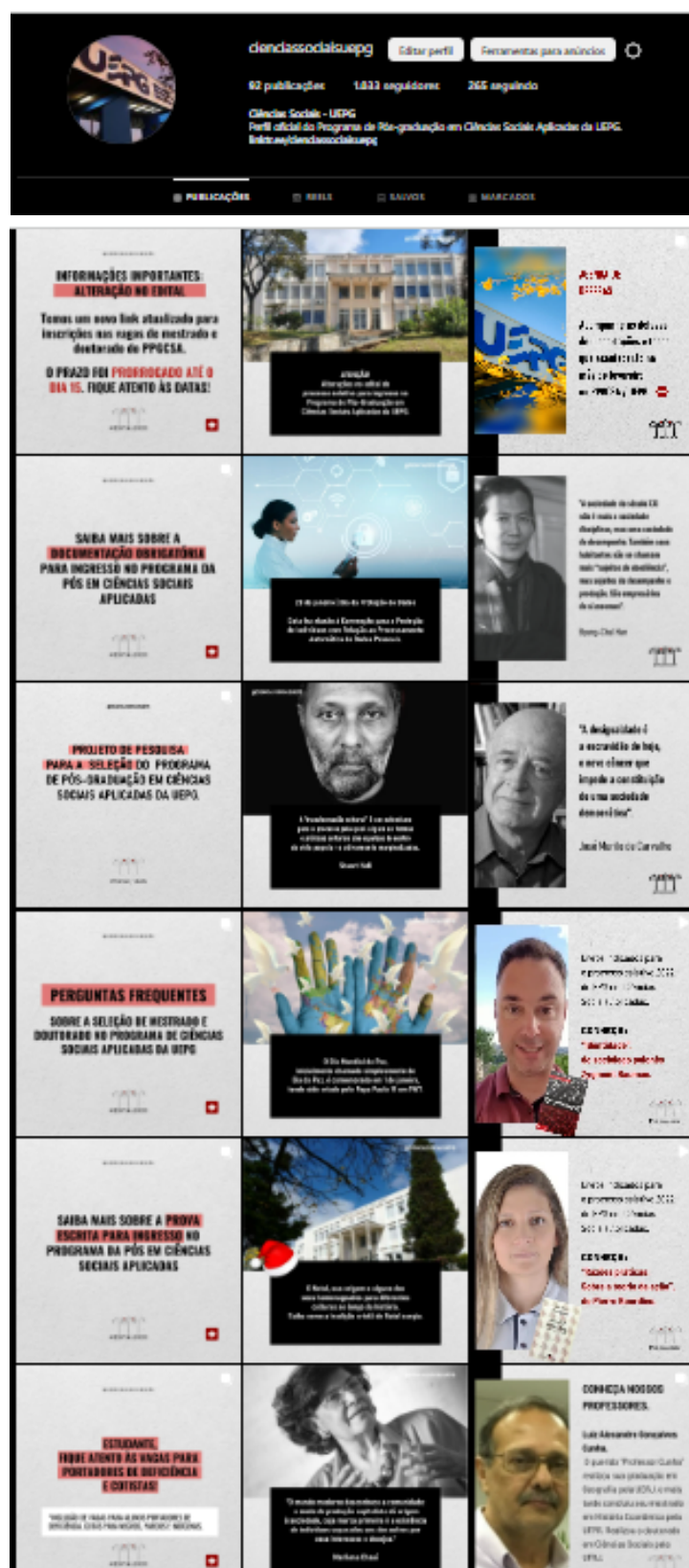
APÊNDICE C - TABELA COM DADOS RELATIVOS A TODOS OS POSTS REALIZADOS NO PERÍODO DO PROJETO

 Dados sobre publicações no perfil do PPGCSA

Data do post	Assunto do post	Curti.	Coment.	Compartilha.	Salv.	Alcance	Atividade no perfil
20/08/2021	Disciplina Internacional	76	0	1	5	404	50
26/08/2021	Matrícula de aluno regular	72	1	3	7	391	51
27/08/2021	Inscrição de aluno especial	66	8	7	9	391	95
03/09/2021	Citação de autor - Boaventura de Souza Santos	84	3	3	3	600	3
09/09/2021	Pesquisa - fome na pandemia	67	2	2	1	389	16
11/09/2021	Livro - justiça restaurativa	60	9	16	1	522	31
13/09/2021	Divulgação do Discord	10	0	0	0	208	1
22/09/2021	Simpósio Internacional	85	0	8	6	368	60
29/09/2021	Fim da disciplina internacional	73	0	0	2	475	4
30/09/2021	GT do Simpósio Internacional	60	1	0	2	340	17
03/10/2021	Citação de autor - Bauman	326	0	53	92	5494	100
05/10/2021	Data - dia do professor	35	0	0	2	270	3
06/10/2021	GT do Simpósio Internacional	44	0	0	1	309	5
08/10/2021	Participação em evento	44	3	0	0	334	2
12/10/2021	Data - dia da leitura	22	0	2	1	254	17
13/10/2021	GT do Simpósio Internacional	38	0	0	0	294	10
15/10/2021	Citação de autor - Hannah Arendt	36	0	0	0	303	3
18/10/2021	Divulgação de webinar	31	0	3	0	283	16
20/10/2021	GT do Simpósio Internacional	18	0	0	0	255	9
25/10/2021	Data - dia da democracia	15	0	0	0	191	2
27/10/2021	Datas do Simpósio Internacional	32	0	1	0	292	14
29/10/2021	Livros indicados para seleção do PPGCSA	86	2	6	27	488	20
02/11/2021	Divulgação de webinar	13	0	0	0	250	2
05/11/2021	Apresentação de professor - Nei	84	7	3	2	428	18
17/11/2021	Data - dia internacional do estudante	15	0	0	0	211	4
19/11/2021	Pesquisa - fome na pandemia, com UTFPR	62	1	0	3	428	9
20/11/2021	Data - dia da consciência negra	24	1	3	0	265	2
26/11/2021	Edital de seleção 2022	104	3	22	19	829	107
29/11/2021	Agenda de defesas	74	3	3	5	435	15
01/12/2021	Apresentação de professor - Miguel	73	4	2	1	438	20
05/12/2021	Edital de seleção 2022 - datas edital	82	1	33	17	465	61
07/12/2021	Apresentação de livro - Boaventura	50	7	5	7	314	2

10/12/2021	Data - dia internacional dos direitos humanos	32	0	3	0	246	1
13/12/2021	Edital de seleção 2022 - linhas de pesquisa	55	0	6	4	400	18
15/12/2021	Apresentação de professor - Cunha	66	2	14	1	380	16
17/12/2021	Citação de autor - Marilena Chauí	63	2	10	3	595	4
20/12/2021	Edital de seleção 2022 - vagas reservadas	32	0	12	0	264	3
23/12/2021	Apresentação de livro - Bourdieu	47	2	5	1	435	11
25/12/2021	Data - natal	33	0	0	2	344	1
28/12/2021	Edital de seleção 2022 - sobre a prova escrita	75	2	10	8	409	28
31/12/2021	Apresentação de livro - Bauman	45	0	1	1	287	7
02/01/2022	Data - dia mundial da paz	29	1	0	0	328	0
03/01/2022	Edital de seleção 2022 - perguntas frequentes	63	1	7	7	425	35
13/01/2022	Citação de autor - José Murilo de Carvalho	38	0	1	1	411	5
18/01/2022	Citação de autor - Stuart Hall	28	0	0	4	366	2
21/01/2022	Edital de seleção 2022 - projeto de pesquisa	65	0	12	16	502	9
27/01/2022	Citação de autor - Byung-Chul Han	25	0	2	2	359	6
28/01/2022	Data - dia da proteção de dados	14	1	2	1	251	1
31/01/2022	Edital de seleção 2022 - documentação	48	3	5	13	398	11
01/02/2022	Agenda de defesas	65	1	0	1	419	11
02/02/2022	Edital de seleção 2022 - alterações no edital	60	6	22	3	542	56
10/02/2022	Edital de seleção 2022 - prorrogação	39	0	11	0	384	21
11/02/2022	Edital de seleção 2022 - tutorial de inscrições	48	1	6	4	386	8
15/02/2022	Edital de seleção 2022 - último dia de inscrições	28	0	5	0	353	18
20/02/2022	Data - dia mundial da justiça social	48	0	18	1	390	7
22/02/2022	Apresentação de livro - Pochman	108	9	2	1	516	18
24/02/2022	Data - voto feminino no Brasil	51	0	24	4	389	6
01/03/2022	Data - dia mundial zero discriminação	27	0	0	0	336	7
05/03/2022	Apresentação de livro - Capitalismo e Covid-19	89	11	12	2	958	12
08/03/2022	Data - dia internacional da mulher	22	0	2	0	296	3
14/03/2022	Apresentação dos núcleos de pesquisa	77	0	5	10	460	19
28/03/2022	Divulgação de livro - cadernos de pesquisa	48	0	7	2	386	9
07/04/2022	Apresentação - núcleos de pesquisa	82	1	12	7	475	25
25/04/2022	Apresentação - núcleos de pesquisa	53	1	2	3	460	12

APÊNDICE D - ILUSTRAÇÃO DA TIMELINE CRIADA DURANTE O PROJETO



APÊNDICE E - PUBLICAÇÃO DE CARD SOBRE DISCIPLINA INTERNACIONAL



Lançada a 1ª disciplina internacional do PPG Ciências Sociais Aplicadas - UEPG.

"Direitos e Proteção Social na Pandemia de COVID-19: uma perspectiva comparada Argentina - Brasil".

Inscrições até 30 de agosto de 2021.

cienciassociaisuepg

A disciplina tratará de economia, cultura e política no mundo globalizado; dos modelos de proteção social e seus fundamentos; e o direito à saúde na Pandemia de Covid-19.

São 15 vagas para a UEPG! O edital completo está disponível na página do Programa (link na bio).

#uepg #jujuy #internacional #covid #brasil #argentina

128 sem Ver tradução

Ver insights Turbinar publicação

Curtido por lisprouss e outras 74 pessoas

20 de agosto de 2021

Adicione um comentário... Publicar

APÊNDICE F - PUBLICAÇÃO DE CARROSSEL SOBRE COMO FAZER A MATRÍCULA NO PPGCSA

MATRÍCULA PARA ALUNOS REGULARES PPG EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

COMO FAZER?

SIGA ESTE PASSO A PASSO

PERÍODO LETIVO 2021/2

1) ENTRE EM CONTATO COM O ORIENTADOR

CONFIRME:

- ✓ DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS
- ✓ NÚCLEO
- ✓ ELETIVAS

NÃO ESQUEÇA DE VER SUA COMPATIBILIDADE COM OS DIAS DA SEMANA

2) ENTRE NA PÁGINA DA UEPG

CLIQUE EM:

1. PÓS-GRADUAÇÃO
2. MATRÍCULAS (STRICTO SENSU)
3. INSIRA RA, CPF E DATA DE NASCIMENTO
4. CLIQUE EM ENVIAR

cienciassociaisuepg
Universidade Estadual de Ponta Grossa

cienciassociaisuepg Está aberto o período de matrículas para alunos regulares do PPGCSA da @oficialuepg . Fique atento ao cronograma e converse com seu orientador.

Lembre-se: todas as disciplinas são síncronas e online. 🗓️

Os links para o edital com as disciplinas e a plataforma de matrículas está na nossa BIO. 📌

#cienciassociais #uepg #posgraduacao #mestrado #doutorado

Editado · 127 sem Ver tradução

prof.nei.alberto 🍌🍌🍌 muito bom!

Ver insights Turbinar publicação

Curtido por lispreuss e outras 69 pessoas

26 de agosto de 2021

Adicione um comentário... Publicar

3) ESCOLHA SUAS DISCIPLINAS E PREENCHA O PLANO DE TRABALHO DO SEMESTRE

→ APARECERÃO TELAS SEPARADAS PARA ESCOLHER AS DISCIPLINAS

PREPARE UM TEXTO CURTO COM SEU ORIENTADOR RESUMINDO AS ATIVIDADES DO SEMESTRE



@CIENCIASSOCIAISUEPG

4) NÃO ESQUEÇA DE ENVIAR PARA O SEU ORIENTADOR



@CIENCIASSOCIAISUEPG

5) ATENÇÃO PARA OS PRAZOS

MATRÍCULAS PARA OS ALUNOS:
25/08/2021 A 30/08/2021

APROVAÇÃO DO ORIENTADOR
31/08/2021 A 02/09/2021
*REFORCE ISSO COM ELE! 😊

APROVAÇÃO DO PROGRAMA
03/09/2021 A 05/09/2021

INÍCIO DAS DISCIPLINAS DE ACORDO COM O EDITAL!

@CIENCIASSOCIAISUEPG

FOI ÚTIL?

 **SALVE O POST!**

 **DÁ UM LIKE!**

 **COMENTA!**

@CIENCIASSOCIAISUEPG

APÊNDICE G - PUBLICAÇÃO DE CARROSSEL SOBRE INSCRIÇÕES PARA ALUNOS ESPECIAIS



Inscrições para alunos especiais no PPG em Ciências Sociais Aplicadas.

COMO FAZER?

Siga este passo a passo

@cienciassociaisuepg

cienciassociaisuepg

cienciassociaisuepg Pessoal, abrimos o período de matrículas para alunos especiais do PPGCSA da @oficialuepg! Passa pro lado e *FIQUE ATENTO ÀS DATAS!* 📅

Lembre-se: todas as disciplinas são síncronas e online.

Os links para o edital com as disciplinas e a plataforma de matrículas está na nossa BIO. 📄

#cienciassociais #uepg #posgraduacao

127 sem Ver tradução

ana.luiza.baniski

Ver insights Turbinar publicação

Curtido por lispreuss e outras 64 pessoas

27 de agosto de 2021

Adicione um comentário... Publicar

Alto-falantes / Conexant S

QUEM SÃO OS ALUNOS ESPECIAIS?

São alunos externos ao programa que desejam fazer as disciplinas e/ou conhecer o programa!

**SE IDENTIFICOU?
ENTÃO SEQUE A LINHA**

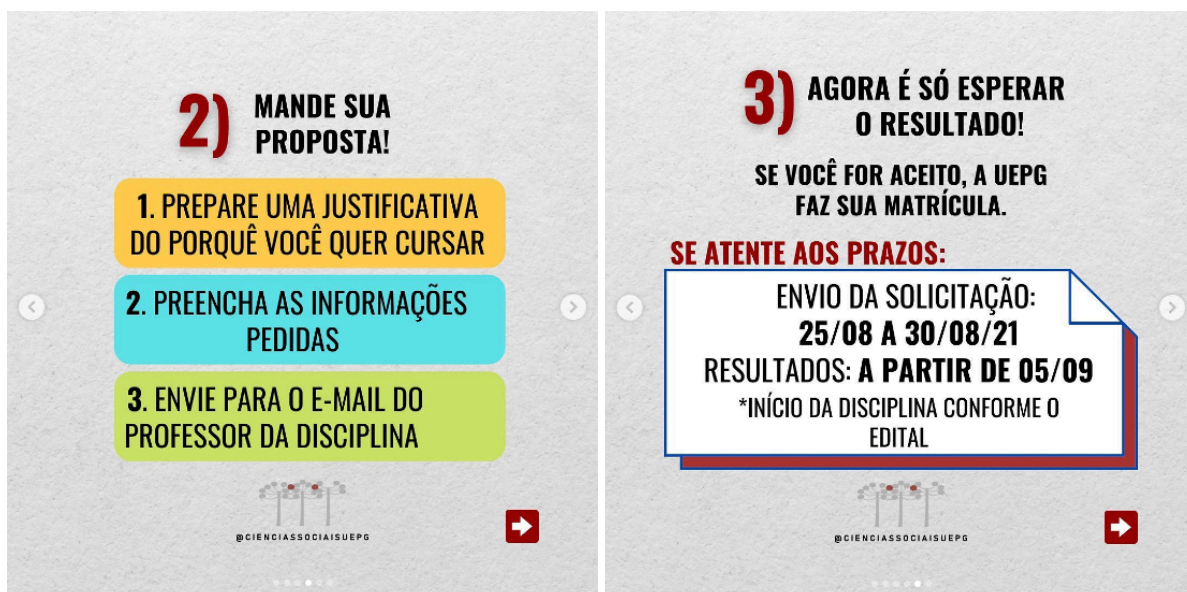
@CIENCIASSOCIAISUEPG

1) ESCOLHA SUAS DISCIPLINAS

→ NO EDITAL, AS DISCIPLINAS DISPONÍVEIS ESTÃO PELO DIA DA SEMANA COM:

- PROFESSORES;
- PERÍODO;
- EMENTA;
- E-MAIL.

@CIENCIASSOCIAISUEPG



APÊNDICE H - PUBLICAÇÃO DE CARD COM CITAÇÃO DO AUTOR BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS



@CIENCIASSOCIAISUEPG

"Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem.
Lutar pela diferença sempre que a igualdade nos descaracterize."

Boaventura de Sousa Santos

cienciassociaisuepg

cienciassociaisuepg Boaventura de Sousa Santos tem trabalhos publicados sobre globalização, sociologia do direito, epistemologia, democracia e direitos humanos. É Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Economia da @ucoimbra .

É também um dos autores estudados em nossas disciplinas, como no @culturadepaz.nep (Núcleo de Educação para a Paz e Direitos Humanos).

No link da bio deixamos seu site, para o download de artigos e obras disponibilizadas pelo autor, além de aulas e palestras online.

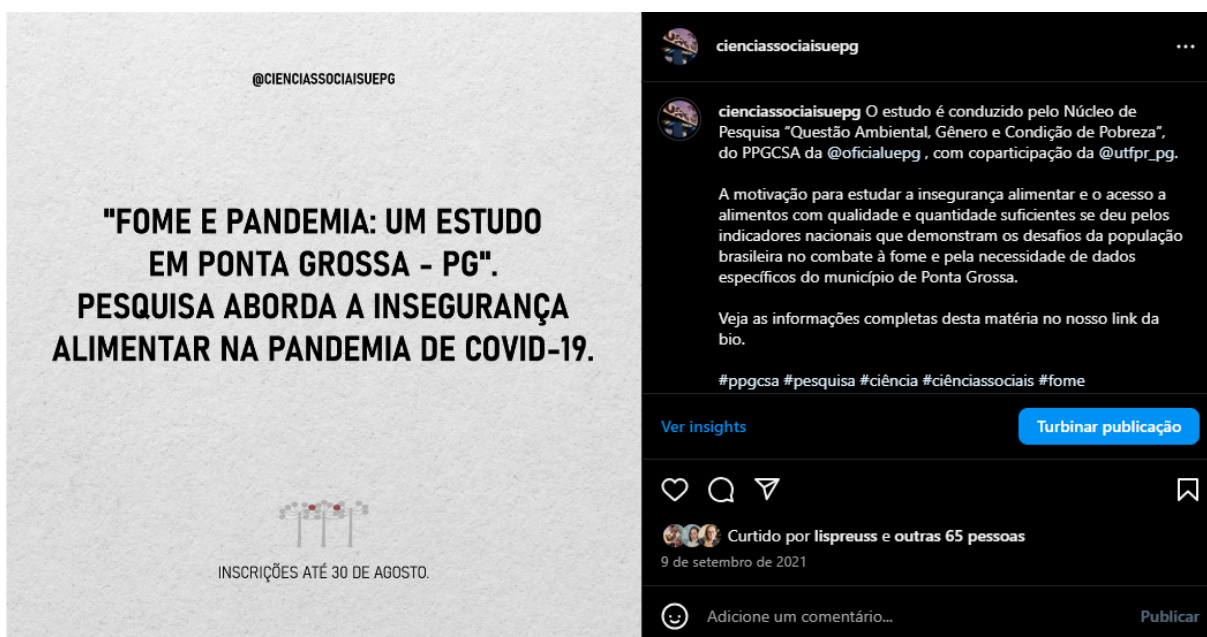
#boaventura #boaventuradesousasantos #direitoshumanos

[Ver insights](#) [Turbinar publicação](#)

Curtido por christianecruvinel e outras 82 pessoas
3 de setembro de 2021

Adicione um comentário... [Publicar](#)

APÊNDICE I - PUBLICAÇÃO DE CARD SOBRE ESTUDO DO PPGCSA SOBRE “FOME E PANDEMIA”



APÊNDICE J - PUBLICAÇÃO DE CARD SOBRE LIVRO DOS GRUPOS DE ESTUDOS DA UEPG

O livro é fruto das pesquisas dos Grupos de Estudos da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e OAB/SP que dialogam entre si a partir da perspectiva crítica e anti-hegemônica da justiça restaurativa.

cienciassociaisuepg

cienciassociaisuepg Atenção para o e-book gratuito 📖📄
 "Diálogos sobre justiça restaurativa: reflexões entre GEJUR/UEPG e OAB/SP", com prefácio de Petronella Boonen.

O livro é fruto das pesquisas dos Grupos de Estudos (@gejur.uepg) da Universidade Estadual de Ponta Grossa e OAB/SP (@justica.restaurativa.oabsp) que dialogam entre si a partir da perspectiva crítica e anti-hegemônica da justiça restaurativa.

O link do livro para download está na bio.

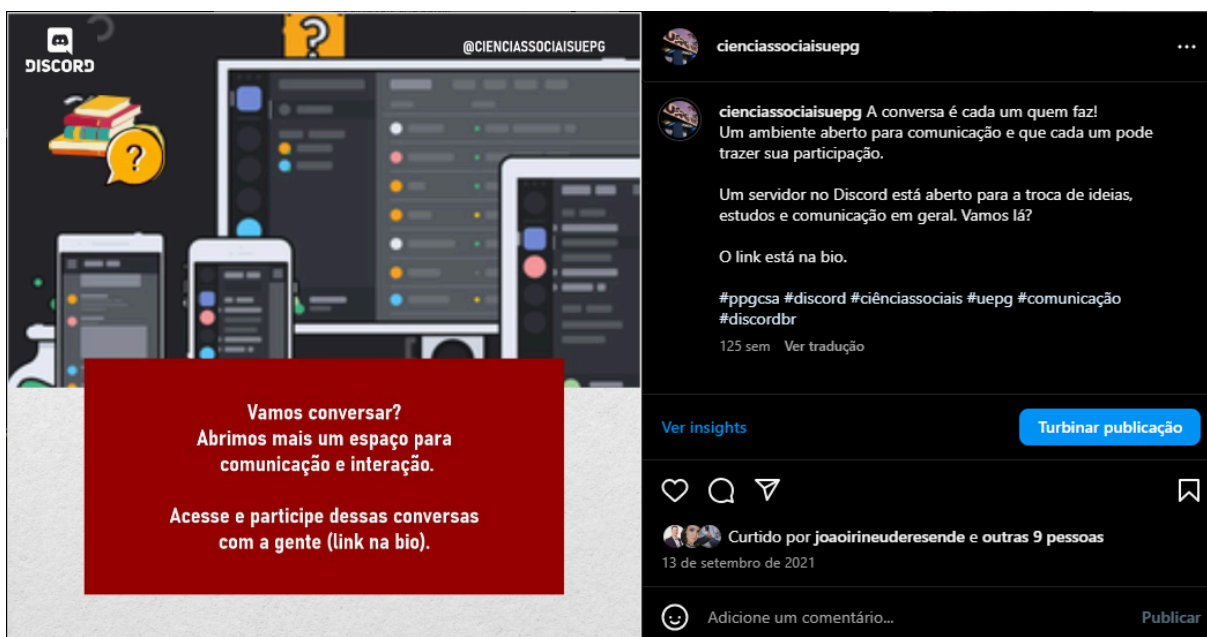
#ppgcsa #justicarestaurativa #oabs #gejur #uepg #ebookgratuito

Ver insights Turbinar publicação

Curtido por alyssonrafaelpontes e outras 58 pessoas
 11 de setembro de 2021

Adicione um comentário...
 Publicar

APÊNDICE K - PUBLICAÇÃO DE CARD SOBRE DISCORD DO PPGCSA



DISCORD

Vamos conversar?
Abrimos mais um espaço para comunicação e interação.

Acesse e participe dessas conversas com a gente (link na bio).

cienciassociaisuepg

cienciassociaisuepg A conversa é cada um quem faz!
Um ambiente aberto para comunicação e que cada um pode trazer sua participação.

Um servidor no Discord está aberto para a troca de ideias, estudos e comunicação em geral. Vamos lá?

O link está na bio.

#ppgcsa #discord #cienciassociais #uepg #comunicação #discordbr

125 sem Ver tradução

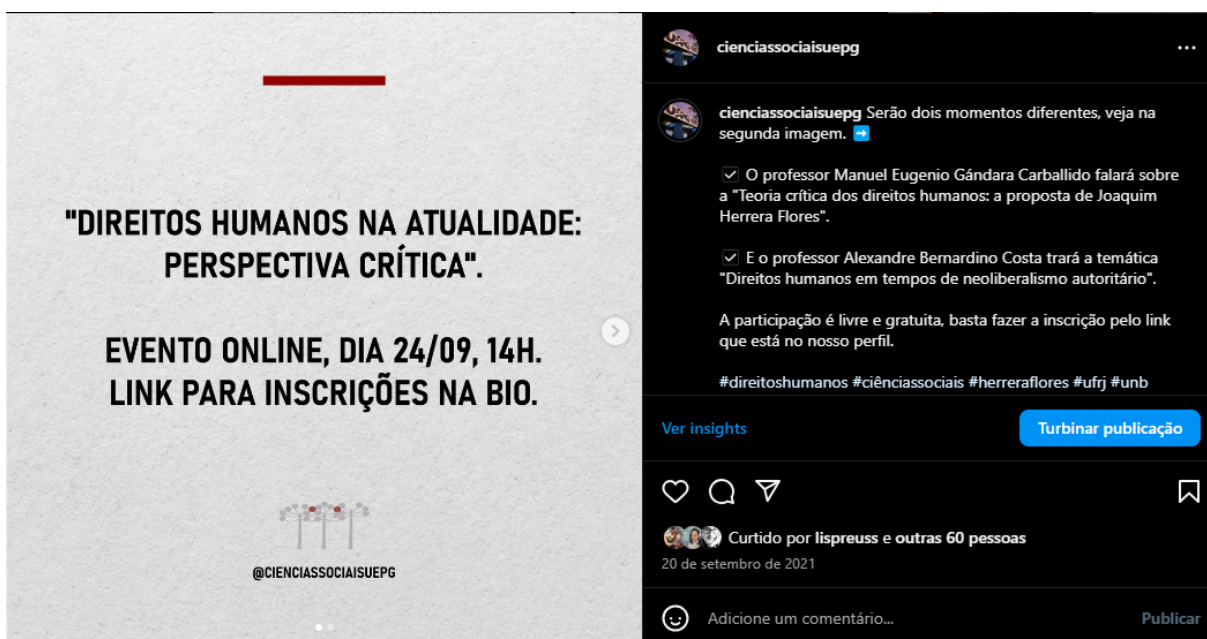
[Ver insights](#) [Turbinar publicação](#)

Curtido por joaoirineuderesende e outras 9 pessoas

13 de setembro de 2021

Adicione um comentário... [Publicar](#)

APÊNDICE L - PUBLICAÇÃO DE CARROSSEL SOBRE EVENTO “DIREITOS HUMANOS NA ATUALIDADE”



APÊNDICE M - PUBLICAÇÃO DE CARROSSEL SOBRE EVENTO “SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS”

Simpósio internacional, na área de Ciências Sociais Aplicadas, acontece on-line nos dias 03 e 04 de novembro.

O evento é organizado pela UNJU (Argentina) e pela UEPG (Brasil). Inscreva-se.

cienciassociaisuepg

Veja a programação completa rolando para o lado 🔄

Este evento vem consolidar uma iniciativa de Internacionalização da UEPG, na qual teremos mobilidade docente, discente e a realização de disciplinas conjunta para turmas internacionais.

Inscreva-se como ouvinte pelo link da bio.

#cienciassociais #sociasaplicadas #uepg #unju #pontagrossa #jujuy

124 sem Ver tradução

Ver insights Turbinar publicação

Curtido por lispreuss e outras 82 pessoas

22 de setembro de 2021

Adicione um comentário... Publicar

I SIMPOSIO DCS-UNJU E UEPG DE CIENCIAS SOCIALES APLICADAS
I SIMPÓSIO DCS-UNJU E UEPG DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

UNJU Universidad Nacional de Jujuy

FHyCS Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas

UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

03 E 04 DE NOVIEMBRE | 03 Y 04 DE NOVIEMBRE

UNJU Universidad Nacional de Jujuy

FHyCS Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas

UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

03 E 04 DE NOVIEMBRE | 03 Y 04 DE NOVIEMBRE

https://siseva.abps.uepg.br/ot_BR

REGISTRATE AQUI
INSCREVA-SE AQUI

https://siseva.abps.uepg.br/ot_BR

https://siseva.abps.uepg.br/ot_BR

PROGRAMAÇÃO/PROGRAMA
03 e 04 DE NOVIEMBRE | 03 Y 04 DE NOVIEMBRE

Quarta-feira 3 - Manhã / Miércoles 3 Mañana
Abertura/Apertura SIMPOSIO INTERNACIONAL DCS-UNJUUEPG
 09:00 Início. Pronunciamento das autoridades/ Palabras de las autoridades
 - Rector/Rector UNJU
 - Presidente ZCOSUR
 - Decano FHyCS- UNJU

Espacio artístico Brasil/Argentina
 9:45 horas - Apresentação dos trabalhos-Autoridades de corda DCS- UNJUUEPG
 Presentación de las actividades- Autoridades de carreras (DCS- UNJU / UEPG)
 UNJU - Dra. Patricia Mariel Arueta (coordinadora académica DCS)
 UEPG - Dr. João Inneu de Resende Miranda (coordinador de programa posgrado)

10:00 REUNÃO TÉCNICA ENTRE OS COLEGADOS/ ENCUENTRO TÉCNICO ENTRE LAS CARRERAS
 11:00 - Palavras livres para membros dos Colegiados de Curso/ Palabras libres para los miembros del evento

Quarta-feira 3 - Tarde / Miércoles 3 Tarde
GRUPOS DE TRABAJO/ TRABAJOS 14-18 horas
GT 1 (CIUDADANÍA, ESTADO Y POLÍTICAS PÚBLICAS)
 Coordinadores/Coordinadores
 UEPG: Dra. Sandra Maria Scheffer
 UNJU: Dras. Myriam Barone y Claudia Krmpotic

14:05 - Apresentações dos trabalhos/ Prestaciones de trabajos

GT 2 - GÉNERO, EDUCACIÓN Y SALUD
 Coordinadores/Coordinadores
 UEPG: Dr. Nei Alberto Salles e Dra. Luana Billebeck
 UNJU: Drs. Eitel Alderete y Mariel Arueta

14:05 - Apresentações dos trabalhos/Prestaciones de trabajos

Quinta-feira 4 - Manhã / Jueves 4 Mañana
GRUPOS DE TRABAJO/ TRABAJOS 09-13 horas
GT 3 (RELACIONES INTERNACIONALES, HISTORIA Y ANTROPOLOGIA)
 Coordinadores/Coordinadores
 UEPG: Dr. João Inneu de Resende Miranda
 UNJU: Drs. Marcelo Jente y Dr. Juan Pablo Fereiro

09:05 - Apresentação dos trabalhos/ Presentación de trabajos

GT 4 (COMUNICACIÓN, CULTURA Y TECNOLOGÍA)
 Coordinadores/Coordinadores
 UNJU: Drs. Marcelo Brunet y Karina Benítez Luzuriaga
 UEPG: Dr. Márcio Ronaldo S. Fernandes e Dr. Fabrício Bittencourt da Cruz

09:05 - Apresentação dos trabalhos/ Presentación de trabajos

Quinta-feira Tarde - Jueves Tarde - 14-18 horas
PRESENTACIÓN DEL LIBRO
Libros y colonialidad. Ontología crítica del encierro
 Lucuro e colonialidade. Ontologia crítica do confinamento
 Autor: Dr. Daniel Fránskel
 Comentarista: Dr. Leonardo Carabajal (UNJU)
 Dr. Murilo Duarte da Costa (UEPG)

Espacio artístico Brasil- Argentina - 16 horas - Mesa Temática
 Consecuencias Sociales de la Pandemia de COVID - 19 en América Latina
 Consecuencias Sociales de la pandemia COVID - 19 en América Latina

1) Dra. Miriam Barone (DCS-UNJU)
 2) Dra. Claudia Krmpotic (DCS-UNJU)
 3) Dr. Marcelo Jente (DCS-UNJU)
 4) Lisley Tencintha Pires (UEPG)
 5) Márcio Ronaldo Santos Fernandes (UNICENTRO/UEPG)

18 horas - Encerramiento dos trabalhos/Cierre del evento

APÊNDICE N - PUBLICAÇÃO DE CARD SOBRE ENCERRAMENTO DE DISCIPLINA INTERNACIONAL

The image shows a Zoom meeting grid on the left and a Facebook post on the right. The Zoom grid displays 25 participants in a 5x5 layout. A large black text box is overlaid on the bottom center of the grid, containing the following text:

Hoje (29) encerramos as aulas da 1ª disciplina internacionalizada do PPGCSA - UEPG, em parceria com a Universidad Nacional de Jujuy (Argentina).

The Facebook post on the right is from the profile **cienciassociaisuepg**. The text of the post reads:

cienciassociaisuepg Em parceria com a @unjuonline também está sendo organizado o Simpósio Internacional de Ciências Sociais Aplicadas!

A próxima disciplina internacionalizada será ofertada apenas no próximo semestre, mas as inscrições para o Seminário estão abertas até dia 30 de outubro (link na bio).

O evento é online, gratuito e aberto a toda a comunidade.

#cienciassociais #uepg #sociaisaplicadas #unju

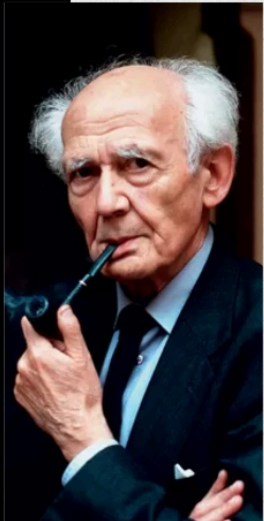
Editado · 123 sem · Ver tradução

Below the text, there are icons for 'Ver insights' and a blue button labeled 'Turbinar publicação'. At the bottom, there are icons for heart, comment, share, and bookmark, followed by the text 'Curtido por lispreuss e outras 71 pessoas' and the date '29 de setembro de 2021'. At the very bottom, there is a text input field 'Adicione um comentário...' and a 'Publicar' button.

APÊNDICE O - PUBLICAÇÃO DE CARROSSEL SOBRE SIMPÓSIO INTERNACIONAL: APRESENTAÇÃO DA LINHA CIDADANIA, ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS



APÊNDICE P - PUBLICAÇÃO DE CARD COM CITAÇÃO DO AUTOR ZYGMUNT BAUMANN



"Escolhi chamar de modernidade líquida a crescente convicção de que a mudança é a única coisa permanente e a incerteza é a única certeza"

Zygmunt Bauman




cienciassociaisuepg

...


cienciassociaisuepg "Vivemos em tempos líquidos, onde nada é para durar", escreveu o sociólogo e filósofo polonês Zygmunt Bauman.

A obra "Modernidade Líquida" teve sua primeira edição lançada em 1999 e veio a ser uma das grandes marcas do autor e teórico da pós-modernidade.

Bauman foi professor emérito de sociologia das universidades de Leeds e Varsóvia, faleceu aos 91 anos (em 2017) e está entre as indicações bibliográficas do PPGCSA-UEPG.

#bauman #modernidadeliquida #zygmuntbauman #uepg #cienciassociais #sociaisaplicadas

[Ver insights](#)

Turbinar publicação








Curtido por prof.nei.alberto e outras 318 pessoas

3 de outubro de 2021



Adicione um comentário...

Publicar

APÊNDICE Q - PUBLICAÇÃO DE CARD SOBRE DIA MUNDIAL DO PROFESSOR



APÊNDICE R - PUBLICAÇÃO DE CARROSSEL SOBRE SIMPÓSIO INTERNACIONAL: APRESENTAÇÃO DA LINHA GÊNERO, EDUCAÇÃO E SAÚDE

I SIMPÓSIO DCS-UNJU/UEPG DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

I SIMPOSIO DCS-UNJU / UEPG SOBRE CIENCIAS SOCIALES APLICADAS

03 E 04 DE NOVEMBRO | 03 Y 04 DE NOVIEMBRE

UEPG UNJU FHyCS

cienciassociaisuepg

cienciassociaisuepg Falta menos de um mês para o Simpósio UNJU/UEPG de Ciências Sociais Aplicadas!

Hoje apresentamos os coordenadores do GT 2 - Gênero, Educação e Saúde.

Professores da @oficialuepg:

- ☑ @prof.neialberto (do @culturadepaz.nep),
- ☑ @luanabillerbeck

E da @unjuonline :

- ☑ Prof. Dra. Ethel Alderete
- ☑ Prof. Dra. Marisel Arrueta

Ver insights Turbinar publicação

Curtido por lispreuss e outras 42 pessoas
6 de outubro de 2021

Adicione um comentário... Publicar

GT 2 GÉNERO, EDUCACIÓN Y SALUD

DR. NEI ALBERTO SALLES-UEPG

QUARTA MIÉRCOLES 3 14H05

UEPG UNJU FHyCS

GT 2 GÉNERO, EDUCACIÓN Y SALUD

DRA. LUANA BILLERBECK-UEPG

QUARTA MIÉRCOLES 3 14H05

UEPG UNJU FHyCS

GT 2 GÉNERO, EDUCACIÓN Y SALUD

DRA. ETHEL ALDERETE - UNJU

QUARTA MIÉRCOLES 3 14H05

UEPG UNJU FHyCS

GT 2 GÉNERO, EDUCACIÓN Y SALUD

DRA. MARISEL ARRUETA - UNJU

QUARTA MIÉRCOLES 3 14H05

UEPG UNJU FHyCS

APÊNDICE S - PUBLICAÇÃO DE CARD SOBRE PARTICIPAÇÃO DE DOCENTES EM CONFERÊNCIA INTERNACIONAL



Docentes do PPGCSA-UEPG coordenam mesa plenária sobre "Direitos Humanos e Cultura de Paz nas interfaces entre saúde e educação" na III Conferência Euroamericana para o Desenvolvimento dos Direitos Humanos.

cienciassociaisuepg

E as doutorandas @nayaracbueno e @daniele_bmendes também apresentaram e publicaram artigos na @cedh2021_!

O evento aconteceu de forma presencial, em Coimbra - Portugal, e também na modalidade remota. Os responsáveis pela mesa "Direitos Humanos e Cultura de Paz: visões sobre a Saúde e a Educação em tempos de Pandemia" foram os professores @prof.neialberto e @lispreuss.

Para assistir a gravação dos trabalhos, acesse o link da BIO.

**** A Conferência buscou refletir o impacto dos direitos fundamentais e humanos na resposta efetiva à pandemia.**

[Ver insights](#) [Turbinar publicação](#)

Curtido por lispreuss e outras 42 pessoas

8 de outubro de 2021

Adicione um comentário... [Publicar](#)

cienciassociaisuepg

Para assistir a gravação dos trabalhos, acesse o link da BIO.

**** A Conferência buscou refletir o impacto dos direitos fundamentais e humanos na resposta efetiva à pandemia. Igualmente, analisar os prejuízos gerados pela imposição de medidas excessivamente amplas, que não respeitam as exigências dos direitos humanos. Mantendo sempre presente a importância do desenvolvimento destes direitos na prossecução de uma vida social justa e digna.**

#direitoshumanos #uepg #ppgcsa #cedh2021 #cienciassociais

121 sem Ver tradução

nayaracbueno 🍋 🍋 🍋

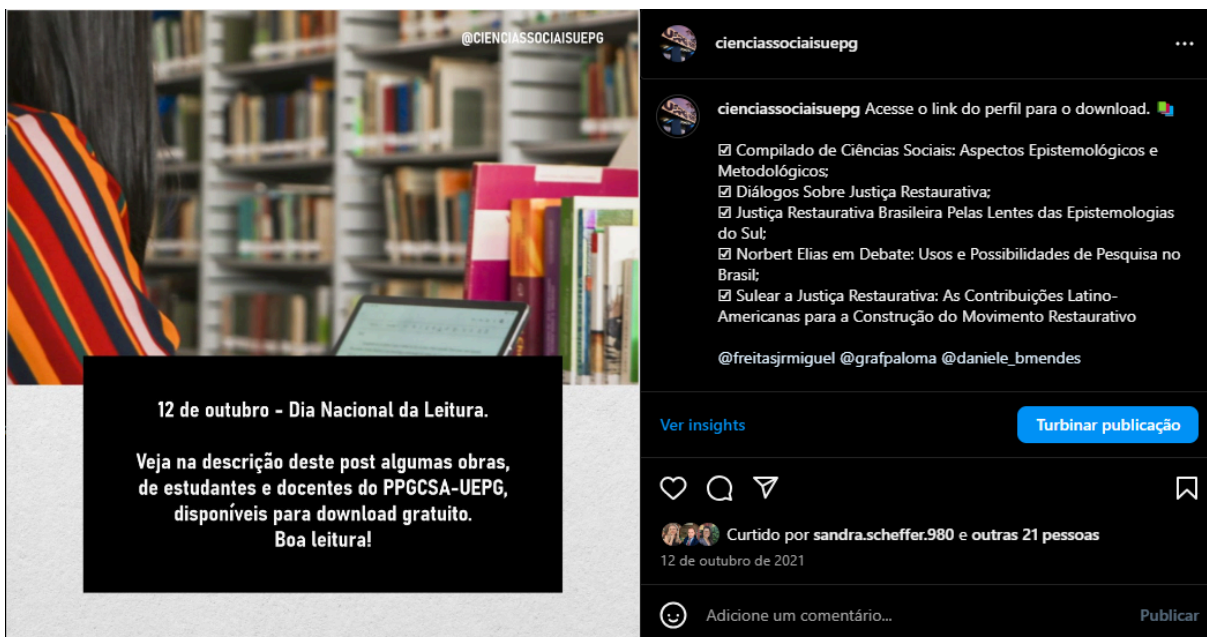
[Ver insights](#) [Turbinar publicação](#)

Curtido por lispreuss e outras 42 pessoas

8 de outubro de 2021

Adicione um comentário... [Publicar](#)

APÊNDICE T - PUBLICAÇÃO DE CARD SOBRE DIA NACIONAL DA LEITURA



The image is a composite. On the left, a person with long dark hair, wearing a colorful striped shirt, is seen from the side, reading a book in a library. Bookshelves filled with books are in the background. A black card with white text is overlaid on the bottom right of this image. On the right, a screenshot of a Facebook post from the page 'cienciassociaisuepg' is shown. The post is dated October 12, 2021, and lists several academic works available for download. The post has received 21 likes and a comment.

12 de outubro - Dia Nacional da Leitura.

Veja na descrição deste post algumas obras, de estudantes e docentes do PPGCSA-UEPG, disponíveis para download gratuito. Boa leitura!

cienciassociaisuepg

Acesse o link do perfil para o download.

- ☑ Compilado de Ciências Sociais: Aspectos Epistemológicos e Metodológicos;
- ☑ Diálogos Sobre Justiça Restaurativa;
- ☑ Justiça Restaurativa Brasileira Pelas Lentes das Epistemologias do Sul;
- ☑ Norbert Elias em Debate: Usos e Possibilidades de Pesquisa no Brasil;
- ☑ Sulear a Justiça Restaurativa: As Contribuições Latino-Americanas para a Construção do Movimento Restaurativo

@freitasjrmiguel @grafpaloma @daniele_bmendes

Ver insights Turbinar publicação

Curtido por sandra.scheffer.980 e outras 21 pessoas

12 de outubro de 2021

Adicione um comentário... Publicar

APÊNDICE U - PUBLICAÇÃO DE CARROSSEL SOBRE SIMPÓSIO INTERNACIONAL: APRESENTAÇÃO DA LINHA RELAÇÕES INTERNACIONAIS, HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA



APÊNDICE V - PUBLICAÇÃO DE CARD COM CITAÇÃO DA AUTORA HANNAH ARENDT



"A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele [...]."

(Hannah Arendt)



cienciassociaisuepg

A todos aqueles que dedicam suas vidas à educação, nosso agradecimento nesse dia especial.

15 de outubro - dia dos professores! 🍷

**** Hannah Arendt foi uma filósofa política alemã e uma das pensadoras mais influentes do século XX na sua área.**

A frase do post foi retirada do texto "A crise na educação" (link na bio).

#diadoprofessor #hannaharendt #educação #professor #uepg #arendt

120 sem Ver tradução

[Ver insights](#) [Turbinar publicação](#)

👍👤👤 Curtido por **lispreuss** e outras 35 pessoas

15 de outubro de 2021

😊 Adicione um comentário... [Publicar](#)

APÊNDICE W - PUBLICAÇÃO DE CARROSSEL SOBRE WEBINAR “NÃO PERCA SUA MARCA”



WEBINAR: NÃO PERCA SUA MARCA!

Com Anna Veloso
(Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura de Propriedade Industrial no Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI).

Dia 21 de outubro, a partir das 19h (link na bio)

cienciassociaisuepg Na próxima quinta-feira, 21, a Anna Veloso do @inpibrasil participará de um webinar para descomplicar o registro de marcas!

A ação é organizada pela @oficialuepg e pela Agência de Inovação e Propriedade Intelectual da UEPG.

Acesse o link da bio e faça sua inscrição para o webinar. 📄

O evento tem o apoio também do Núcleo de Inovação em Cidadania e Políticas Públicas do PPGCSA! Este Núcleo visa promover a Inovação no Setor Público, a Integração Digital e o Letramento Midiático.

Ver insights [Turbinar publicação](#)

Curtido por mirnadelimamedeiros e outras 29 pessoas
18 de outubro de 2021

Adicione um comentário... [Publicar](#)



“Não perca a sua marca!”

Anna Veloso

Servidora pública desde 2013, no Instituto Nacional da Propriedade Industrial, tem o cargo de Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial, assessora atividades de fomento à Inovação e Propriedade Industrial em Curitiba, tem vasta experiência em marcas e administração pública.

Realização:

UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

Apoio:

TRILHOS, AINTEC, NITUEM, INOVATEC, AGIP, AITAC, UANP, NÚCLEO DE PESQUISA EM INOVAÇÃO, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, PARANÁ.

APÊNDICE X - PUBLICAÇÃO DE CARROSSEL SOBRE SIMPÓSIO INTERNACIONAL: APRESENTAÇÃO DA LINHA COMUNICAÇÃO, CULTURA E TECNOLOGIA

I SIMPÓSIO DCS-UNJU/UEPG DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

I SIMPOSIO DCS-UNJU / UEPG SOBRE CIENCIAS SOCIALES APLICADAS

03 E 04 DE NOVEMBRO | 03 Y 04 DE NOVIEMBRE

Logos: UEPG, UNJU, FHyCS

cienciassociaisuepg

Para fechar as apresentações do Simpósio, o GT sobre Comunicação, Cultura e Tecnologia!

Os trabalhos deste GT iniciarão às 9h05, do dia 04/11, com a coordenação dos professores Marcelo Brunet (Unju), Karina B. Luzuriaga (Unju), Márcio R. Fernandes (UEPG) e @fabriobittencourt (UEPG).

Este Simpósio Internacional é uma realização dos programas de pós-graduação em Ciências Sociais das @unjuonline e da @oficialuepg.

As inscrições para ouvintes permanecem abertas, acesse o link da bio!

Ver insights Turbinar publicação

Curtido por alyssonrafaelpontes e outras 17 pessoas
20 de outubro de 2021

Adicione um comentário... Publicar

GT 4 COMUNICACIÓN, CULTURA Y TECNOLOGIA

DR. MARCELO BRUNET-UNJU

QUINTA JUEVES 4

09H05

Logos: UEPG, UNJU, FHyCS

GT 4 COMUNICACIÓN, CULTURA Y TECNOLOGIA

DRA. KARINA BENÍTEZ LUZURIAGA- UNJU

QUINTA JUEVES 4

09H05

Logos: UEPG, UNJU, FHyCS

GT 4 COMUNICACIÓN, CULTURA Y TECNOLOGIA

DR. MÁRCIO RONALDO S. FERNANDES - UEPG

QUINTA JUEVES 4

09H05

Logos: UEPG, UNJU, FHyCS

GT 4 COMUNICACIÓN, CULTURA Y TECNOLOGIA

DR. FABRÍCIO BITTENCOURT DA CRUZ - UEPG

QUINTA JUEVES 4

09H05

Logos: UEPG, UNJU, FHyCS

APÊNDICE Y - PUBLICAÇÃO DE CARD SOBRE O DIA DA DEMOCRACIA



**25 DE OUTUBRO
DIA DA DEMOCRACIA**

Você sabe o motivo
desta data ser
celebrada como
o dia da democracia,
no Brasil?




cienciassociaisuepg
...

cienciassociaisuepg Hoje é comemorado o Dia da Democracia. A data foi escolhida por conta do assassinato, em 25 de outubro de 1975, do jornalista Vladimir Herzog pela ditadura militar. O corpo do jornalista apresentava sinais de que foi submetido a uma sessão de tortura, mas os militares tentaram forjar a morte como um suicídio. O caso trágico foi o estopim para a primeira grande reação popular contra a ditadura militar, e se tornou uma das bandeiras da luta pela redemocratização do Brasil.

É apenas em ambientes democráticos que se torna possível discutir, produzir ciência, apontar falhas e soluções para os governos. Nesta data, lembramos de três produções do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG que tratam da democracia em diferentes abordagens.

[Ver insights](#)
[Turbinar publicação](#)







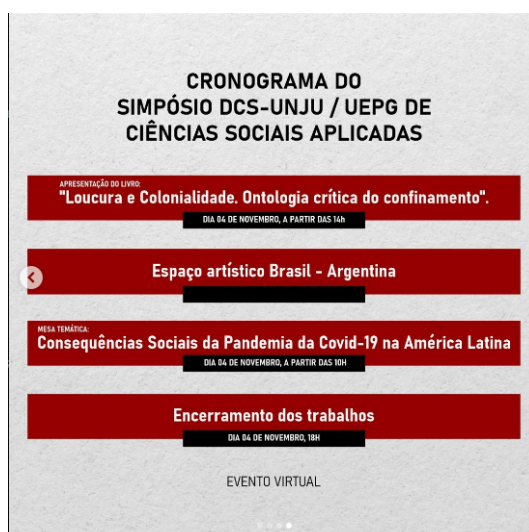
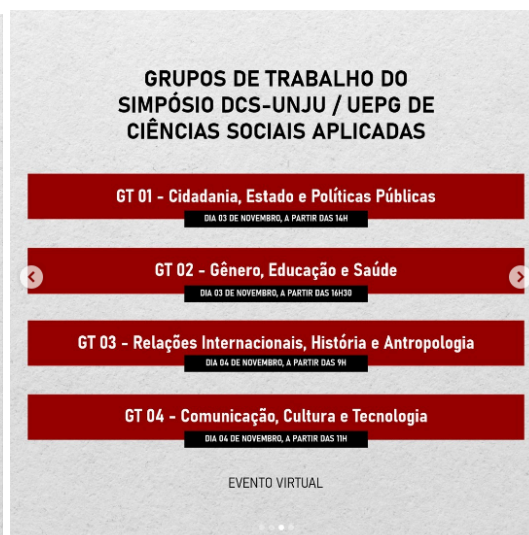
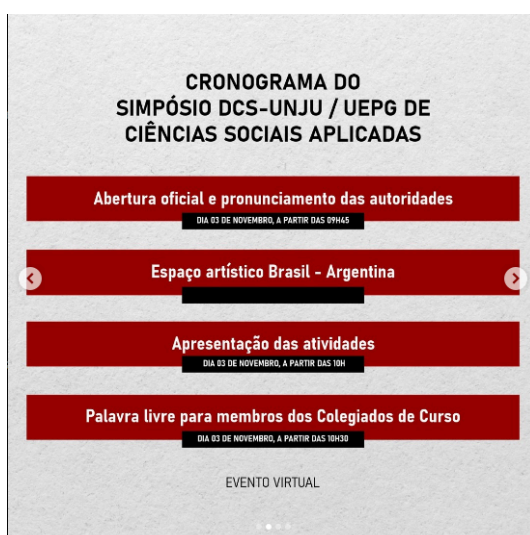

Curtido por prof.nei.alberto e outras 14 pessoas

25 de outubro de 2021

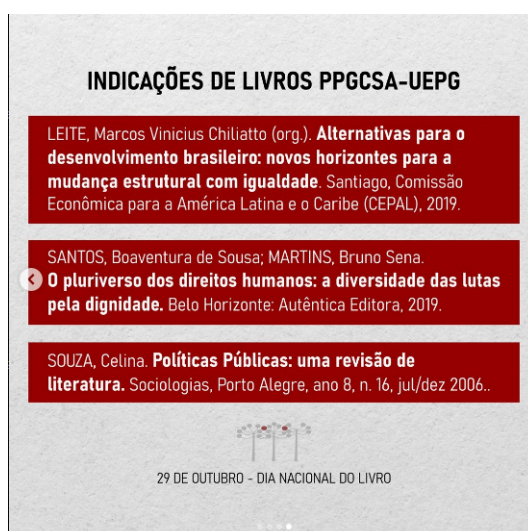
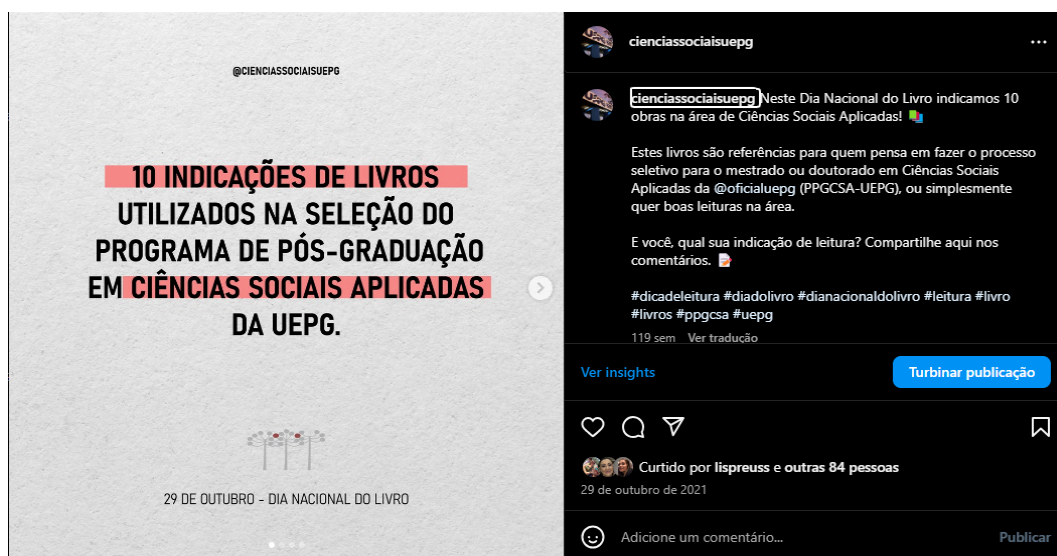

Adicione um comentário...

Publicar

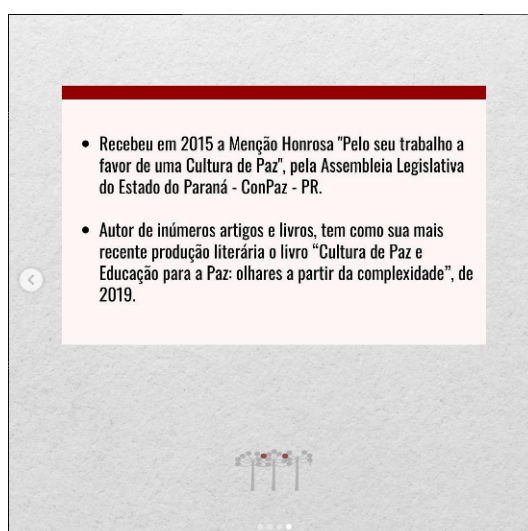
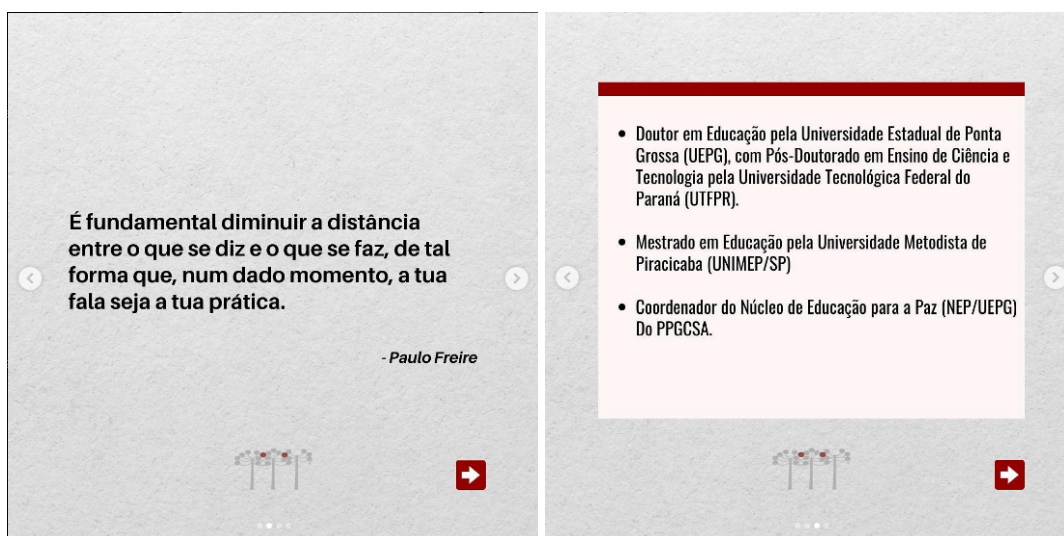
APÊNDICE Z - PUBLICAÇÃO DE CARROSSEL SOBRE O CRONOGRAMA DO SIMPÓSIO INTERNACIONAL



APÊNDICE AA - PUBLICAÇÃO DE CARROSSEL SOBRE LIVROS DA SELEÇÃO DO PPGCSA



APÊNDICE AB - PUBLICAÇÃO DE CARROSSEL COM A APRESENTAÇÃO DO PROFESSOR NEI ALBERTO SALLES FILHO



***Legenda completa da publicação**

NEI ALBERTO SALLES FILHO

👉 O famoso “Prof. Nei” é Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com Pós-Doutorado em Ensino de Ciência e Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Realizou o seu Mestrado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP/SP) e é Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas (mestrado e doutorado) da UEPG desde 2016.

Também é Professor do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Educação Inclusiva (PROFEI-MEC/UEPG) e Professor do Curso de Educação Física (Graduação) da UEPG.

É Coordenador do Núcleo de Educação para a Paz (NEP/UEPG) do PPGCSA, que atua na formação de recursos humanos em alternativas às violências e qualificação das convivências em espaços educacionais e não-educacionais, e também participa dos grupos de pesquisa “Cultura de Paz, Direitos Humanos e Sustentabilidade” e “Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas”.

O professor também desenvolve estudos sobre Educação e Metodologias de Ensino com ênfase nos temas: cultura de paz; educação para a paz; educação em direitos humanos; violências escolares; bullying; conflitologia; ecoformação e sustentabilidade. Na dimensão teórica discute prioritariamente a Teoria da Complexidade, além de abordagens sociológicas, particularmente as Epistemologias da Sul.

Recebeu em 2015 a Menção Honrosa "Pelo seu trabalho a favor de uma Cultura de Paz", pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - ConPaz - PR. Autor de inúmeros artigos e livros, tem como sua mais recente produção literária o livro “Cultura de Paz e Educação para a Paz: olhares a partir da complexidade”, de 2019.

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática.” Paulo Freire

APÊNDICE AC - PUBLICAÇÃO DE CARD SOBRE O DIA INTERNACIONAL DOS ESTUDANTES



17 DE NOVEMBRO

DIA INTERNACIONAL DOS ESTUDANTES



cienciassociaisuepg

cienciassociaisuepg Hoje é celebrado o Dia Internacional dos Estudantes. A data foi criada em 1941 pelo Conselho Internacional dos Estudantes como forma de homenagear um grupo de dirigentes estudantis tchecoslovacos que, em 1939, foi assassinado pelas tropas nazistas. Desde então a data simboliza a luta pelos direitos dos estudantes.

O PPG-CSA promove debates e estudos interdisciplinares e, assim, agrega estudantes de diversas áreas do conhecimento. Ainda em 2021, três estudantes do PPG-CSA defenderão suas dissertações.

Douglas Ivan Alves defende "O trabalho dos motoristas de aplicativos na cidade de Ponta Grossa: uma análise do fenômeno

[Ver insights](#) [Turbinar publicação](#)






 Curtido por **dieegodepaula** e outras **13** pessoas
 17 de novembro de 2021

 Adicione um comentário... [Publicar](#)

cienciassociaisuepg

aplicativos na cidade de Ponta Grossa: uma análise do fenômeno da uberização" no dia 02/11.

Estefany Cristine de Andrade defende "A assistência estudantil na Universidade Estadual de Ponta Grossa – Paraná: demandas e perspectivas" no dia 03/11.

E Patrícia Machado Pereira Giardini defende "O ensino religioso como possibilidade pedagógica à promoção de ações pela cultura de paz no campo educacional" no dia 07/12.

Acompanhe nossas publicações para acessar o link das defesas.

116 sem [Ver tradução](#)

[Ver insights](#) [Turbinar publicação](#)

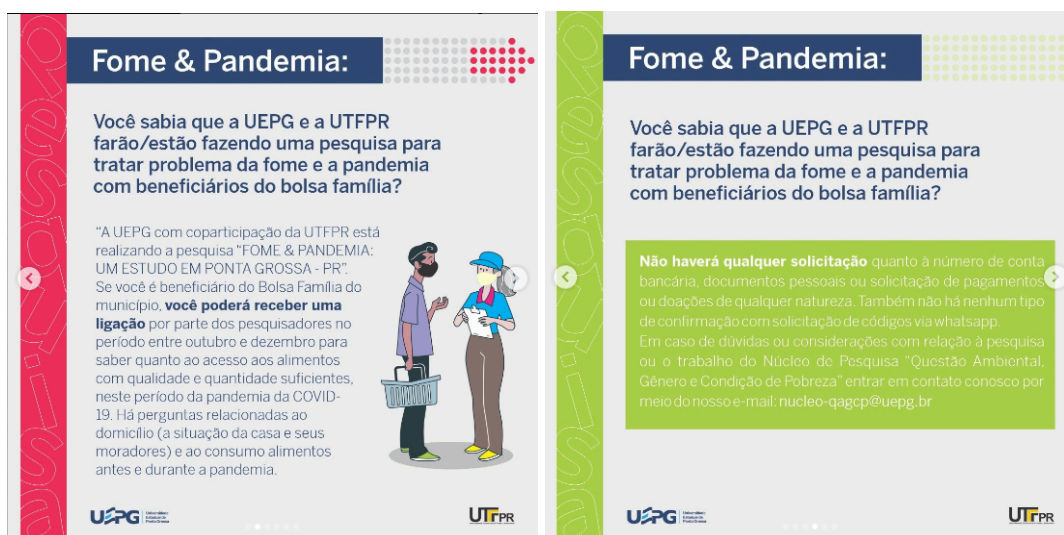





 Curtido por **dieegodepaula** e outras **13** pessoas
 17 de novembro de 2021

 Adicione um comentário... [Publicar](#)

APÊNDICE AD - PUBLICAÇÃO DE CARROSSEL SOBRE PESQUISA PARA TRATAR DO PROBLEMA DA FOME E A PANDEMIA



APÊNDICE AE - PUBLICAÇÃO DE CARD SOBRE O DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA



*Legenda completa da publicação

Hoje, 20 de novembro, é celebrado o Dia da Consciência Negra. A data foi escolhida para homenagear Zumbi, o líder do Quilombo de Palmares, que morreu neste dia, em 1695. Seu significado vai muito além da homenagem ao líder negro, pois é um marco da luta ainda vigente dos negros por reconhecimento, igualdade e respeito em uma sociedade marcada pela violência do racismo.

O lugar da população negra na sociedade também é alvo dos debates científicos, como a dissertação de Nilson de Paula (@nilson_depaula) defendida no PPG-CSA.

Sua pesquisa analisa a presença do Clube 13 de Maio nos jornais Diário dos Campos (DC) e Jornal da Manhã (JM) no período de 1970 a 1989, sendo possível identificar a maneira com que pautavam o único clube negro de Ponta Grossa.

“Quando comecei a fazer a pesquisa, identifiquei questões não somente sobre o Clube 13 de Maio como também sobre negros e negras da cidade e algumas coisas foram bem marcantes. No DC havia um espaço onde traziam fotos de mulheres negras semi-nuas no dia 13 de maio e com legendas bem racistas: diziam que crioulas iriam satisfazer os homens brancos ou algo assim”, explica Nilson.

A figura de pessoas negras como objetos sexuais para o pesquisador ainda hoje se apresenta como um problema a ser enfrentado, além das violências estrutural e direta. “Há muitos lugares do Brasil em que a população negra é extremamente desvalorizada, são mortos pelas mãos de policiais e do narcotráfico”, afirma. Para ele, a desvalorização da população negra que se verificava lá nos anos 1970 e 1980 – período estudado – ainda existe e é algo a ser superado.

Nilson vê a possibilidade de trabalhos como o seu serem úteis para além dos espaços acadêmicos., como na promoção de debates “para e pela população negra, para conseguir que essa população tenha voz”.

APÊNDICE AF - PUBLICAÇÃO DE CARD SOBRE INSCRIÇÕES PARA PPGCSA



APÊNDICE AG - PUBLICAÇÃO DE CARROSSEL COM A AGENDA DE DEFESAS DO PPGCSA



DEFESA DE DISSERTAÇÃO

AUTOR:
Douglas Ivam Alves

TÍTULO:
O trabalho dos motoristas de aplicativos na cidade de Ponta Grossa: uma análise do fenômeno da uberização.

BANCA:
Presidente: Felipe Simão Pontes
Membro Externo: Jacques Mick
Membro Interno: Silmara Carneiro e Silva

DATA:
02 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 8H30

DEFESA DE DISSERTAÇÃO

AUTOR:
Estefany Cristine de Andrade

TÍTULO:
A assistência estudantil na Universidade Estadual de Ponta Grossa - Paraná: demandas e perspectivas

BANCA:
Presidente: Jussara Ayres Bourguignon
Membro Externo: Eliana Bolorino Canteiro Martins
Membro Interno: Nei Alberto Salles Filho

DATA:
03 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 14H

DEFESA DE DISSERTAÇÃO

AUTOR:
Patrícia Machado Pereira Giardini

TÍTULO:
O ensino religioso como possibilidade pedagógica à promoção de ações pela cultura de paz no campo educacional

BANCA:
Presidente: Nei Alberto Salles Filho
Membro Externo: Lúcio Jorge Hammes
Membro Interno: Constantino Ribeiro de Oliveira Júnior

DATA:
07 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 10H

DEFESA DE TESE

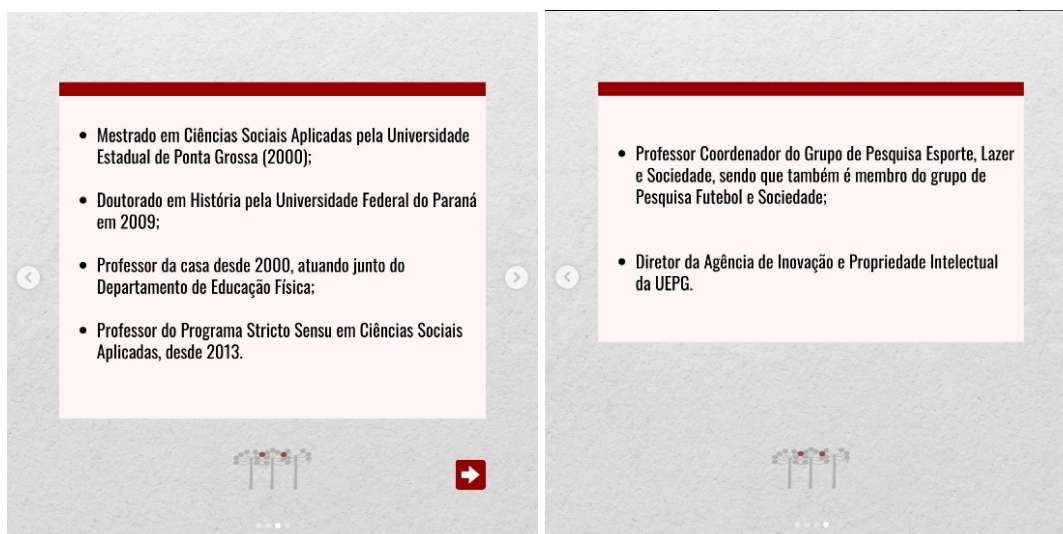
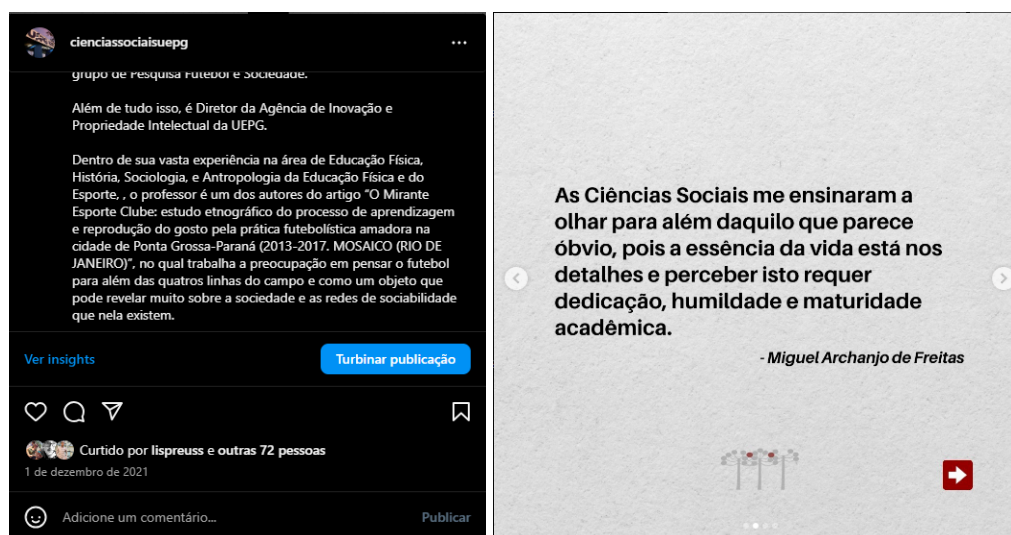
AUTOR:
Virgínia de Souza

TÍTULO:
Homens beneficiários do Programa Bolsa Família: pobreza, formação das masculinidades e sua interface no cotidiano familiar

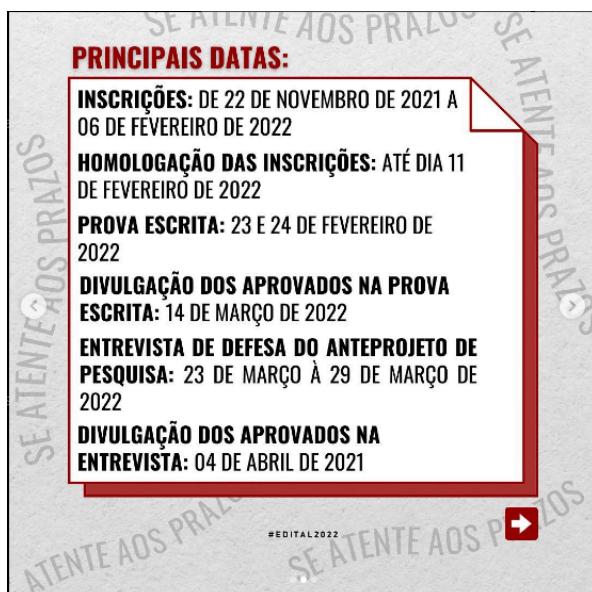
BANCA:
Presidente: Édina Schimanski
Membro Externo: Luciana Rosar Fornazari Klanovicz
Membro Externo: Márcio José Ornat
Membro Interno: Constantino Ribeiro de Oliveira Júnior
Membro Interno: Augusta Pelinski Raiher

DATA:
09 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 09H

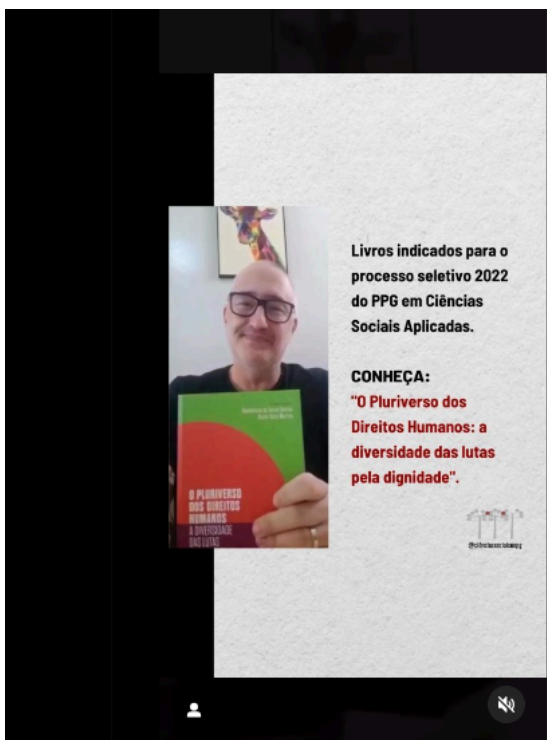
APÊNDICE AH - PUBLICAÇÃO DE CARROSSEL COM A APRESENTAÇÃO DO PROFESSOR MIGUEL ARCHANJO DE FREITAS JÚNIOR



APÊNDICE AI - PUBLICAÇÃO DE CARROSSEL SOBRE DATAS DO PROCESSO SELETIVO PARA O PPGCSA



APÊNDICE AJ - PUBLICAÇÃO DE REELS SOBRE O LIVRO INDICADO PARA O SELETIVO DO PPGCSA: "O PLURIVERSO DOS DIREITOS HUMANOS E A DIVERSIDADE DAS LUTAS PELA DIGNIDADE"



Livros indicados para o processo seletivo 2022 do PPG em Ciências Sociais Aplicadas.

CONHEÇA:
"O Pluriverso dos Direitos Humanos: a diversidade das lutas pela dignidade".

cienciassociaisuepg Conheça a obra de Boaventura Sousa Santos, "O pluriverso dos direitos humanos: a diversidade das lutas pela dignidade".

Este livro, apresentado pelo professor @prof.neialberto, faz parte dos títulos recomendados para os candidatos que farão o processo seletivo 2022.

A obra contém textos que retratam temas e realidades sociais que nos convidam a pensar o lugar dos direitos humanos nas lutas contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado.

#direitoshumanos #dignidade #dh

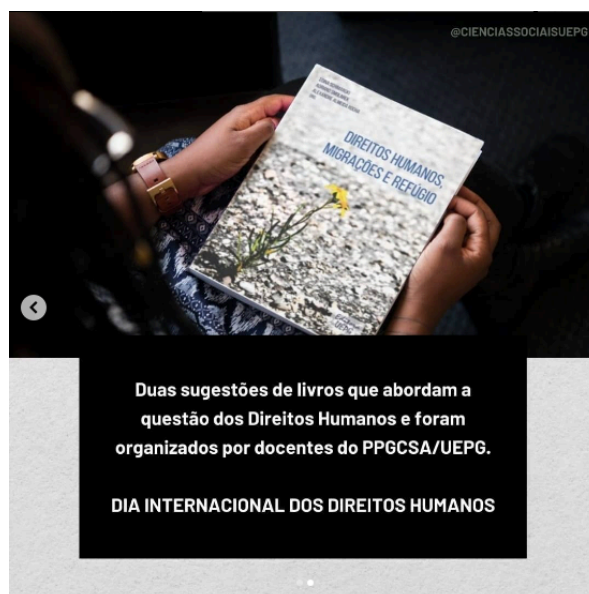
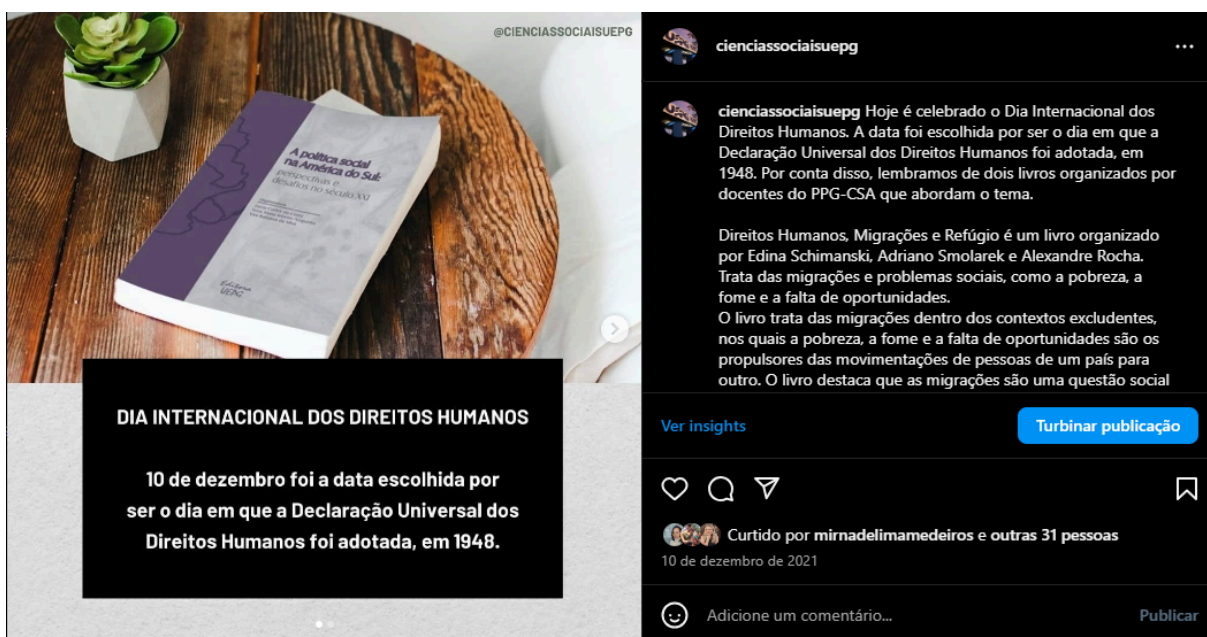
113 sem Ver tradução

[Ver insights](#) [Turbinar publicação](#)

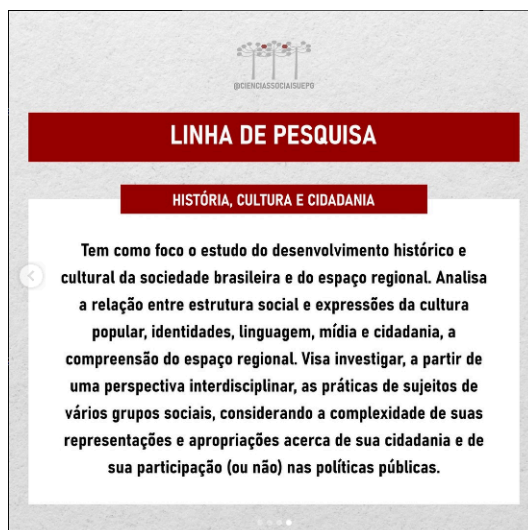
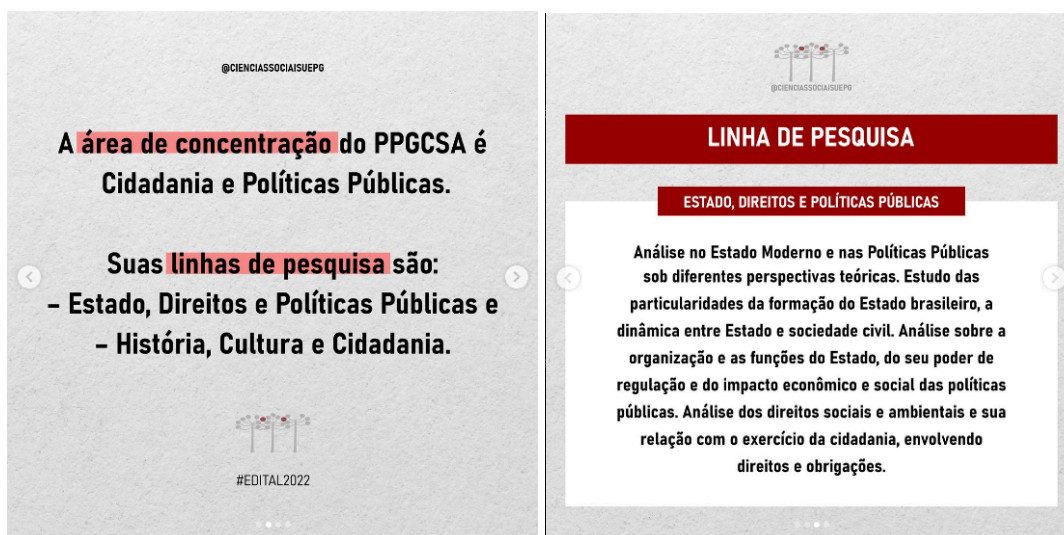
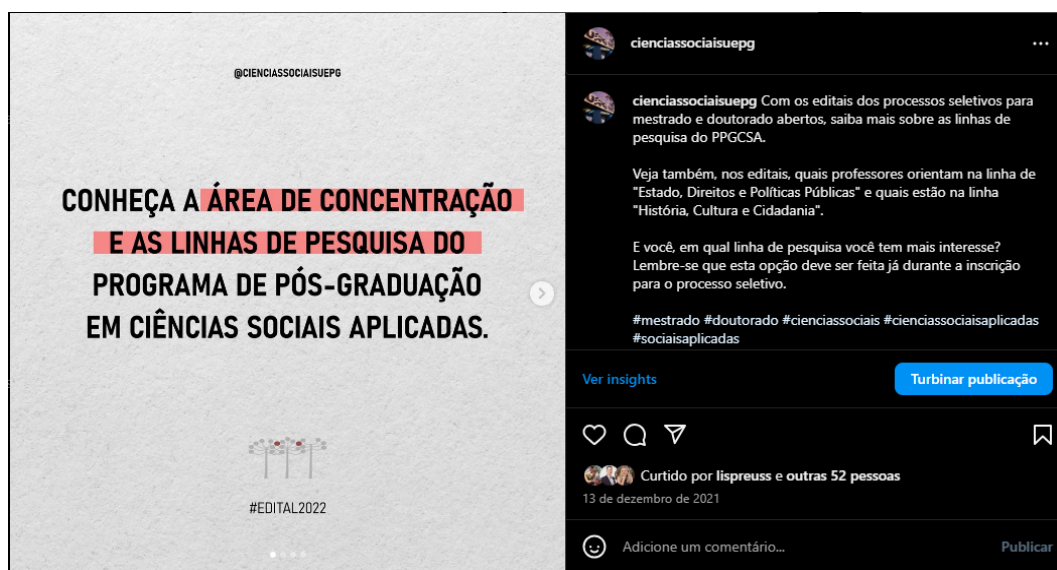
219 visualizações
7 de dezembro de 2021

Adicione um comentário... [Publicar](#)

APÊNDICE AK - PUBLICAÇÃO DE CARROSSEL SOBRE O DIA INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS



APÊNDICE AL - PUBLICAÇÃO DE CARROSSEL SOBRE A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO E AS LINHAS DE PESQUISA DO PPGCSA



APÊNDICE AM - PUBLICAÇÃO DE CARROSSEL COM A APRESENTAÇÃO DO PROFESSOR LUIZ ALEXANDRE GONÇALVES CUNHA



CONHEÇA NOSSOS PROFESSORES.

Luiz Alexandre Gonçalves Cunha,

O querido "Professor Cunha" realizou sua graduação em Geografia pela UERJ, e mais tarde concluiu seu mestrado em História Econômica pela UFPR. Realizou o doutorado em Ciências Sociais pela UFRJ.

cienciassociaisuepg

cienciassociaisuepg LUIZ ALEXANDRE GONÇALVES CUNHA

O querido "Professor Cunha" realizou sua graduação em Geografia pela UERJ (1979), e mais tarde concluiu seu mestrado em História Econômica pela UFPR (1987). Em 2003, realizou o doutorado em Ciências Sociais pela UFRJ. Desde 1996, é Professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG- Paraná, onde atua na Diretoria do Setor de Ciências Exatas e Naturais-SEXATAS. O prof.º leciona no curso de graduação em Geografia e nas pós-graduações em Geografia e de Ciências Sociais Aplicadas da UEPG. O professor coordena e participa de pesquisas e projetos relacionados ao geodesenvolvimento (desenvolvimento local, regional, rural e urbano) e às políticas públicas de combate ao subdesenvolvimento, desigualdades sociais e de fomento à

[Ver insights](#) [Turbinar publicação](#)

Curtido por [lisprouss](#) e outras 63 pessoas

15 de dezembro de 2021

Adicione um comentário...

Publicar

"Os homens não nascem para a cidadania, mas devem ser preparados para ela".

-Baruch Espinosa

- Desde 1996, é Professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG- Paraná, onde atua na Diretoria do Setor de Ciências Exatas e Naturais-SEXATAS. O prof.º leciona no curso de graduação em Geografia e nas pós-graduações em Geografia e de Ciências Sociais Aplicadas da UEPG.
- Foca sua pesquisas dentro das temáticas de Geografia Humana e Ciências Sociais, Econômicas e Políticas, em especial Geografia Econômica e Regional, Sociologia Econômica e do Desenvolvimento e Economia Regional e do Bem Estar Social, que mantenham relação com o geodesenvolvimento.

- Coordena e participa de pesquisas e projetos relacionados ao geodesenvolvimento (desenvolvimento local, regional, rural e urbano) e às políticas públicas de combate ao subdesenvolvimento, desigualdades sociais e de fomento à economia solidária e social.
- Autor de inúmeras produção acadêmicas, destacam-se os livros didáticos, que escreveu para a UAB: Geografia Econômica I e Conhecimento Geográfico I, ambos como autor principal. Também podem se indicar os artigos "Por projeto de desenvolvimento sócio-espacial", publicado na Revista de História Regional da UEPG e "Desenvolvimento setorial ao desenvolvimento territorial", publicado na revista Redes da UNISC, em 2006.

*** Texto completo da legenda da publicação**

LUIZ ALEXANDRE GONÇALVES CUNHA

O querido “Professor Cunha” realizou sua graduação em Geografia pela UERJ (1979), e mais tarde concluiu seu mestrado em História Econômica pela UFPR (1987). Em 2003, realizou o doutorado em Ciências Sociais pela UFRRJ.

Desde 1996, é Professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG-Paraná, onde atua na Diretoria do Setor de Ciências Exatas e Naturais-SEXATAS. O prof.º leciona no curso de graduação em Geografia e nas pós-graduações em Geografia e de Ciências Sociais Aplicadas da UEPG.

O professor coordena e participa de pesquisas e projetos relacionados ao geodesenvolvimento (desenvolvimento local, regional, rural e urbano) e às políticas públicas de combate ao subdesenvolvimento, desigualdades sociais e de fomento à economia solidária e social.

Hoje como membro, o prof.º Cunha já coordenou projetos de pesquisa e extensão vinculados ao Programa de Extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários-IESOL da UEPG que atua de acordo com os princípios da Economia Solidária.

O prof.º foca sua pesquisas dentro das temáticas de Geografia Humana e Ciências Sociais, Econômicas e Políticas, em especial Geografia Econômica e Regional, Sociologia Econômica e do Desenvolvimento e Economia Regional e do Bem Estar Social, que mantenham relação com o geodesenvolvimento.

Autor de inúmeras produção acadêmicas, destacam-se os livros didáticos, que escreveu para a UAB: Geografia Econômica I e Conhecimento Geográfico I, ambos como autor principal. Também podem se indicar os artigos "Por projeto de desenvolvimento sócio-espacial", publicado na Revista de História Regional da UEPG e "Desenvolvimento setorial ao desenvolvimento territorial", publicado na revista Redes da UNISC, em 2006. Ainda, merece uma atenção especial o capítulo de livro “Revisitando a discussão sobre a modernização da agricultura” pertencente à obra “Geografia agrária, ruralidades e território” de 2018.

Recentemente, o professor lançou mais uma obra literária denominada “Paraná: Desenvolvimento e Diferenças Regionais.” Em parceria com Sergio Farjado, pela Editora Atena, em 2021.

Baruch Espinosa: "Os homens não nascem para a cidadania, mas devem ser preparados para ela".

APÊNDICE AN - PUBLICAÇÃO DE CARD COM CITAÇÃO DA AUTORA MARILENA CHAUI

Card with Quote:

"O mundo moderno desconhece a comunidade: o modo de produção capitalista dá origem à sociedade, cuja marca primeira é a existência de indivíduos separados uns dos outros por seus interesses e desejos."

Marilena Chauí

Social Media Post:

cienciassociaisuepg

Marilena Chauí é filósofa e professora do Departamento de Filosofia da @usp.official, desde 1967, especialista em História da Filosofia Moderna e em Filosofia Política.

Importante pensadora brasileira, recebeu o título de doutora honoris causa pela Universidade de Paris 8 (2003) e Universidade de Córdoba (2004).

*A frase desta publicação foi retirada do livro "Cultura e Democracia", obra indicada para o processo seletivo de ingresso no PPGCSA.

#marilenachauí #usp #uepg #democracia #capitalismo

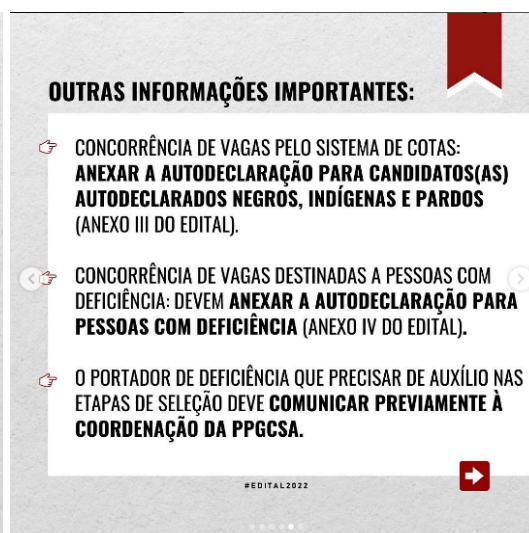
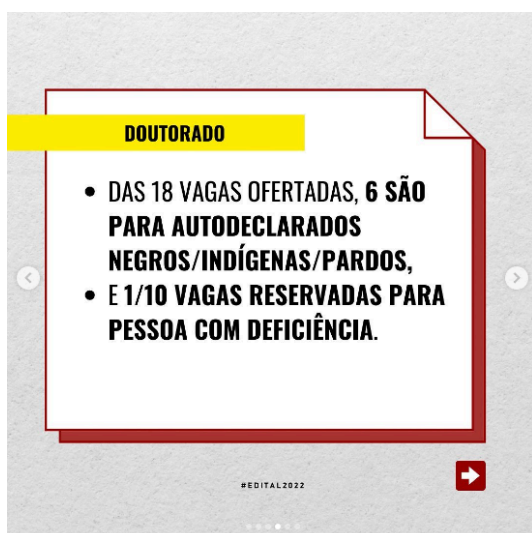
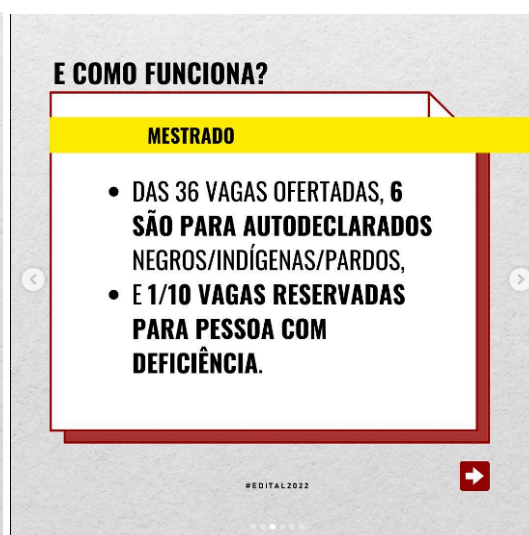
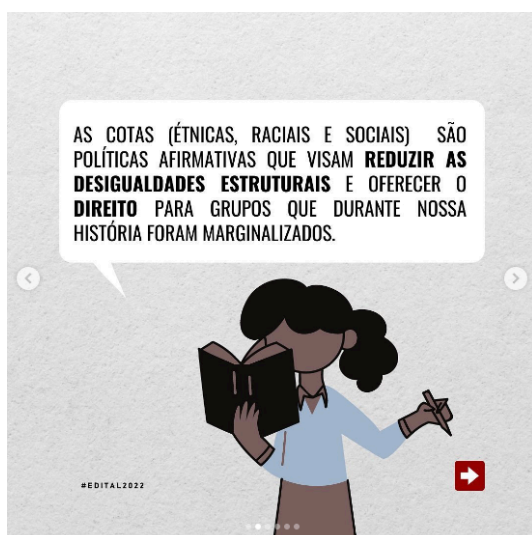
Ver insights Turbinar publicação

Curtido por prof.nei.alberto e outras 63 pessoas

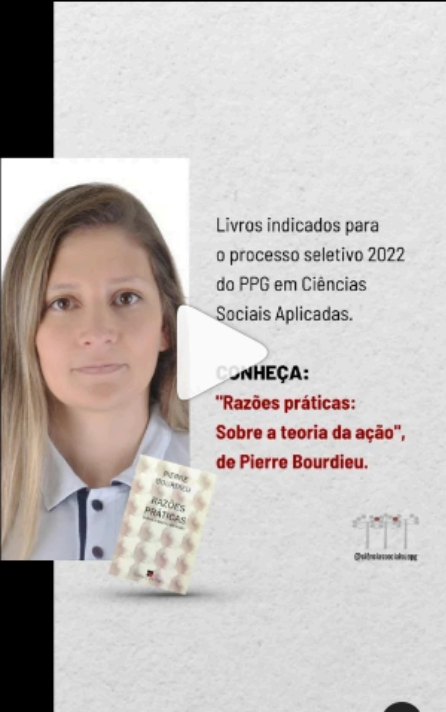
17 de dezembro de 2021

Adicione um comentário... Publicar

APÊNDICE AO - PUBLICAÇÃO DE CARD SOBRE VAGAS PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA E COTISTAS NO PPGCSA



APÊNDICE AP - PUBLICAÇÃO DE REELS SOBRE LIVRO INDICADO PARA O SELETIVO DO PPGCSA: "RAZÕES PRÁTICAS SOBRE A TEORIA DA AÇÃO"



Livros indicados para o processo seletivo 2022 do PPG em Ciências Sociais Aplicadas.

CONHEÇA:
"Razões práticas: Sobre a teoria da ação", de Pierre Bourdieu.

cienciassociaisuepg

cienciassociaisuepg Apresentada pela professora @natashaslise, conheça a obra de Pierre Bourdieu, "Razões práticas: sobre a teoria da ação".

O autor faz votos que seus leitores vejam este livro como "um guia prático que é preciso aplicar a uma prática, isto é, a uma pesquisa prazenteira, liberta de proibições e de divisões e desejosa de trazer a todos esta compreensão rigorosa do mundo que é um dos instrumentos de libertação mais poderosos com que contamos."

#bourdieu #pierrebourdieu #cienciassociais #mestrado #doutorado #posgraduacao #

111 sem Ver tradução

Ver insights Turbinar publicação

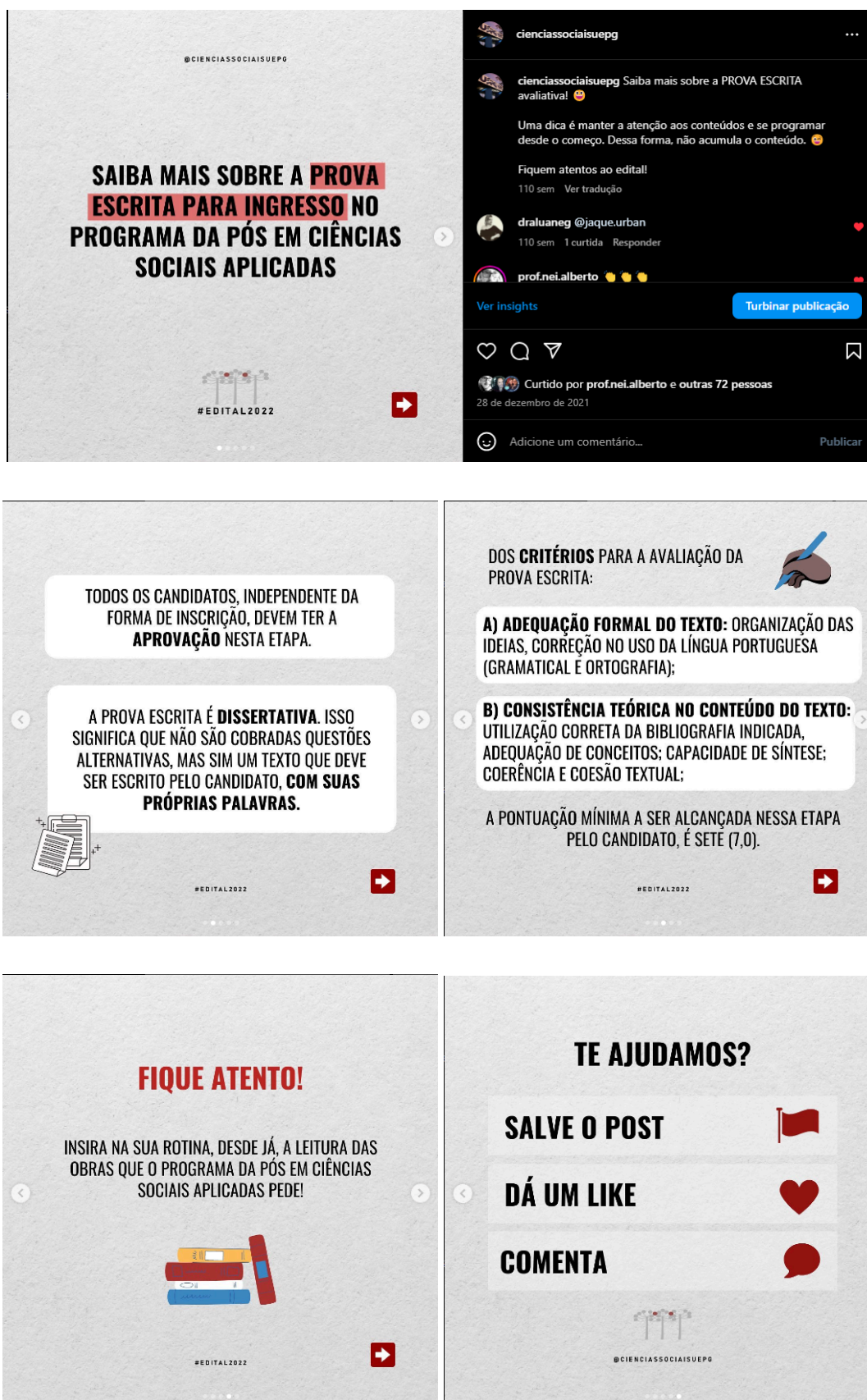
328 visualizações
23 de dezembro de 2021

Adicione um comentário... Publicar

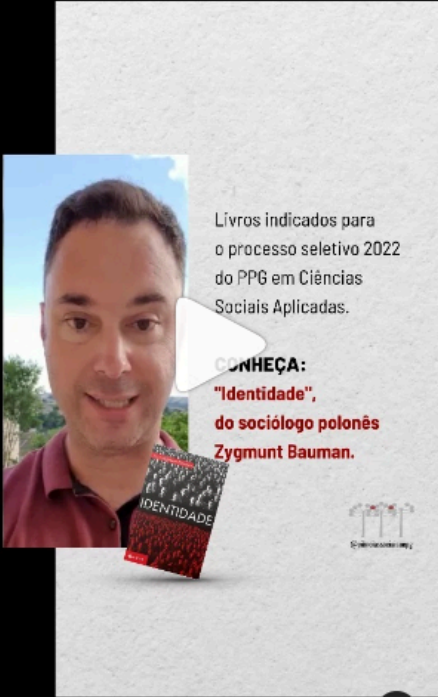
APÊNDICE AQ - PUBLICAÇÃO DE CARD SOBRE O NATAL



APÊNDICE AR - PUBLICAÇÃO DE CARROSSEL SOBRE A PROVA ESCRITA PARA INGRESSO NO PPGCSA



APÊNDICE AS - PUBLICAÇÃO DE REELS SOBRE LIVRO INDICADO PARA O SELETIVO DO PPGCSA: "IDENTIDADE"



Livros indicados para o processo seletivo 2022 do PPG em Ciências Sociais Aplicadas.

CONHEÇA:
"Identidade",
do sociólogo polonês
Zygmunt Bauman.

IDENTIDADE

Comunidade

cienciassociaisuepg

Para encerrar as indicações de livros deste ano, o professor @joairineuderesende fala sobre a obra "Identidade", do autor Zygmunt Bauman.

As inscrições para o processo seletivo do mestrado e doutorado em Ciências Sociais Aplicadas, da @oficialuepg, vão até o início de fevereiro! Veja as obras indicadas e prepare-se. 🇺🇪

#identidade #bauman #uepg #cienciassociais #modernidadeliquida #zygmuntbauman

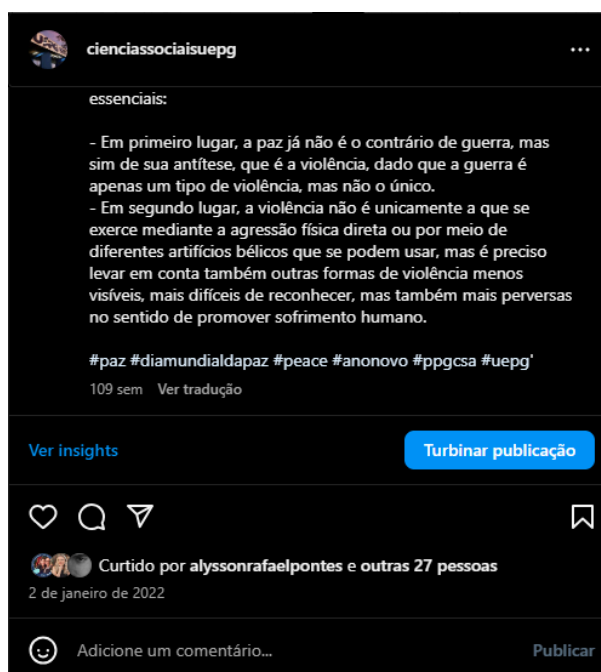
110 sem Ver tradução

Ver insights Turbinar publicação

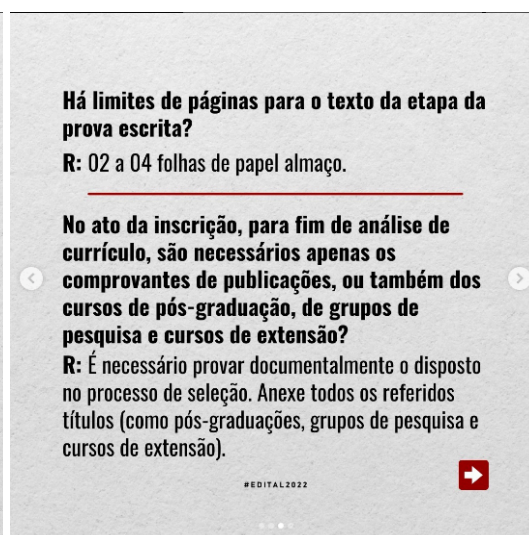
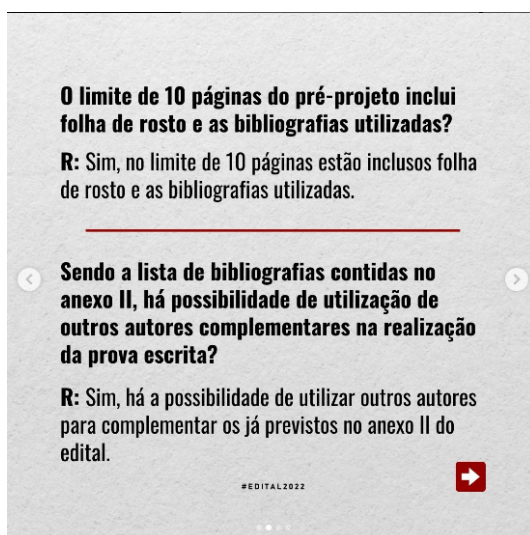
228 visualizações
31 de dezembro de 2021

Adicione um comentário... Publicar

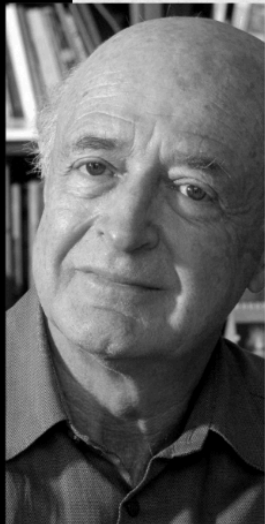
APÊNDICE AT - PUBLICAÇÃO DE CARD SOBRE O DIA MUNDIAL DA PAZ



APÊNDICE AU - PUBLICAÇÃO DE CARROSEL COM PERGUNTAS FREQUENTES SOBRE A SELEÇÃO DO PPGCSA



APÊNDICE AV - PUBLICAÇÃO DE CARD COM CITAÇÃO DO AUTOR JOSÉ MURILO DE CARVALHO



"A desigualdade é a escravidão de hoje, o novo câncer que impede a constituição de uma sociedade democrática".

José Murilo de Carvalho



cienciassociaisuepg

A frase citada está no livro "Cidadania no Brasil: O longo caminho", do autor José Murilo de Carvalho.

Esta obra é uma das indicações bibliográficas para o processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG, com inscrições abertas até o início do mês de fevereiro.

Já conhece esta ou outras leituras indicadas? Comenta aqui com a gente!

#ppgcsa #uepg #desigualdade #escravidão #democracia #josemurilodecarvalho #cidadania #cidadanianobrasil

108 sem Ver tradução

[Ver insights](#) [Turbinar publicação](#)





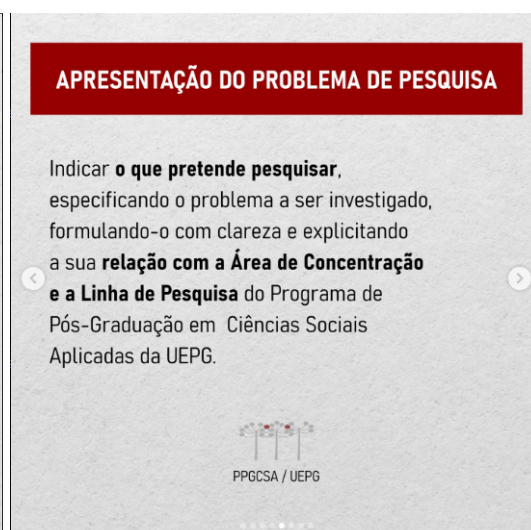
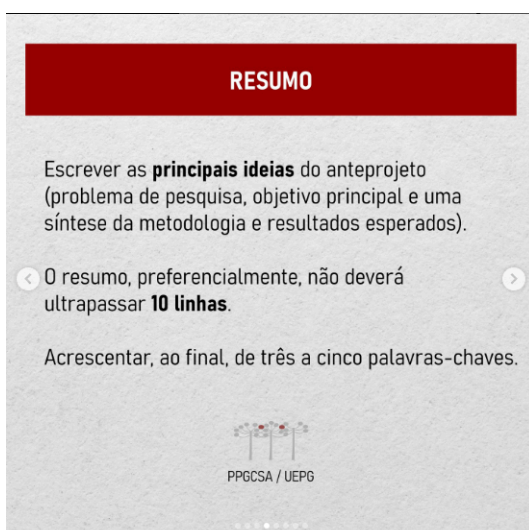
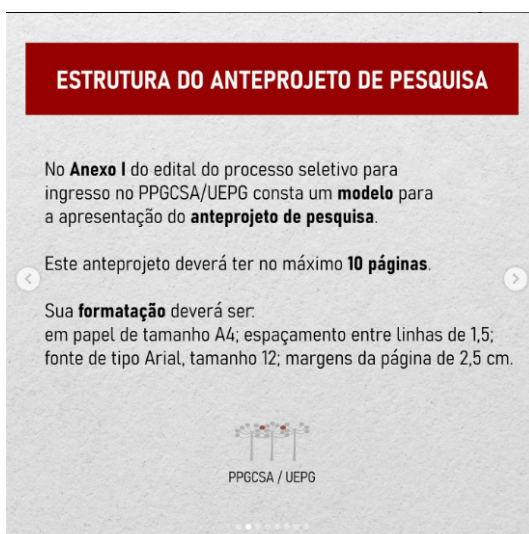

 Curtido por lispreuss e outras 50 pessoas
 13 de janeiro de 2022

 Adicione um comentário... [Publicar](#)

APÊNDICE AW - PUBLICAÇÃO DE CARD COM CITAÇÃO DO AUTOR STUART HALL



APÊNDICE AX - PUBLICAÇÃO DE CARROSSEL SOBRE PROJETO DE PESQUISA PARA A SELEÇÃO DO PPGCSA



JUSTIFICATIVA ASSOCIADA AOS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Apresentar os **motivos geradores do problema** a ser investigado, mostrando o porquê da opção pelo tema e a sua relevância.

Redigir o texto com **pressupostos teóricos** que sustentarão a pesquisa.



PPGCSA / UEPG

OBJETIVOS

Explicitar os objetivos a serem alcançados com a Pesquisa.

METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Indicar como pretende investigar o problema, esclarecendo: o tipo de pesquisa a ser adotado, os procedimentos de pesquisa, os prováveis sujeitos, onde (espaço) e quando (cronograma).



PPGCSA / UEPG

BIBLIOGRAFIA

Indicar as leituras realizadas que constam no referencial teórico do Anteprojeto de Pesquisa.

FIQUE ATENTO ÀS DATAS DO EDITAL.
prog.cienciassociaisaplicadas@gmail.com
<https://www2.uepg.br/ppgcsa/>



PPGCSA / UEPG

APÊNDICE AY - PUBLICAÇÃO DE CARD COM FRASE DO AUTOR BYUNG-CHUL HAN



"A sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho. Também seus habitantes não se chamam mais "sujeitos de obediência", mas sujeitos de desempenho e produção. São empresários de si mesmos".

Byung-Chul Han



cienciassociaisuepg

cienciassociaisuepg De acordo com Han, o sujeito "se entrega à liberdade coercitiva ou à livre coerção de maximizar o desempenho". Autoexploração.

Estas citações foram retiradas do livro "A Sociedade do Cansaço", do filósofo sul-coreano Byung-Chul Han. Na obra, o autor reflete sobre a positividade tóxica da atualidade, os efeitos colaterais do discurso motivacional.

Como a descrição da obra traz "Essa onda do 'eu consigo' e do 'yes, we can' tem gerado um aumento significativo de doenças como depressão, transtornos de personalidade, síndromes como hiperatividade e burnout".

[Ver insights](#) [Turbinar publicação](#)

👍 🗨️ 📌

 Curtido por **lispreuss** e outras **23** pessoas

27 de janeiro de 2022

😊 Adicione um comentário... [Publicar](#)

APÊNDICE AZ - PUBLICAÇÃO DE CARD SOBRE O DIA DA PROTEÇÃO DE DADOS



@CIENCIASSOCIAISUEPG

28 de janeiro | Dia da Proteção de Dados

Data faz alusão à Convenção para a Proteção de Indivíduos com Relação ao Processamento Automático de Dados Pessoais.

cienciassociaisuepg Dentro do plano interdisciplinar que se situa o PPGCSA, podemos encontrar alguns campos das ciências sociais, que conciliam o direito, a responsabilidade social, e a inovação tecnológica.

Nesse sentido, podemos citar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) brasileira, que estabelece diretrizes importantes e obrigatórias para a coleta, processamento e armazenamento de dados pessoais. Ela foi inspirada na GDPR (General Data Protection Regulation), que entrou em vigência em 2018 na União Europeia, trazendo grandes impactos para empresas e consumidores.

A LGPD dispõe um capítulo inteiro de instruções para assegurar

[Ver insights](#) [Turbinar publicação](#)

Curtido por alyssonrafaelpontes e outras 12 pessoas

28 de janeiro de 2022

Adicione um comentário... [Publicar](#)

cienciassociaisuepg

A LGPD dispõe um capítulo inteiro de instruções para assegurar esses direitos protegidos, entre eles, os Direitos dos Titulares, que servem tanto para que os agentes de tratamento de dados pessoais construam uma relação de confiança com o titular e também trazem segurança, garantias, liberdades e proteção ao titular.

Esses direitos trazem voz ao cidadão brasileiro, garantindo a construção saudável da sua identidade digital. O empoderamento do titular é um elemento significativo para o aproveitamento social da proteção dos dados pessoais.

O PPGCSA conta com pesquisadores deste tema, entre eles @mhadvinovacao, @joaoirineuderesende, @luizedemirtaborda

[Ver insights](#) [Turbinar publicação](#)

Curtido por alyssonrafaelpontes e outras 12 pessoas

28 de janeiro de 2022

Adicione um comentário... [Publicar](#)

cienciassociaisuepg

@mhadvinovacao, @joaoirineuderesende, @luizedemirtaborda e Shana Rohmann, que juntos produziram o artigo "Uma análise de conjuntura da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD): tramitação, aprovação e vigência", publicados na Revista Humanidades e Inovação (A2).

#lgpd #dados #proteçãodedados #ppgcsa #interdisciplinaridade #uepg

105 sem Ver tradução

mhadvinovacao.startups Orgulho poder ser pesquisadora desse programa!

105 sem 1 curtida Responder Ver tradução ...

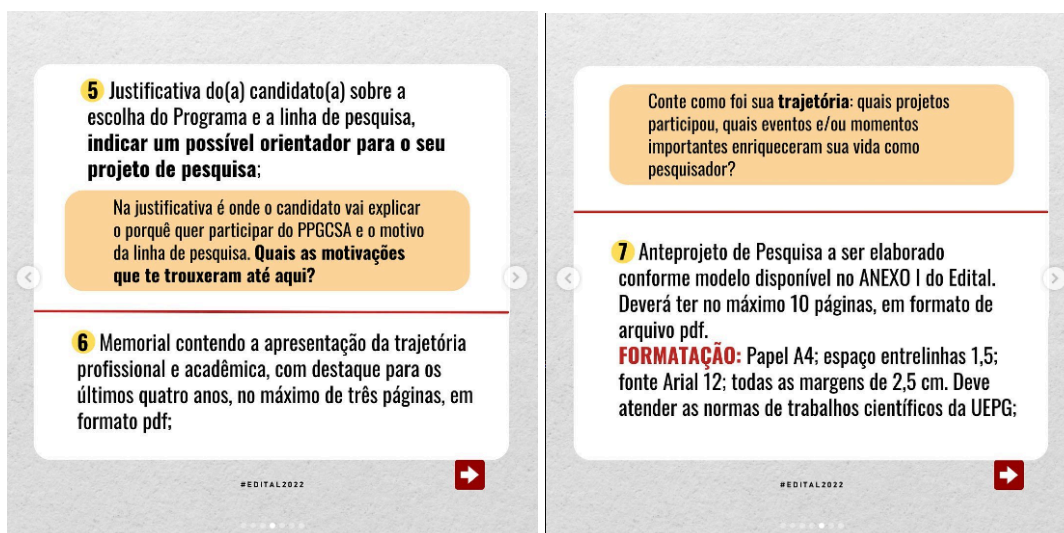
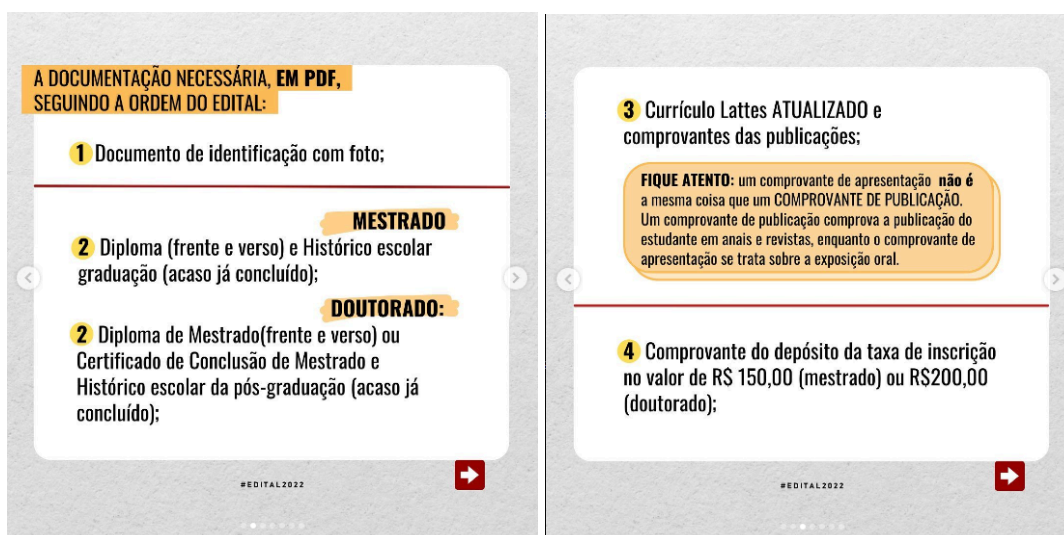
[Ver insights](#) [Turbinar publicação](#)

Curtido por alyssonrafaelpontes e outras 12 pessoas

28 de janeiro de 2022

Adicione um comentário... [Publicar](#)

APÊNDICE BA - PUBLICAÇÃO DE CARROSSEL SOBRE A DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA A SELEÇÃO NO PPGCSA





APÊNDICE BB - PUBLICAÇÃO DE CARROSSEL COM A AGENDA DE DEFESAS DE FEVEREIRO DE 2022

AGENDA DE DEFESAS

Acompanhe as defesas de dissertações e teses que acontecerão no mês de fevereiro, no PPGCSA / UEPG.

cienciassociaisuepg

Agende-se e assista às defesas de dissertações e teses do PPGCSA da @oficialuepg 📅

As defesas do mês de fevereiro de 2022 acontecerão por videoconferência e o acesso às salas virtuais será disponibilizado em nossos stories cerca de meia hora antes do início das apresentações. Fique atento às datas e horários.

#mestrado #doutorado #pósgraduação #uepg #cienciassociais

105 sem Ver tradução

tupichhilgemberg

105 sem Responder

Ver insights

Turbinar publicação

Curtido por lispreuss e outras 63 pessoas

1 de fevereiro de 2022

Adicione um comentário...

Publicar

DEFESA DE TESE

AUTOR: Carlos Lopatiuk

TÍTULO: A criação de um tribunal de contas internacional tendo como gênese o paradigma do tribunal penal internacional: uma contribuição ao controle externo e monitoramento dos ODS da Agenda 2030 da ONU

BANCA:
 Presidente: João Irineu de Resende Miranda
 Membro Externo: Luis Paulo Gomes Mascarenhas
 Membro Externo: Erivelton Fontana de Laat
 Membro Interno: Alexandre Almeida Rocha
 Membro Interno: Edson Armando Silva

DATA: 02 DE FEVEREIRO DE 2022, ÀS 09H

DEFESA DE DISSERTAÇÃO

AUTOR: Silvia Elaine da Silva

TÍTULO: Atendimento às denúncias de violência obstétrica em Ponta Grossa/PR: desafios e possibilidades para a implementação de uma rede intersetorial

BANCA:
 Presidente: Felipe Simão Pontes
 Membro Externo: Márcia Grisotti
 Membro Interno: Jussara Ayres Bourguignon

DATA: 08 DE FEVEREIRO DE 2022, ÀS 14H

DEFESA DE TESE

AUTOR: Ana Maria Bourguignon de Lima

TÍTULO: Justiça reprodutiva na atenção puerperal: avaliação crítica das condições de atenção à saúde da mulher no período pós-parto no Brasil (2000-2019)

BANCA:
 Presidente: Dircéia Moreira
 Membro Externo: Márcia Grisotti
 Membro Externo: Maria do Carmo Leal
 Membro Interno: Augusta Pelinski Raiher
 Membro Interno: José Augusto Leandro

DATA: 18 DE FEVEREIRO DE 2022, ÀS 09H

APÊNDICE BC - PUBLICAÇÃO DE CARD SOBRE ALTERAÇÃO NO EDITAL DO SELETIVO DO PPGCSA



APÊNDICE BD - PUBLICAÇÃO DE CARD COM ALTERAÇÃO DE PRAZO DO EDITAL DO SELETIVO DO PPGCSA

@CIENCIASSOCIAISUEPG

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:
ALTERAÇÃO NO EDITAL

Temos um novo link atualizado para inscrições nas vagas de mestrado e doutorado do PPGCSA.

O PRAZO FOI PRORROGADO ATÉ O DIA 15. FIQUE ATENTO ÀS DATAS!

#EDITAL2022



cienciassociaisuepg

cienciassociaisuepg ATENÇÃO, pessoal! 📢
 Estávamos com um problema em relação ao link de inscrição e muitos de vocês não conseguiram acessar. Por esse motivo, atualizamos o link e aumentamos o prazo de inscrição até o dia 15!

Não deixe sua inscrição para a última hora, faltam poucos dias para finalizar o prazo! 😊

#uepg #mestrado #doutorado #prova #cienciassociaisaplicadas

104 sem Ver tradução

Ver insights Turbinar publicação

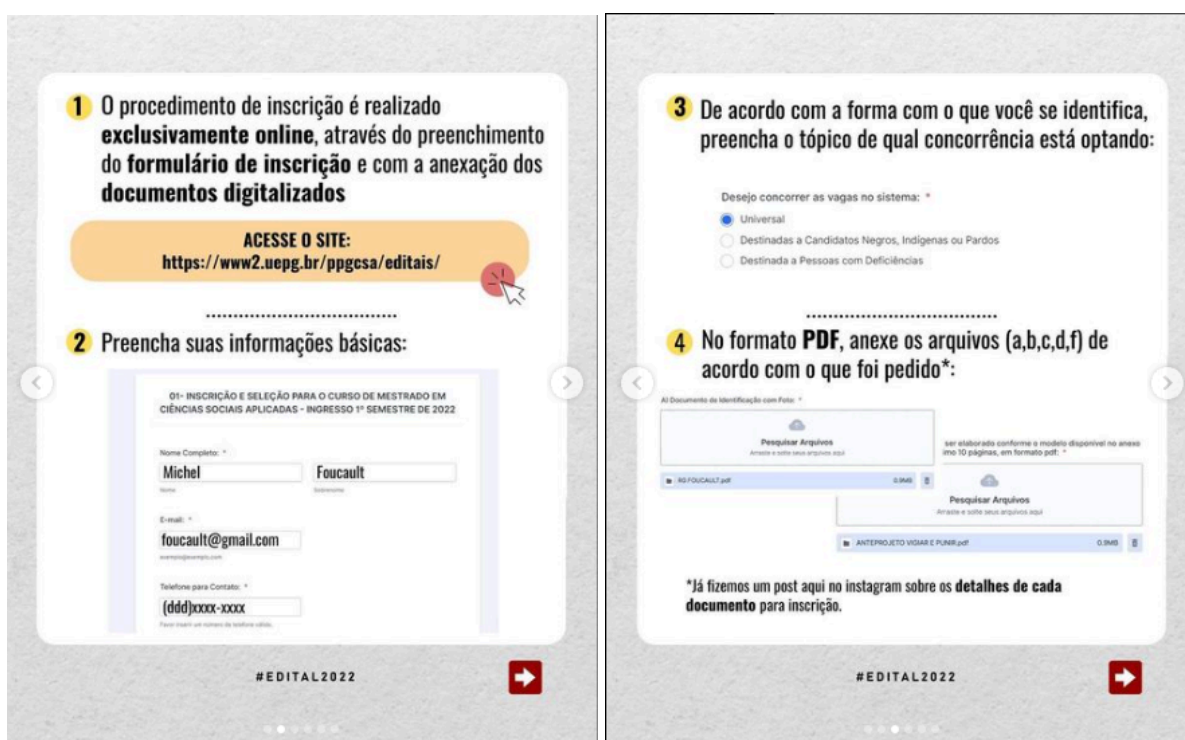
👍🗨️📌

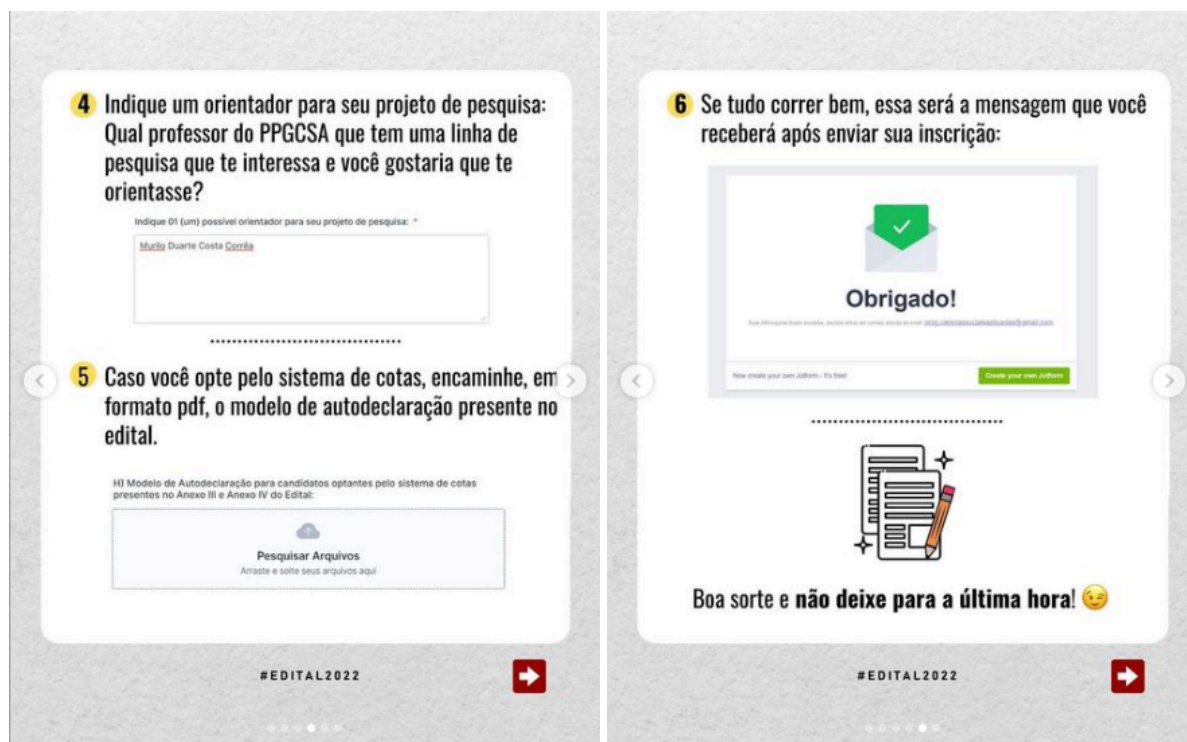
 Curtido por alyssonrafaelpontes e outras 36 pessoas

10 de fevereiro de 2022

😊 Adicione um comentário... Publicar

APÊNDICE BE - PUBLICAÇÃO DE CARROSSEL SOBRE COMO FAZER A INSCRIÇÃO NO SELETIVO DO PPGCSA





APÊNDICE BF - PUBLICAÇÃO DE CARD SOBRE ÚLTIMO DIA PARA INSCRIÇÕES NO SELETIVO DO PPGCSA

ATENÇÃO, CANDIDATOS:

HOJE (15) É O ÚLTIMO DIA PARA REALIZAR A INSCRIÇÃO NO PPGCSA.

#EDITAL2022

cienciassociaisuepg Hoje é o último dia para se inscrever pra seleção! Lembrando que houveram mudanças de links de inscrição.

Novo link do mestrado <http://jotform.com/220445774408054>

Novo link do doutorado <https://form.jotform.com/220444971210649>

Leiam e releiam! 📖

Editado · 103 sem Ver tradução

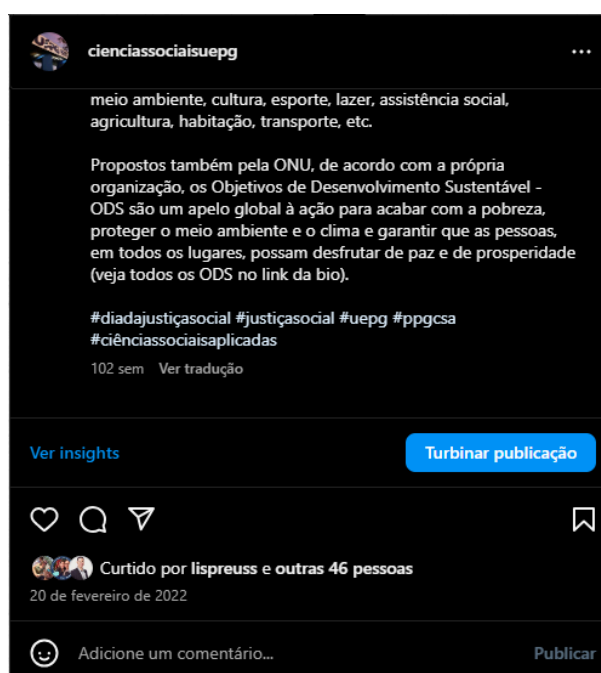
Ver insights Turbinar publicação

Curtido por lisprouss e outras 25 pessoas

15 de fevereiro de 2022

Adicione um comentário... Publicar

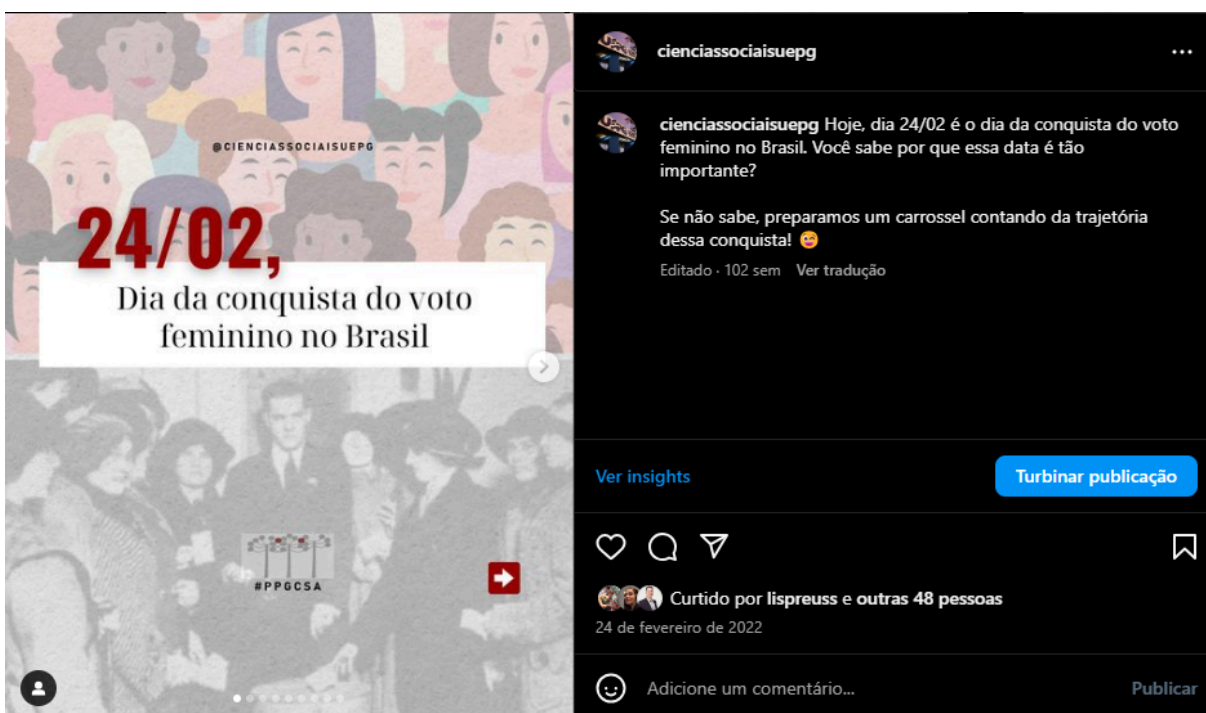
APÊNDICE BG - PUBLICAÇÃO DE CARD SOBRE DIA MUNDIAL DA JUSTIÇA SOCIAL



APÊNDICE BH - PUBLICAÇÃO DE REELS SOBRE LIVRO INDICADO PARA O SELETIVO DO PPGCSA: "A DESIGUALDADE HEREDITÁRIA"



APÊNDICE BI - PUBLICAÇÃO DE CARD SOBRE O DIA DA CONQUISTA DO VOTO FEMININO NO BRASIL



A relevância dos anos 20 no tocante da luta feminista também se dá pelos esforços de **Diva Nazario**, que na altura era estudante de direito e graças à seus conhecimentos acadêmicos, e lutava pelos seus direitos eleitorais. Porém, seu pedido não teve sucesso. O juiz Affonso José de Carvalho responde:

"Não se reconhece ainda, no Brasil, a capacidade social da mulher para o exercício do voto. As restrições que se lhe impor na ordem civil têm reflexo na ordem política. [...] **A verdade é que prevalecem ainda, entre nós, considerações tradicionais a lembrarem que a missão da mulher é mais doméstica do que pública, mais moral do que política.** Os publicistas que, entre nós, propugnam arduamente pela emancipação política da mulher, esquecem por completo a concepção que sempre há feito na vida social, da entidade feminina: concepção de uma criatura destinada a dividir harmonicamente com o homem as responsabilidades da vida em comum, ela na tranquilidade do lar cuidando da ordem doméstica, ele no trabalho cotidiano, auferindo os meios de prover a subsistência da família."

O documento ficou marcado enquanto um registro legal que o voto feminino não era permitido. Os motivos eram o **apego aos costumes e as restrições da cidadania aplicadas a mulher brasileira**. Após casada, a mulher perdia o acesso à bens e ao poder pátrio. O consenso da época era claro: **a vida pública afetaria a vida privada da mulher e o mesmo não era admissível.**

Com muita luta, a Federação Brasileira pelo progresso feminino seguia ascendendo, e e meio a um novo cenário político, com Getúlio Vargas, **houve uma pressão feminista maior em reformular o sistema eleitoral**, demandando o direito do voto feminino.

Após apelos, Vargas **retira toda e qualquer restrição ligada ao voto feminino** e a partir da publicação em **24 de fevereiro de 1932** do Código Eleitoral, as mulheres finalmente **conquistavam** uma parte relevante de seus direitos políticos e estavam autorizadas a participar das eleições **tanto como eleitoras, quanto como candidatas.**



O século XX é marcado também pela conquista de diversos outros direitos públicos ofertados a mulher:

1962

A esposa deixa de ser considerada incapaz e passa a ter direitos iguais ao esposo, sem se subjulgar ao mesmo, tendo autonomia civil sem precisar da autorização do homem para realizar certas atividades.



1977

A mulher conquista também o direito ao divórcio, não sendo mais obrigada a permanecer em casamento contra sua vontade.



1997

A participação política feminina nas eleições se torna uma obrigação para os partidos e coligações, de modo que é exigido que haja no mínimo 30% de mulheres em suas chapas.



LINHA DO TEMPO

1910: O Partido Republicano Feminino é fundado no Rio de Janeiro, em dezembro, com o objetivo de representar as mulheres na sociedade política.

1927: O Rio Grande do Norte, pelo decreto estadual da lei 660/27, garante o direito de voto e de ser votado por todos os potiguares se assim o desejarem.

1928: São realizadas eleições e três mulheres triunfam no Rio Grande do Norte: Alzira Soriano, da cidade de Lages, é eleita prefeita, escrevendo seu nome na história como a primeira mulher eleita na América Latina.

24/02/1932: Podem votar mulheres solteiras, viúvas com renda própria e casadas com autorização do marido.

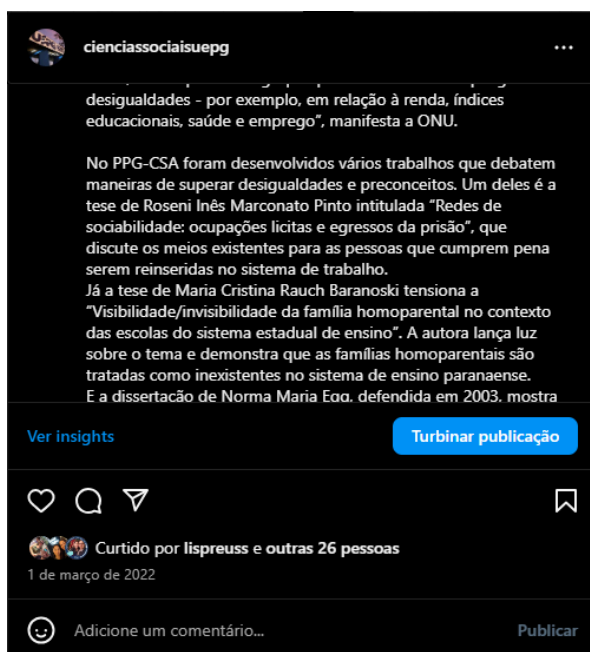
1934: É regulamentado no país o voto feminino, para mulheres de todos os rendimentos, procedências ou estado civil.

1946: O direito de voto foi finalmente estendido a todas as mulheres, desde que demonstrassem saber ler e escrever.

1988: A Assembleia Constituinte promulgada em 5 de outubro estende o direito de voto a homens e mulheres analfabetos, que podem se registrar como eleitores, se assim o desejarem.



APÊNDICE BJ - PUBLICAÇÃO SOBRE O DIA MUNDIAL DE ZERO DISCRIMINAÇÃO



APÊNDICE BK - PUBLICAÇÃO DE REELS COM LIVRO INDICADO PARA O SELETIVO DO PPGCSA: "CAPITALISMO E A COVID-19"



Livros indicados para o processo seletivo 2022 do PPG em Ciências Sociais Aplicadas.

CONHEÇA:
"Capitalismo e a COVID-19: um debate urgente".



cienciassociaisuepg

Na próxima quarta-feira (09) será divulgado o cronograma de entrevistas para os candidatos ao ingresso no PPGCSA! 🟡

Então, hoje, a professora @lispreuss apresenta mais uma obra indicada para o processo de seleção, que poderá também ser discutida durante as arguições.

Conheça o livro "Capitalismo e a COVID-19: um debate urgente".

#covid_19 #livros #capitalismo #cienciassociaisaplicadas #uepg #ppgcsa

100 sem Ver tradução

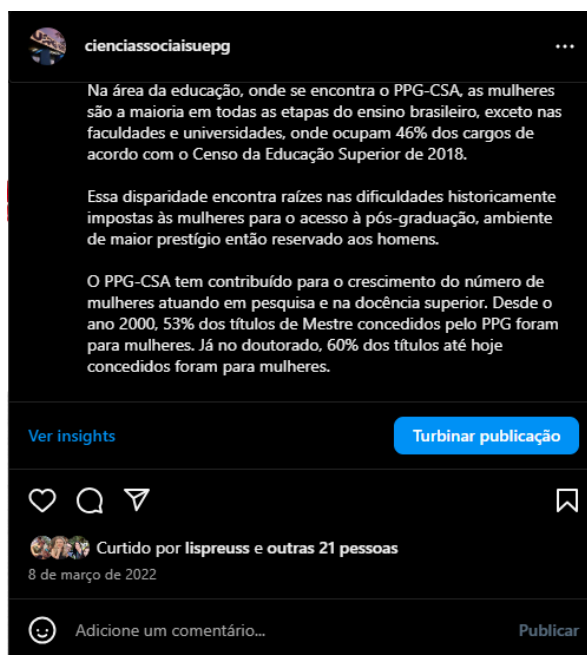
Ver insights

Turbinar publicação

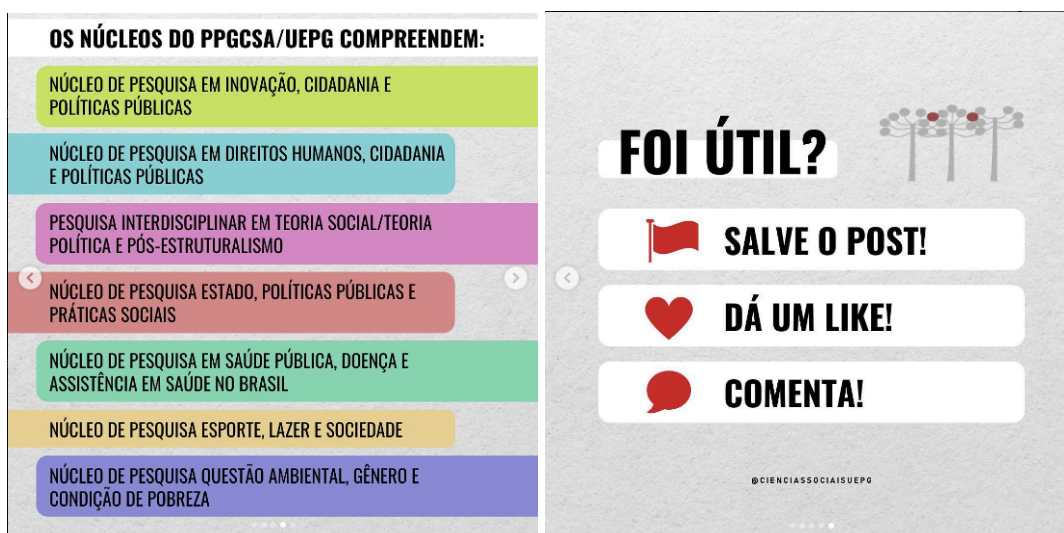
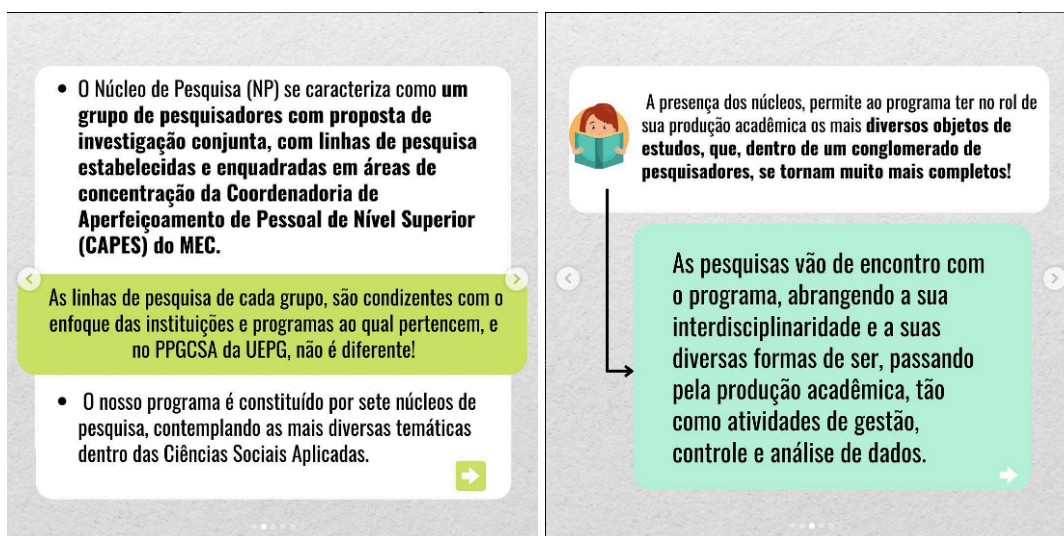
536 visualizações
5 de março de 2022

Adicione um comentário... Publicar

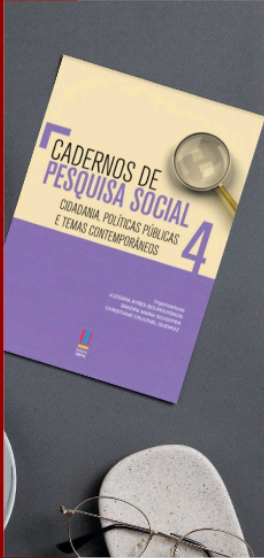
APÊNDICE BL - PUBLICAÇÃO DE CARD SOBRE O DIA INTERNACIONAL DA MULHER



APÊNDICE BM - PUBLICAÇÃO DE CARROSSEL SOBRE NÚCLEOS DE PESQUISA DO PPGCSA



APÊNDICE BN - PUBLICAÇÃO DE CARD SOBRE O LIVRO “CADERNOS DE PESQUISA SOCIAL 4”



A proposta desta publicação é consolidar um espaço de socialização da produção acadêmica dos egressos do programa em nível de mestrado e doutorado.

Acesse o link da bio.



@cienciassociaisuepg

cienciassociaisuepg

cienciassociaisuepg O Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas apresenta, em sua 4ª edição, o Cadernos de Pesquisa Social: cidadania, políticas públicas e temas contemporâneos.

A proposta desta publicação é consolidar um espaço de socialização da produção acadêmica dos egressos do programa em nível de mestrado e doutorado, oportunizando a ampliação do debate acadêmico em torno de temas que expressam a dinâmica das relações sociais no contexto contemporâneo.

Destacam-se seis capítulos que sintetizam as teses de doutorado e onze capítulos que retratam os resultados de dissertações de mestrado, demonstrando objetos alinhados com a área de

[Ver insights](#) [Turbinar publicação](#)

👍👤👤 Curtido por lispreuss e outras 47 pessoas

28 de março de 2022

😊 Adicione um comentário... [Publicar](#)

cienciassociaisuepg

Destacam-se seis capítulos que sintetizam as teses de doutorado e onze capítulos que retratam os resultados de dissertações de mestrado, demonstrando objetos alinhados com a área de concentração do programa e com suas linhas de pesquisa.

Merece destaque a marca da interdisciplinaridade, enquanto fio condutor de toda a dinâmica do Programa de Pós-Graduação, o que fica evidente na construção do saber científico apresentado nas pesquisas desta obra.

A organização da Coletânea espera que as pesquisas relatadas inspirem novos processos investigativos.

97 sem Ver tradução

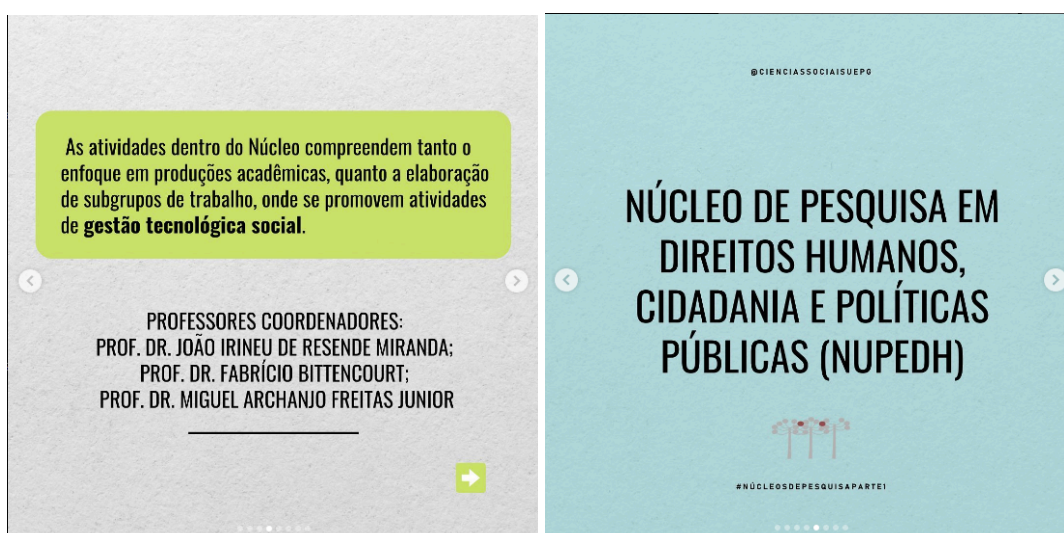
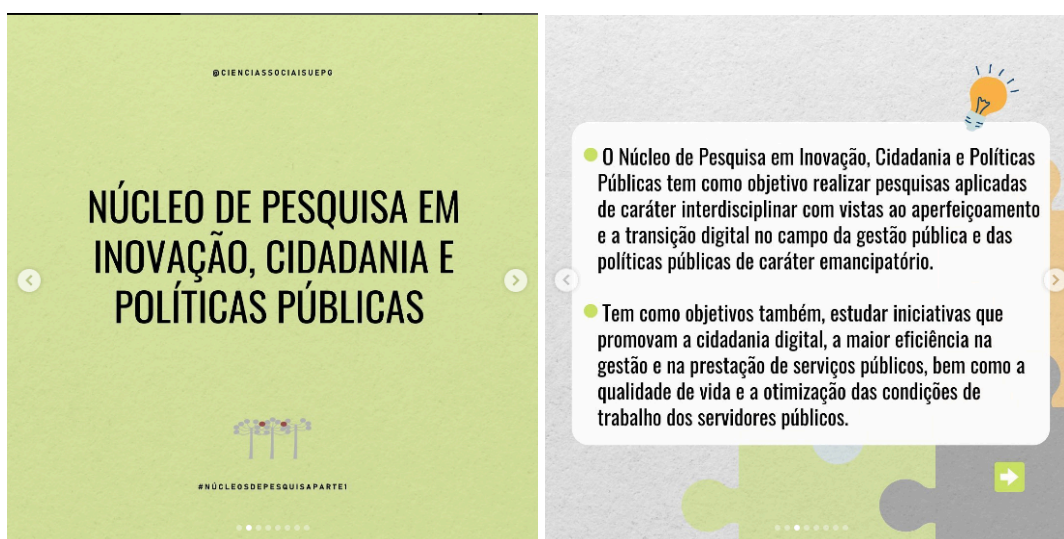
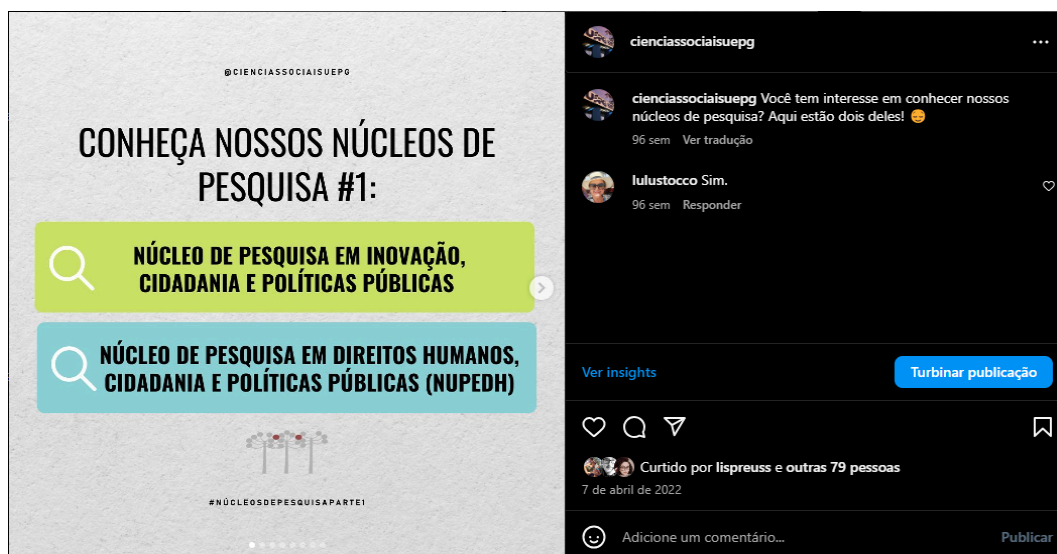
[Ver insights](#) [Turbinar publicação](#)

👍👤👤 Curtido por lispreuss e outras 47 pessoas

28 de março de 2022

😊 Adicione um comentário... [Publicar](#)

APÊNDICE BO - PUBLICAÇÃO DE CARROSSEL SOBRE OS NÚCLEOS DE PESQUISA EM INOVAÇÃO, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS E SOBRE O NÚCLEO DE PESQUISA EM DIREITOS HUMANOS





Grupo de Estudos que tem como enfoque as concepções históricas, filosóficas, jurídicas e políticas referentes aos Direitos Humanos. Também trata das relações entre o Estado, Políticas Públicas e os Direitos Humanos e os aspectos interdisciplinares dos estudos em Direitos Humanos.

PROFESSORES COORDENADORES:
 PROF. DRA. DIRCÉIA MOREIRA
 PROFA. DRA. JUSSARA BOURGUIGNON
 PROF. DR. NEI ALBERTO SALLES FILHO

ALGUMAS TEMÁTICAS:

- Direitos Humanos: perspectivas históricas, teóricas e filosóficas.
- Direitos Humanos: igualdade, identidade, pobreza.
- Direitos Humanos e o direito à vida.
- Direitos Humanos e Sistemas de Justiça.
- Direitos Humanos e Diversidade.
- Educação em Direitos Humanos.
- Direitos Humanos e Práticas Educativas.
- Direitos Humanos e Políticas Afirmativas.
- Direitos Humanos e Movimentos Sociais.
- Direitos Humanos e Imigração.
- Direitos Humanos e Cultura da Paz.
- Direitos Humanos e Sustentabilidade.
- Direitos Humanos e Justiça Restaurativa.
- Direitos Humanos: família, pessoa idosa, criança e adolescente.
- Metodologias Colaborativas na pesquisa em Ciências Sociais.

FOI ÚTIL?

 **SALVE O POST!**

 **DÁ UM LIKE!**

 **COMENTA!**

@CIENCIASSOCIAISUEPO

APÊNDICE BP - PUBLICAÇÃO DE CARROSSEL SOBRE OS NÚCLEOS DE PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM TEORIA SOCIAL / TEORIA POLÍTICA E PÓS-ESTRUTURALISMO E NÚCLEO DE PESQUISA ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS SOCIAIS





APÊNDICE BQ - TABELA COM DADOS RELATIVOS A TODOS OS POSTS REALIZADOS NO PERÍODO COMPARATIVO DO PROJETO

 Dados sobre publicações no perfil do PPGCSA

Data do post	Assunto do post	Curti.	Coment.	Comp.	Salvo	Alcance	Atividade no perfil
19/08/2023	Dia do Historiador	16	1	3	0	224	2
23/08/2023	Agenda de defesas	41	1	1	2	535	19
28/08/2023	Livro Norbert Elias	70	0	5	2	518	4
31/08/2023	Frase de autor: Stuart Hall	23	0	0	3	309	3
01/09/2023	Apresentação do colegiado	66	4	8	0	631	13
01/09/2023	Banca Internacional de Doutorado	161	7	14	2	817	12
01/09/2023	Dia do Profissional de Educação Física	22	1	2	0	305	4
04/09/2023	Banca de Mestrado embasa Lei	79	4	1	1	731	5
04/09/2023	Evento: Simpósio de Cultura de Paz	51	1	11	7	470	7
04/09/2023	Evento: Congresso Latinoamericano Ed. Física	30	1	4	3	372	7
06/09/2023	Disciplinas para alunos regulares	94	0	5	2	693	23
08/09/2023	Tese destaque: O trabalho de cuidado...	40	0	9	1	342	7
11/09/2023	Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos...	45	4	7	1	488	10
13/09/2023	Equipamentos doados pela receita federal	84	1	1	0	488	5
14/9/2023	Evento: Seguridade social, territórios e pandemia	24	1	6	4	378	12
15/9/2023	Aniversário de Ponta Grossa	19	0	1	0	225	1
19/9/2023	Objetivos do PPGCSA	43	1	0	1	369	11
21/9/2023	Agenda de defesas	17	0	2	1	359	4
25/9/2023	Linha de Pesquisa: Estado, Direitos e Políticas...	68	1	6	3	689	14
26/9/2023	Turma de Análise de Conjuntura	77	4	4	2	486	12
28/9/2023	Linha de Pesquisa: História, Cultura e Cidadania	43	0	2	3	492	12
2/10/2023	E-book Simpósio DCS - UNJU-UEPG...	32	0	4	1	330	10
04/10/2023	Publicação em revista da Suíca	28	0	1	2	389	2
05/10/2023	Evento: II Simpósio DCS- UNJU/UEPG	52	2	8	2	443	8
10/10/2023	Disciplinas de formação do PPGCSA	45	1	0	2	401	2
15/10/2023	Dia do Professor	18	0	0	0	227	1
17/10/2023	Disciplinas Internacionais em andamento	44	5	0	1	423	7
18/10/2023	Participação no Congresso de Envelhecimento...	31	0	2	0	320	2
19/10/2023	Fases de seleção do PPGCSA	56	0	8	8	674	44
24/10/2023	Evento: II Simpósio DCS- UNJU/UEPG	48	0	8	8	551	9
29/10/2023	Dia do Servidor Público	18	0	0	0	263	6
30/10/2023	Agenda de defesas	64	1	4	1	645	8
3/11/2023	Apresentação de trabalho Congresso Ed. Física	37	0	0	0	459	3

7/11/2023	E-book Produção dos Núcleos de Pesquisa	18	1	1	0	314	5
8/11/2023	Aula Direitos e Proteção Social na América Latina	57	2	2	1	391	8
13/11/2023	Edital em Breve	132	0	41	13	990	97
17/11/2023	Documentação para o Seletivo do PPGCSA	80	0	9	22	695	33
21/11/2023	Evento: Brasil e Ucrânia, similaridades e ...	18	0	1	1	444	6
21/11/2023	Edital publicado	106	0	64	19	1178	186
23/11/2023	Indicações de livros da linha História, Cultura e ...	78	1	8	21	682	20
23/11/2023	Indicações de livros da linha Estado, Direitos e...	39	0	4	10	419	11
28/11/2023	Prazos do seletivo do PPGCSA	50	1	10	8	671	25
30/11/2023	Aula Legal Design e Otimização do acesso ...	56	3	3	0	568	13
01/12/2023	Foto do evento Brasil e Ucrânica: Similaridades...	61	3	5	1	526	15
01/12/2023	Perguntas Frequentes seletivo PPGCSA	55	0	5	12	726	23
04/12/2023	Apresentação dos orientadores do programa	163	1	22	5	1013	154
05/12/2023	Apresentação dos orientadores do programa	124	4	18	7	772	80
05/12/2023	Aluna finalista no Show and Tell	107	8	6	1	625	9
07/12/2023	Apresentação dos orientadores do programa	77	4	66	3	653	32
08/12/2023	Apresentação dos orientadores do programa	71	1	14	3	660	56
11/12/2023	Edital de seleção estrangeiros hispanofalantes	26	0	2	1	466	0
13/12/2023	Apresentação de livro - Capitalismo e Covid-19	83	5	9	1	797	3
14/12/2023	Apresentação de livro - Bauman	57	1	2	0	829	0
19/12/2023	Não indicar orientador, apenas linha de pesquisa	35	0	1	1	645	9
22/12/2023	Vagas para portadores de deficiência e cotistas	24	1	1	0	407	3
22/12/2023	Recesso PPGCSA	26	0	0	1	451	3
26/12/2023	Apresentação de livro - Márcio Pochman	92	4	3	5	751	1
12/01/2024	Livro Cultura, Identidades e Cidadania	42	0	2	1	474	6
18/01/2024	Datas do Processo Seletivo	57	0	17	7	920	74
23/01/2024	Documentação para o Seletivo do PPGCSA	60	1	6	12	625	15
26/01/2024	Taxa de Inscrição do Seletivo do PPGCSA	12	0	0	1	417	6
29/01/2024	Apresentação dos orientadores do programa	48	0	6	1	662	57
30/01/2024	Apresentação dos orientadores do programa	39	1	5	1	457	18
30/01/2024	Data final de inscrições no seletivo do PPGCSA	26	0	5	2	642	18
31/01/2024	Apresentação dos orientadores do programa	34	0	1	0	402	15
01/02/2024	Apresentação dos orientadores do programa	54	0	5	0	457	15
02/02/2024	Orientadores, temáticas e vagas	48	0	2	6	737	29
03/02/2024	Inscrições seletivo PPGCSA	26	0	1	3	647	30
05/02/2024	Orientadores, temáticas e vagas	45	0	2	1	530	18
18/02/2024	Prova escrita do seletivo do PPGCSA	44	2	4	0	534	28
22/02/2024	Bastidores da prova escrita do PPGCSA	73	4	13	0	883	2
29/02/2023	Divulgação dos aprovados na prova escrita	31	1	1	0	636	2
01/03/2024	Citação de autor - Bauman	73	1	4	9	872	18
08/03/2024	Citação de autor - Hannah Arendt	38	0	2	2	406	1

12/03/2024	E-book Simpósio DCS - UNJU-UEPG...	34	0	0	1	335	27
13/03/2024	1º semestre letivo 2024	49	0	4	3	461	16
13/03/2024	1º semestre letivo 2024	22	0	1	2	354	20
13/03/2024	Alunos especiais 2024/1	61	0	23	11	747	38
25/03/2024	Laboratório de pesquisa	51	0	1	1	431	14
27/03/2024	Aula Núcleo Pesquisas Estado, Políticas ...	68	2	3	1	435	9
02/04/2024	Aula Metodologia da Pesquisa	56	1	2	1	424	3
10/04/2024	Evento de integração do PPGCSA	52	0	6	0	480	5
15/04/2024	Bolsa Sanduíche	34	0	1	1	413	13
22/04/2024	Prêmio Capes de Tese	22	0	0	0	357	6
23/04/2024	Chamada seção temática: revista emancipação	52	0	22	9	525	2
25/04/2024	Pesquisa de avaliação	9	0	1	0	251	1